



EDITORIAL

A Revista Serviço Social em Perspectiva, traz a público o número 01 do seu terceiro Volume, tendo como tema central a reflexão sobre **“SERVIÇO SOCIAL E CAPITALISMO: RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO, PODER E OPRESSÃO”**.

A Equipe Editorial escolhe este tema por entender que se trata de um debate de grande importância, pois é cada dia mais evidente as complexas e contraditórias inferências do sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo vigente em vários âmbitos e relações, tais quais a exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Assim considerando, o debate sobre gênero, sobre raça/etnia, sexualidade, preconceitos, discriminação, está pautado, alinhado ao entendimento teórico-metodológico e ético-político sobre as classes sociais e sobre o agravamento das expressões da questão social, sob a égide do capitalismo financeiro mundializado. E a nós não cabe outra possibilidade senão a de lutar por um sociedade, antirracista, antimachista e anticapitalista.

A edição da Revista Serviço Social em Perspectiva que trazemos à público foi organizada a partir de artigos - temáticos e livres. O Vol. 03, Num. 01 (2019), é constituído por possui dez (10) textos, produzidos por pesquisadoras de diferentes instituições e cidades do Brasil. Este número, além de apresentar reflexões sobre as relações de opressão, nos convida também à leituras sobre o neoliberalismo e sobre as políticas de assistência social e de saúde mental. Esta edição se encerra com o resumo de um Trabalho de Conclusão de Curso, que se dedicou ao estudo das Política Brasileira Sobre Drogas, com ênfase na Redução de Danos.

Neste número fomos contemplados com a produção de autoras/es vinculadas à UFRJ, UFF Rio das Ostras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, UFPE, UFES, UNIMONTES, UNICAMP, UERJ.

A equipe editorial da Revista Serviço Social em Perspectiva reconhece a importância de contar com a contribuição das (dos) autoras/es de diferentes localidades e instituições, e considera que com isso, consegue alcançar um dos objetivos deste periódico que é o de propiciar o intercâmbio das produções intelectuais, de informações, experiências e resultado de pesquisas. Mais uma vez agradecemos à contribuição e apoio das autoras/es, pareceristas, e do Conselho editorial e Científico.

Ressaltamos que é sempre bom tê-las/os conosco, e desejamos que nos acompanhe continuamente, seja na condição de leitoras/es ou de autoras/es da "*Serviço Social em Perspectiva*". Sejam sempre bem vindas/os e boa leitura!

Montes Claros, primavera com ares de verão, 2019.

Diego Tabosa da Silva
Noêmia de Fátima Silva Lopes
Editoras da Revista Serviço Social em Perspectiva



O INDIVÍDUO ABSTRATO E A SOCIABILIDADE BURGUESA: QUAL O LUGAR DO GÊNERO NA CONSTITUIÇÃO DAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA?

ABSTRACT INDIVIDUAL AND BOURGEOIS SOCIABILITY: WHAT IS THE PLACE OF GENDER IN THE CONSTITUTION OF PUBLIC AND PRIVATE SPHERES?

Rosaria de Fatima de Sá Pereira da Silva¹

Resumo

Este trabalho deseja analisar de forma inicial os processos históricos vivenciados pelas mulheres desde o período anterior ao surgimento da sociedade moderna, na Grécia antiga, até a conjuntura liberal do século XIX. Esta análise embora inicial, mas que oferece certo detalhamento deseja refletir sobre lugar de gênero no contexto das relações entre público e o privado, em que o indivíduo abstrato personificado pelo homem é o potencial sujeito da esfera pública. Para isso, analisaremos algumas contribuições de autores clássicos da Teoria Política, como Aristóteles, Jean-Jacques Rousseau e Stuart Mill, que oferecerão conceitos fundamentais para a análise do devir histórico da mulher no contexto da Grécia clássica e, posteriormente, com o advento da sociedade moderna. Pretendemos analisar neste percurso a constituição da mulher, enquanto protagonista de sua história e sujeito político que pretende forjar oportunidades de alteração deste cenário de opressão, dominação e exploração.

Palavras chave: Gênero. Público. Privado. Capitalismo.

Abstract

This work purpose is to analyze in an initial way the historical processes experienced by women from the period before the emergence of modern society in ancient Greece to the liberal conjuncture of the nineteenth century. This analysis, although

¹Assistente Social e Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ. Participante do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Políticas Públicas de Gênero (LIEIG) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC), ambos vinculados à Escola de Serviço Social da UFRJ. **Autora para correspondência.** E-mail: <as.rosaria@gmail.com>

initial offers details that helps to reflect about gender place, in the context of the relations between public and private, in which the abstract individual impersonated by men is the potential subject of the public sphere. For that, we will analyze some contributions from classic authors of Political Theory like Aristotle, Jean-Jacque Rousseau and Stuart Mill, who will offer fundamental concepts to the historical analysis of woman's development in Ancient Greece and, later, Modern Society context. We intend to analyze in this way the constitution of woman, as protagonist of its history and political subject who intends to forge opportunities to change this scenario of oppression, domination and exploitation.

Key words: Gender. Public. Private. Capitalism.

INTRODUÇÃO

A história das relações de gênero desde a Grécia Clássica e, posteriormente na sociedade moderna, tinha como fio condutor o paradoxo da diferença sexual balizada por representações biológicas do feminino e do masculino (SCHOLZ, 1996, p.5). O debate sobre as desigualdades de gênero conforma na sociedade as relações entre a esfera pública e privada, recepcionando uma compreensão salutar do lugar ocupado pelas mulheres na sociedade. Esclarecemos que ao analisarmos o percurso histórico da mulher, almejamos alcançá-la enquanto sujeito histórico e protagonista de sua trajetória, nos processos de emancipação política e humana. Queremos aqui ressaltar que as relações de gênero, univocamente, não constituem a sociabilidade humana. Contudo, as estruturas: de gênero, de raça e de classe - entrecruzadas, sintetizam uma lógica contraditória distinta das que engendram cada uma das dimensões em separado. Nesta análise, é importante que o entendimento sobre essas relações de exploração, opressão e dominação não esteja circunscrito apenas ao espaço da convivência privada e das relações de intimidade. Mas, principalmente, compreendendo as relações de gênero numa perspectiva relacional. Com isso, iniciamos a análise a partir de Segato, que em suas formulações fundamenta que a história da esfera pública se relaciona com a história do próprio patriarcado e suas mutações estruturais, com a égide da sociedade moderna. A autora ratifica que a história da esfera pública não é outra coisa senão a história do gênero e complementa que o sujeito natural da esfera pública, herdeiro do espaço político é o homem (SEGATO, 2014b, p. 94). Scholz, ao formular estudos sobre os

processos de subordinação da mulher, ratificou que a constituição da forma valor concebeu o produto da repartição entre os sexos, em que “o feminino adjudicado torna-se a condição de possibilidade do princípio masculino do trabalho abstrato” (SCHOLZ, 1996, p. 18). A autora complementa que essa relação hierarquizada entre os sexos atribui ao feminino a condição de sensível e, por este motivo, no cerne das relações é posto de lado e avaliado como inferior. Assim, salienta Scholz, justifica-se a lógica de caracterização do patriarcado, em que “o valor é o homem” (SCHOLZ 1996, p. 18).

Para Segato os gêneros ocupam espaços diferentes na vida social, no entanto, a partir dos postulados da racionalidade burguesa, por meio do advento da modernidade, verifica-se uma conjuntura que conclama um esforço por representar a posição das mulheres de forma minorizada, tanto em sua efetiva posição política, quanto no pensamento social. A autora explicita que o termo minorizar significa tratar a mulher como menor e, ainda, converter os temas que lhe são atribuídos ao foro da intimidade, ao âmbito das particularidades (SEGATO, 2014b, p. 91). Segato compreende que a expansão da colonialidade moderna acarretou de maneira ampla e massiva um impacto nas relações sociais e, principalmente na organização das relações de gênero, ao passo que, a história do patriarcado condensa fundamentos indispensáveis para apreendermos o que a autora chama de “giro social”, que é evidenciado pelo percurso histórico que significou todo processo de intervenção, reordenamento e agravamento das hierarquias preexistentes. Importa mencionar que a autora defende que uma esta leitura sobre essas transformações possibilita o entendimento de que uma vasta quantidade de fenômenos do presente, que oferecem impactos diretos a toda vida social, estão muito além de constituírem apenas o problema da mulher, pois na perspectiva de Segato, gênero é o modo primordial de organização do poder nas relações sociais capitalistas (SEGATO, 2014b,p.92). Esta leitura, embora eloquente, oferece de certa maneira um tensionamento para nossa compreensão, à medida que recebemos a leitura de (SAFFIOTI, 2015, p.133) de que as relações sociais estão engendradas nas contradições fundamentais da sociedade burguesa, estruturadas pela existência das identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Essas

dimensões, na perspectiva adotada, entrelaçam-se como um *nó* não sendo possível sua apreensão de forma autônoma, uma vez que estão engendradas pelos antagonismos que lhes originam.

Construiremos nossa trajetória analítica a partir da história da formação das esferas pública e privada e do lugar político destinado ao gênero neste percurso. Sabemos, a partir das formulações de (SCHOLZ, 1996; SCOTT, 2002; SEGATO, 2014a; 2014b) que o homem branco é a figura central na sociabilidade burguesa, forjada em sua racionalidade instrumental, que detém a posição de indivíduo abstrato, a partir dos enunciados gerais de valor, capaz de representar a todos os seres de forma universal. A captura da masculinidade como prerrogativa para o estabelecimento da relação dual entre os gêneros concede ao homem na polarização entre os gêneros, o papel de vencedor, o herdeiro da esfera pública, Em contrapartida, a mulher, destituída de sua plenitude ontológica, recebe os atributos que a reduzem ao cumprimento de uma “função antípoda” (SCHOLZ, 1996, p. 6). Consideramos relevante o debate das relações de gênero e das formas de organização da vida social que fundamentam a dicotomia das esferas pública e privada, conforme consolidadas na sociabilidade burguesa. Não obstante, é imprescindível apreender que o capitalismo atualizou o reordenamento dessas relações de gênero, aprofundando as relações de opressão, a hierarquia entre os sexos e a cisão entre as esferas pública e privada. Contudo, a estrutura patriarcal é preexistente ao advento da modernidade. Na concepção de Scholz, o patriarcado é marcadamente anterior aos enunciados da sociabilidade burguesa e, por isso, não desfruta do mesmo papel determinante na sociedade ocidental que o sistema patriarcal pautado pela forma valor (SCHOLZ, 1996, p.5). Enveredamos neste trabalho contribuições iniciais sobre o tema, tendo em vista a complexidade das formulações teóricas aqui necessárias, que de forma alguma poderão ser esgotadas. Dessa forma, realizamos um esforço analítico com o intuito de apreender os processos históricos protagonizados pelas mulheres numa perspectiva de luta e resistência historicamente determinada. Analisaremos inicialmente o patriarcado ocidental, com origem na Grécia antiga, bem como sua racionalidade de cunho masculino e mercantil. Avançaremos em direção às mulheres que protagonizaram

lutas em favor da igualdade de gênero e da emancipação política, nos idos da revolução francesa e do período posterior e esta. E, por fim, teceremos algumas reflexões acerca dos impactos significativos das desigualdades de gênero na vida das mulheres e da importância das lutas protagonizadas por estas na formulação da trajetória política enquanto sujeitos históricos.

A MULHER E SEU DEVER HISTÓRICO: O INDIVÍDUO ABSTRATO COMO FUNDAMENTO DA SOCIABILIDADE BURGUESA

Scholz analisa que a situação geográfica da Grécia antiga, tal como seu predomínio no tráfego marítimo, possibilitou um amplo processo de troca de mercadorias, em virtude da falta de alimentos. Este processo deu início a primeira cunhagem de moedas adotadas pelos gregos. Para a efetivação deste processo, foi necessária a constituição de um organismo jurídico e de uma jurisdição pública. Tais instituições conferem à Grécia antiga um novo significado da esfera pública, que marcadamente se constitui reservada aos homens, conquanto que as mulheres permaneciam exiladas em casa (SCHOLZ, 1996, p.5).

Seguindo nas palavras da autora:

A esfera pública, de que também fazia parte a formação cultural, necessitava (na figura da esfera privada) de um domínio que lhe fosse contraposto, para o qual pudesse olhar do alto de sua posição. O homem precisava da mulher como “antípoda”, no qual ele projetava tudo o que não era admitido no âmbito público (SCHOLZ, 1996, p. 6).

Assim, evidenciamos, que na Grécia antiga a mulher era admitida como eticamente inferior, intelectualmente desfavorecida e irracional, relegada ao cuidado e aos atributos domésticos. Na leitura de Aristóteles, a política, na Grécia antiga, pela visa o *bem*, ou seja, um fim útil e benéfico para o homem e sua finalidade são as ações dotadas de virtude e que visam atender o bem comum (ARISTÓTELES, 1998, p.39). Para o autor, não há nada que a natureza crie que não possua uma finalidade. Sendo assim, a finalidade da natureza humana está na *polis*. *Obem*

determinará a felicidade do cidadão e sua posterior realização como ser, em consonância com o propósito da natureza (ARISTÓTELES, 1998, p.39). Na concepção Aristotélica o homem é um animal político por essência. Por isso, só há possibilidade de desenvolver sua capacidade racional plena, uma vez que estiver vivendo em sociedade. Em sua análise, é a sociedade sua formação mais perfeita que pode proporcionar todos os meios necessários para a satisfação da necessidade dos indivíduos. O autor compreende a política, conforme suas partes, quais sejam: “estado, família e indivíduo” (ARISTÓTELES, 1998, p.40). Elabora sua verificação, a partir de seu método de conhecimento que é a análise das partes em direção ao todo. O todo que é representado pelo o Estado, a forma de vida social realizada em sua plenitude (ARISTÓTELES, 1998, p.40). A concepção de democracia Aristotélica elenca-se a partir da exclusão das mulheres, da escravidão e da representação direta. Nessa medida podemos inferir que a história das mulheres, na Grécia clássica se define não pela sua natureza, mas pela estrutura social na qual estavam inscritas historicamente as relações entre os sexos, em que estas eram delimitadas muito mais por restrições a deveres, que por reconhecimento de seus direitos. Desse modo, a democracia grega, mesmo sendo o maior legado político, constituiu-se a partir da exclusão das mulheres deste cenário político, que não somente destituiu a mulher do locus de poder, da condição de cidadã, mas principalmente como objeto de conhecimento, justificando a superioridade masculina no domínio político e social.

O lar é o lugar intransponível da mulher, o espaço privado das relações de poder. Na Grécia antiga, o ambiente doméstico – a casa, chamada de *oikia*, se distinguia da polis. Aristóteles, ao examinar o governo doméstico identifica a casa numa perspectiva mais ampla, que reúne a mulher, os filhos, a terra e os escravos (ARISTÓTELES, 1998, p.42). A *oikia* constitui o lugar de realização do homem e de conservação de seus bens e de sujeição de todos os seus. Enquanto a *oikia* era o lugar em que estabeleciam as relações desiguais, a *polis* era o lugar de cidadãos, dos iguais. A participação na cidade exigia um potencial de interação com os demais homens que participavam livremente da sociedade e ampla capacidade em governar. Segundo o autor, “o que constitui propriamente o cidadão, sua qualidade

verdadeiramente característica, é o direito de votar nas assembleias e de participação no exercício do poder público em sua pátria.” (ARISTÓTELES, 1998, p.42).

Neste contexto, a mulher jamais pôde desvincular-se do âmbito privado e ascender ao espaço público, uma vez que era destituída de racionalidade e não gozava da isonomia política necessária que fundamentava a participação dos homens nas assembleias, ou seja, na vida democrática da polis. Com o declínio da sociedade antiga, o intercâmbio monetário ali instaurado sofreu franco retrocesso. Paralelamente a este processo, houve a destituição da esfera pública, tal como se estabelecida: separada e diferenciada da esfera privada (SCHOLZ, 1996, p. 6). Scholz evidenciada que neste processo de derrocada do intercâmbio monetário, seguido do desmoronamento da esfera pública, as tribos germânicas ainda não estavam estruturadas pela lógica do valor. Neste processo, as mulheres, segundo a autora, desfrutavam dentre os povos germanos de um caráter místico, em que gozavam de alta reputação como curandeiras e feiticeiras. O curandeirismo e o ofício de parteira eram atividades realizadas por mulheres, a imagem da bruxa não tinha, num primeiro plano, uma imagem negativa: a magia poderia ser boa ou má. Contudo, nesta época a doutrina da Igreja mantém uma imagem negativa da mulher, que seria essencialmente libertina, lasciva e pecadora (SCHOLZ, 1996, p. 6).

A insurgência do pensamento racional desde sua concepção oferecia subsídios para a exclusão das mulheres na esfera pública. Os debates acerca da categoria gênero, desde o período clássico da filosofia Grega, passando pela insurgência da sociedade moderna e posteriormente pelo liberalismo, procuravam justificar as diferenças entre os sexos por meio do apelo à natureza essencialista dos corpos (SCOTT, 2002, p.17). Essa lógica também perpetuada por meios legais, como vimos pelas lentes de Aristóteles culminou na instituição de leis e atitudes políticas que de fato ajudaram a concretizar a diferença biológica, mas que se fundamenta social e politicamente na vida das mulheres e em seus processos históricos.

Os ideais Iluministas repercutidos na sociedade moderna, impulsionaram ações de militantes e políticas feministas em diferentes momentos históricos². Na Europa, de findos do século XVIII, muitos foram os clamores para que os ideais emancipatórios burgueses de liberdade, igualdade e fraternidade fossem expansivos a toda a humanidade e não apenas ao indivíduo abstrato, que é o protótipo abstrato de humano: homem, branco e Europeu. Essa definição utilizada pelos filósofos iluministas e por políticos revolucionários tratava de direitos naturais e universais (liberdade, propriedade e felicidade) que davam ao homem (ser abstrato) o direito comum à cidadania política (SCOTT, 2002, p. 29). Mesmo com todos os clamores, na Europa, principalmente na França, o direito ao voto e a representação política era negado às mulheres, em razão da diferença sexual (SCOTT, 2002, p.26). Sendo assim, à mulher era negado o direito a participação política em qualquer instância, conferindo a esta o lugar na reprodução das relações sociais. Nesta perspectiva, a hierarquia de gêneros continha de forma explícita o apelo à diferença sexual biologizante que balizava as relações sociais. Sendo assim, “a masculinidade se igualava a individualidade, e a feminilidade com a alteridade, numa posição fixa, hierárquica e móvel” (SCOTT, 2002, p. 33). A autora complementa que a masculinidade não era compreendida como o outro da feminilidade. Pois, o indivíduo político era universal e masculino, enquanto a mulher não era um indivíduo, uma vez que não reunia as características idênticas ao protótipo humano e, além do mais, porque era o outro que confirmava a individualidade do masculino (SCOTT, 2002, p.34).

As formulações de Rousseau não tinham um lugar privilegiado dentre os filósofos do Iluminismo, em virtude de sua contribuição crítica ao espírito da época. Suas proposições argumentavam que o progresso das ciências e das artes nada acrescentou à felicidade do homem, pelo contrário o corrompeu. Para o autor, a verdadeira filosofia é a virtude, cujos princípios estão contidos intimamente nos homens (WEFFORT, 2004a, p. 24). Neste sentido, mesmo Rousseau tendo suas

² Cabe esclarecer que não iremos neste texto nos debruçar numa análise específica da trajetória dos movimentos feministas. Contudo, toda luta reivindicatória para a conquista de direitos para as mulheres foram protagonizadas pelos movimentos feministas, movimentos de mulheres por militâncias e ativismos políticos.

formulações relegadas pelos filósofos franceses, mais tarde suas ideias foram incorporadas de forma contundente e polêmica. Sendo assim, foi então a partir da consciência que o homem possuía sobre a diferença sexual manifestada no desejo de possuir o objeto amado, que segundo Rousseau o distinguiria do homem selvagem. Esse desejo manifesto era constituinte não apenas do amor, mas como uma solução para os conflitos morais. Para o autor, o tema da sexualidade é uma importante chave de leitura para a compressão da sociabilidade. Se por um lado, o homem deve perseguir seus desejos, fundamenta Rousseau, por outro, as mulheres devem reprimir seus interesses para a salvaguarda dos interesses de harmonia social (SCOTT, 2002, p. 35). Essa é uma importante análise, na qual nos reaproxima da filosofia de Aristóteles, na Grécia Clássica, em que o lugar social da mulher é o da sujeição às necessidades do homem, da família, no lócus privado das relações de subordinação.

As ideias de Rousseau acerca das desigualdades de gênero encontravam consonância na Europa Moderna, mesmo após sua morte, em 1778 e eram veementemente rebatidas pelos grupos feministas em prol da igualdade entre homens e mulheres. Como, por exemplo, em 1792, o protesto feminista de Mary Wollstonecraft, Inglesa, que exigia justiça para as mulheres francesas excluídas do papel de cidadãs, pela Constituição Francesa recém-promulgada (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 9). Mary foi uma grande opositora às ideias de Rousseau e uma importante protagonista na reivindicação da igualdade de gênero. Em 1792, escreveu um manifesto de Reivindicação dos Direitos da Mulher, em resposta a Constituição Francesa de 1791, que não incorporou as mulheres na categoria de cidadãs. Este documento de caráter extremamente relevante para o feminismo foi construído num momento histórico em que a vida pública era circunscrita aos homens e, nem por isso, a autora se furtou de lançar ao mundo seus ideais de emancipação humana³. Mary alimentou-se do legado iluminista para construir seus ideais emancipatórios: abolicionista e de emancipação humana (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 9).

³ Esclarecemos que das mulheres que estudaremos neste ensaio, apenas Mary Wollstonecraft continha em suas elaborações ideais de emancipação humana e não apenas circunscritas à emancipação política.

Mary, através de seu Manifesto, realiza uma crítica à famosa obra de Rousseau “Emílio”, publicada em 1762. Nesta obra, Rousseau destaca sua repugnância por mulheres eruditas, que segundo ele promovem um esforço para se tornarem tal como os homens. Complementa que não compõe os atributos da mulher a busca pelas verdades abstratas, uma vez que as mulheres são dotadas de inteligência prática (ROUSSEAU, 2017, p. 25). A partir das formulações do autor depreendemos que a desigualdade de gênero nas relações entre público e privado é sedimentada na divisão sexual do trabalho, destacadamente fundamentada na dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, tendo em vista que as mulheres são relegadas ao desenvolvimento de atividades de cunho prático e doméstico, enquanto os homens à realização do trabalho intelectual, na esfera pública. Nesta análise, Lukács, problematiza que a divisão social do trabalho é anterior à sociedade capitalista, mas que com seu aprofundamento e domínio na relação mercantil, assumiu moldes muito mais difusos, assinalando, segundo o autor “a transformação da quantidade em qualidade” (LUKÁCS, 1992, p. 121). Outro contraste, no contexto do desenvolvimento das forças produtivas, que também é fundamental na lógica da divisão do trabalho, é a ruptura entre trabalho manual e trabalho intelectual. O desenvolvimento capitalista estabelece diferenciação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, instituindo a ausência de relação entre o pensamento e a ação – entre a teoria e a práxis (LUKÁCS, 1992, p. 124). Para Rousseau a mulher possui uma função social inata à sua essência biológica, que não deve ser reprimida, quais sejam traços a ela característicos, tais como a tagarelice, a maternidade que devem ser estimuladas. No caso da maternidade, a mulher segundo o autor deve ser preparada durante sua vida para esta “função natural” (ROUSSEAU, 2017, p. 25).

Na concepção de Rousseau a educação da mulher deve ser concebida com vistas à satisfação das necessidades do marido e filhos. Sendo assim, a mulher ideal é educada para o homem. Claramente a posição de Rousseau sobre a mulher se constituía na tradição que impunha a subordinação desta ao quadro social vigente, isto é, uma mulher idealizada para ser forjada nos padrões de uma sociedade fundada na propriedade privada. Em contrapartida, Mary confrontava

essa concepção afirmando que a sujeição das mulheres aos seus maridos, pais e filhos e irmãos contribuía para que as tornassem pessoas sem esclarecimento. Diante disso, toda luta da autora se imbuíu do enfrentamento a uma moral sexista privilegiadora de homens e repressora de mulheres, e ainda, da luta por uma educação equivalente para homens e mulheres, numa tentativa de reconduzir as mulheres dessa situação de submissão historicamente determinada. A autora defende a educação através da convivência em sociedade a partir de segmentos etários (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 206). A moralidade e a educação são componentes da reprodução social, desse modo a autora critica a maneira como essas relações se cristalizam na sociedade e aponta argumentos para uma nova moralidade, na qual reivindica a igualdade de gênero.

A economia mundial do século XIX, forjada principalmente sob a égide da revolução industrial Inglesa, não obstante, sua formação política e ideológica foi gestada fundamentalmente pela Revolução Francesa – 1789, que espalhou reflexos por países de todo o mundo, mesmo aqueles que permaneciam vigorosos na resistência ideológica francesa. Em fins do século XVIII até a primeira metade do século XIX, a Europa foi terreno fértil de grandes revoluções, dentre estas destacamos a revolução de 1848 – Primavera dos Povos (HOBSBAWM, 2009, p. 33). No contexto da revolução de 1848, Jeanne Deroin, francesa, cuja formação política sofrera influência dos movimentos socialistas utópicos das décadas de 1830 e 1840, militante feminista e herdeira da campanha reivindicatória pelos direitos da mulher tal qual Olimpe de Gouges⁴. As estratégias de Deroin evoluíam conforme a revolução de 1848. O direito ao voto e ao trabalho estava em consonância e era a

⁴Olimpe de Gouges teve um protagonismo admirável na luta pela reivindicação dos direitos da mulher, no século XVIII. Na ocasião dos debates políticos sobre a Constituição de 1791, Gouges publicou seu documento Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, no qual argumentava que as mulheres possuíam, por natureza, os mesmos direitos que os homens e, ainda, que as necessidades específicas da mulher tornavam esse exercício mais urgente. O documento de Gouges tornou-se o mais representativo durante à época. Sem dúvida alguma é a reivindicação mais ampla dos direitos da mulher circunscrita aquele processo histórico, pois chama atenção para as diferenças que as mulheres incorporam, revelando os limites da universalidade anunciada. Gouges levantava uma importante discussão sobre o significado político e filosófico da representação, na qual as mulheres eram relegadas. A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã foi um importante passo para na direção da ampliação das possibilidades político sociais da mulher, mesmo que inicialmente essas demandas não tenham sido incorporadas pela Constituição de 1791. Em 1793, Olimpe de Gouges foi condenada à morte e executada em defesa da luta feminista. Foi acusada de patologia mental, como um caso inequívoco de histeria revolucionária (SCOTT, 2002, p. 49-104).

pauta das associações operárias organizadas por Deroin. A ideia era mobilizar aliados nas pautas reivindicatórias pelos direitos das mulheres (SCOTT, 2002, p. 105).

Na Inglaterra, em meados da década de 1860, um membro do parlamento Britânico, conhecido como Stuart Mill, apresentou à bancada política uma petição com mil e quinhentas assinaturas de mulheres que solicitavam o direito nacional ao voto. Seu resultado foi um grande fracasso. Stuart Mill era considerado um legítimo representante do movimento liberal Democrático inglês, do século XIX. A partir da influência de Mill o liberalismo despe-se de seu caráter mais conservador, pois ele traz em sua agenda política de reformas que vão desde o voto universal até a emancipação da mulher. Em sua obra, podemos identificar um esforço para responder as demandas do movimento operário inglês. Sua obra se referencia no reconhecimento de que a participação política não pode constituir-se ao direito de poucos. Sua ideia consiste na institucionalização de uma participação política ampliada (WEFFORT, 2004b, p.195).

Stuart Mill rechaçava a ideia de que as mulheres eram naturalmente inferiores aos homens, complementando que a assimetria nas relações entre homens e mulheres ofereceriam danos incontestes ao desenvolvimento humano. Para compreender o valor que o autor atribui à democracia, é preciso atenção à concepção de sociedade e indivíduo incorporada por Mill, em que este se fundamenta na concepção utilitarista, que vê no bem-estar assegurado o critério último de avaliação de qualquer governo ou sociedade (WEFFORT, 2004b, p.197).

O pensamento liberal democrático de Stuart Mill foi importante para compor a luta reivindicatória das mulheres por igualdade de gênero. Diferentemente das concepções que buscam o fator biológico para estabelecer relações de gênero hierarquizadas e, assim justificar o silenciamento da mulher na participação política, Mill aposta na liberdade como um exercício político para toda a humanidade. Sua veia política e democrática fundamentada ideologicamente pela garantia das liberdades individuais defende à igualdade de direitos para todos, com ênfase para os direitos políticos para as mulheres, inclusive o direito à representatividade política.

Na análise de Scott, há uma incompletude do projeto iluminista, pois este não discute na raiz os princípios civilizatórios da liberdade, igualdade e fraternidade, uma vez que estes princípios invisibilizam as mulheres da participação nos processos históricos (SCOTT, 2002, p.19). O processo revolucionário, com a passagem do feudalismo para o capitalismo industrial, trouxe impactos vigorosos na vida das mulheres, uma vez que promoveu o deslocamento destas para a base econômica capitalista, como um imperativo para a acumulação primitiva. A liberdade para a burguesia é a liberdade para o capital, já para a classe trabalhadora consiste na liberdade para a produção e reprodução de sua mão de obra. Neste contexto liberal, a liberdade é um princípio universal, não obstante recepciona interesses de classe (SCOTT, 2002, p.19). Importante notar que os princípios defendidos pelas mulheres que protagonizaram as lutas feministas desta época, não questionavam a ordem social vigente. Ao passo que suas lutas eram em favor do reconhecimento dos direitos das mulheres à igualdade e, conseqüentemente à consecução de direitos políticos (SCOTT, 2002, p.29). Neste sentido, o sufrágio feminino significa um importante passo para o reconhecimento do lugar da mulher na sociedade e sua entrada qualificada no cenário político. Nesta análise, o feminismo não é o produto das operações benignas e do individualismo liberal, pois está inscrito no cerne destas contradições fundamentais (SCOTT, 2002, p.48). Conquistas, como por exemplo, o direito ao voto, não encerram a luta política pelo lugar da mulher na sociedade, tampouco oferecem respostas definitivas ao dualismo das relações entre o público e o privado nas desigualdades de gênero. Sendo assim, as contradições permanecem e é por isso que o feminismo ainda existe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, argumentamos que a sociedade a partir do dualismo de gênero, em que a masculinidade branca é a prerrogativa previamente existente e aceitável que reúne e consolida o ideário de vencedor. Em contrapartida, a mulher assume o outro lado desta polarização – a perdedora (SEGATO, 2014b, p.93). Nesta

atmosfera dualística na qual são concebidas relações de gênero em posições hierarquizadas, em que os homens (brancos) assumem neste patamar a posição de sujeito universal, capacitados à representação de *outros*⁵: mulheres negras e brancas, homens negros, indígenas, deficientes, etc. A história da esfera Pública e Estatal está imbricada relacionalmente com a história das relações de gênero, que estão conformadas nesta relação dualística e de polarização entre os gêneros. Neste processo, o homem é naturalmente o herdeiro do espaço público e político. Ao homem esse espaço é condicionado, em razão de sua condição soberana de valor universal, que na história da masculinidade, consta em seu DNA - o Estado (SEGATO, 2014b, p.93).

Neste contexto, à mulher recai o outro da esfera pública, a esfera privada das relações sociais – o espaço doméstico, de reprodução dessas relações. No qual, inicialmente é desprovido da política e dos enunciados de interesses gerais (SEGATO, 2014b, p.93). Essa construção dualística ofusca o papel das mulheres na sociedade, à medida que as despolitizam de seus processos históricos. Em contrapartida, o protagonismo feminino nos processos de resistência e de lutas coletivas em direção à emancipação humana, constitui, nas palavras de Federici, mecanismos de contrapoder tanto no espaço doméstico, como na vida comunitária, proporcionando processos de autovalorização e autodeterminação (FEDERICI, 2019, p. 315). Dessas lutas, o que se faz necessário, conforme enfatiza a autora, é tornar comum os meios materiais de reprodução, na perspectiva do interesse coletivo. Essa tarefa necessária e urgente principalmente nos tempos atuais de exploração, opressão e dominação capitalista, só pode ser realizada “por meio de aumento de consciência em longo prazo, de intercâmbio cultural e construção coletiva” (FEDERICI, 2019, p. 315).

Compreendemos que a cidadania plena é irrealizável numa sociedade capitalista, que tem como norte a conformação de interesses específicos – os da classe dominante. No entanto, consideramos que é possível experimentar faces de uma cidadania e reivindicar sua ampliação na sociedade. Principalmente através das

⁵ Grifo meu.

organizações, em que as mulheres possam protagonizar seus próprios processos históricos como sujeitos políticos, verificando as possibilidades contidas na história. Apontamos como um caminho possível as considerações de Segato, em que explicita que o caminho do afeto e das coisas, constituem projetos históricos orientados por metas de felicidade diferentes e incompatíveis. Segato aponta que a eleição do caminho relacional, enquanto direção política, implica a opção por um projeto histórico de coletividade (SEGATO, 2014b, p. 106). Nossa tarefa, argumenta a autora, é adotar uma retórica de defesa do caminho relacional, em que são contempladas as formas de felicidades comuns, que podem sem dúvida, contrapor-se a retórica das coisas, na qual aprofunda-se a meritocracia, o produtivismo e o desenvolvimento concentrador. Nas palavras de Segato: “A estratégia a partir de agora é feminina” (SEGATO, 2014b, p. 106).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

COUTINHO, Carlos N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular. 2ª Reimpressão, 2017.

BEZERRA, V; VELOSO, R. **Gênero e Serviço Social: desafios de uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

FEDERICI, S. O Feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: ____ **O Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

HOBBSBAWM, E.J. **A era do Capital**. Tradução: Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R, (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 7-17.

LUKÁCS, Georg. Sociologia: **A decadência Ideológica da Burguesia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Rio de Janeiro: Ática. 1992.

ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou da Educação**. Tradução: Laurent de Saes. São Paulo: Edipro, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: **Revista Lutas Sociais**. São Paulo, nº2, 1997, p. 59-79. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/ls/issue/view/1213/showToc>. Acesso em 29 de agosto de 2019.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, 2015.

SCOTT, J.W. **A cidadã Paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem**. Tradução: Elvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SEGATO, R. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frene estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: MIÑOSO, Y.E; CORREAL, D.G; MUÑOZ, K.O (orgs.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya e Yala**. Colombia: Editorial UC, 2014a, p. 75-91.

_____. “Las nuevas formas de La guerra y El cuerpo de las mujeres”. In **La guerra contra las mujeres**. México: Editorial Pez en El árbol, 2014b, p. 57-92.

SCHOLZ, R. O valor é o Homem: Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. In: **Revista Novos Estudos**. São Paulo, nº. 45, 1996.

VÁZQUEZ, S.A. **A Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p.185 – 208.

WELFFORT, F.C (org.). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, vol. 1, 2004a.

_____. **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, vol. 2, 2004b.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução: Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.



DO OLIMPO AO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O ESTUPRO CONTRA AS MULHERES E A PERSISTÊNCIA DAS RELAÇÕES DESIGUAIS E HIERÁRQUICAS DE SEXO

FROM OLYMPUS TO CONTEMPORARY BRAZIL: THE ROLE AGAINST WOMEN AND THE PERSISTENCE OF UNIQUE AND HIERARCHICAL RELATIONSHIPS OF SEX

Jéssica Venanço da Silva¹

Paula Martins Sirelli²

Resumo

Compreender a historicidade das relações sociais de sexo, tomando como ponto de reflexão mitos, expressões artísticas e acontecimentos históricos que legitimam, escondem, banalizam e naturalizam o estupro como uma expressão da violência contra a mulher, de forma a desmistificar os elementos que fundamentam a dominação masculina a partir da estruturação da sociedade patriarcal, é nosso objetivo nestas reflexões. A metodologia utilizada constitui-se de uma apropriação teórica da violência contra a mulher e do estupro como estruturantes das relações de exploração no capitalismo, tendo como norte autoras marxistas que debatem o tema da violência. Foi utilizada também a pesquisa de notícias, lendas e mitos na rede internacional de computadores. Fez-se necessária uma compreensão breve, pelos limites do artigo, do capitalismo e da divisão sexual e racial do trabalho enquanto base material do patriarcado, das relações de exploração e opressão, regendo posições sociais desiguais e hierárquicas para homens e mulheres. É importante para os profissionais que lidam com esta temática entender que o estupro não se limita a uma dimensão sexual, mas constitui-se historicamente como um instrumento de perpetuação de poder masculino e afirmação da virilidade, uma ferramenta de dominação econômica e política sobre as mulheres, de intimidação e subordinação pelo medo. Romper com a cultura do estupro é urgente e tem sido bandeira de luta de movimentos feministas e de profissionais, demonstrando que a desconstrução do machismo é tarefa coletiva e precisa perpassar todas as esferas da vida e dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras.

¹Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2017) – Campus Universitário de Rio das Ostras. **Autora para correspondência.** E-mail: <jvenanco@gmail.com>

² Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/UFF- Rio das Ostras. Doutora em Serviço Social pela UERJ.

Palavras chave: Estupro. Dominação Masculina. Patriarcado. Cultura do estupro.

Abstract

The objective of this article is to contribute to the understanding and reflections on the historicity of social sex relations, taking as a point of reflection myths, artistic expressions and historical events that legitimize, conceal, banalize and naturalize rape as an expression of violence against women, in order to demystify the elements that support male domination from the structuring of the patriarchal society, is our goal in these reflections. The methodology used consists of a theoretical appropriation of violence against women and rape as structuring of the relations of exploitation in capitalism, with the authors of Marxists who debate the theme of violence. It was also used the search of news, legends and myths in the international network of computers. A brief understanding of capitalism and the sexual and racial division of labor as a material basis of patriarchy, of relations of exploitation and oppression, governing unequal and hierarchical social positions for men and women, was necessary. It is important for practitioners dealing with this issue to understand that rape is not limited to a sexual dimension, but is historically an instrument of perpetuating male power and affirmation of virility, a tool of economic and political domination over women, of intimidation and subordination by fear. Breaking the rape culture is urgent and has been a banner of struggle for feminist and professional movements, demonstrating that the deconstruction of machismo is a collective task and needs to permeate all walks of life and the movements of the workers.

Key words: Rape. Male Domination. Patriarchy. Culture of rape.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher de acordo com a Convenção de Belém do Pará de 1994 é entendida como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a mulher, seja em âmbito público ou privado. Este tipo de violência está enraizada nas relações sociais do sistema capitalista, que fornece as bases e condições para a manutenção e perpetuação das expressões constantes de opressão da mulher. Assim, o número diverso de violência contra a mulher (seja ela física, psicológica, moral, patrimonial e sexual) se configura como uma expressão da questão social, resultado das relações sociais criadas pela ordem social vigente e que traz consequências que afetam as mulheres de forma social, econômico, político e cultural.

O estupro, sendo tipificado como uma forma de violência sexual é uma expressão da barbárie humana produzida diariamente, tendo as mulheres como principais vítimas - 89%³.

Nosso objetivo aqui é entender como o estupro, como instrumento de violência e subordinação, perpetuou-se e naturalizou-se, utilizando-se de narrativas, mitos, expressões artísticas e acontecimentos históricos que legitimam, escondem, e banalizam esta violência, de forma a desmistificar os elementos que fundamentam a dominação masculina a partir da estruturação da sociedade patriarcal, dando origem ao que hoje chamamos de “cultura do estupro”.

Nossa compreensão aqui é que o estupro está nas bases estruturantes do capitalismo (DAVIS, 2016) - é nessa forma de organização social que se faz necessário o reforço constante da masculinidade e da virilidade e da existência de uma opressão generalizada contra a mulher. Estando na base da sociedade capitalista, podemos assim dizer que os elementos que visam legitimar a dominação foram criados - a dominação masculina (DEVREUX, 2005) faz se necessária à ordem burguesa.

Entendemos assim o estupro contra as mulheres como uma das múltiplas expressões da questão social que se colocam, como consequência da forma como o “ser homem” e o “ser mulher” foram socialmente construídos, a partir de uma relação de hierarquia e desigualdade.

Esta dominação estrutura-se em bases sólidas, em centenas de anos de opressão, e utiliza-se de mitos, histórias, religião, mídia, família etc. Além de uma série de aparatos ideológicos, para naturalizar-se e reproduzir-se, colocando a mulher hierarquicamente em uma posição de subalternidade, sendo constantemente culpada pelas violências sofridas.

A sujeição da mulher tem bases no patriarcado, em uma perspectiva de totalidade, compreendendo que a partir do surgimento da propriedade privada a subordinação feminina estruturou-se (CISNE, 2015, p.62). Faz-se essencialmente necessário criticar e repensar sobre essa "ordem social que funciona como alicerce para a dominação masculina" (BOURDIEU, 2012, p. 18) e que faz com que o

³ Dossiê Violência contra as Mulheres da Agência Patrícia Galvão, com dados do IPEA de 2014.

estupro contra as mulheres esteja constantemente acontecendo nas mais variadas partes do mundo sobre o amparo do patriarcado.

Resgataremos aqui o estupro como instrumento de perpetuação de poder masculino e de afirmação da virilidade, uma ferramenta de dominação econômica e política sobre as mulheres, de intimidação e subordinação pelo medo.

Concluimos chamando a atenção dos profissionais de serviço social, mas não apenas, da urgência em repensar esta violência como forma de dominação naturalizada historicamente, mas ressaltando suas sólidas bases econômicas, políticas e culturais, que perpassam gerações. Responsabilizar o culpado e investir em formas de fortalecer a mulher, subjetiva e materialmente, construir políticas públicas que desnaturalizem a violência e coloquem o corpo da mulher e o prazer em outro lugar, são tarefas das lutas e das ações contemporâneas. Neste sentido, é importante que os profissionais tenham clareza do que é patriarcado, sua função material de continuidade da exploração, mas também a forma ideológica que o mesmo se perpetua. Somente a partir desta compreensão, seremos capazes de construir respostas profissionais eticamente referenciadas, com vistas a não reproduzir preconceitos e (re)culpabilizar a vítima.

Sendo assim, é importante compreendermos os rebatimentos contemporâneos das relações sociais desiguais e hierárquicas de sexo, para que possamos analisar o estupro contra as mulheres como consequência da sociedade patriarcal, machista e sexista que historicamente enxerga a dominação da mulher pelo homem como algo normal, observado com naturalidade. A ideia de que a mulher é posse - e por isso lhe concede o direito de fazer o que quiser - vigora ainda hoje.

SOCIEDADE PATRIARCAL E DOMINAÇÃO MASCULINA

Para Saffioti (1987, p. 16), a dominação masculina atravessa todas as classes sociais, e embora ela apresente variadas nuances, se faz presente nas classes dominantes, entre os(as) trabalhadores (as), entre brancos (as) ou negros (as). Isso quer dizer que a opressão e os impactos desta, vivenciadas pelas mulheres, pode atingí-las de modo distinto, mas deve se levar em consideração os aspectos sociais,

econômicos e culturais que perpassam a vida e faz com que o modo como as mulheres sentirão e responderão a opressão, seja diferente.

Essa dominação masculina tem uma base estruturante muito bem definida – o patriarcado, termo que tem origem na combinação das palavras gregas pater (pai) e arke (origem e comando), podendo ser entendido como a “autoridade do pai” (CISNE, 2015, p. 62). Ele ainda vigora, uma tradição a ser perpetuada de geração em geração e garante a exploração e apropriação das mulheres pelos homens.

A opressão das mulheres, segundo Engels (2005), teve sua origem a partir do surgimento da produção do excedente e ganhou base estruturante a partir da propriedade privada. Para o autor, com o avançar das forças produtivas, com a criação de gado, alimentos, agricultura, elaboração de metais, a arte do tecido - todas essas riquezas passaram a aumentar, tornando-se propriedade de um único grande dono e fazendo o homem ganhar ascensão familiar maior do que as mulheres. Entretanto, essa riqueza não podia ser herdada para seus filhos, pois naquele momento o direito materno vigorava em muitas formas de organização social.

Constituiu-se então, a filiação masculina e o direito paterno como condutor dos novos e dos próximos tempos, dando aqui a consolidação da família e da monogomia - exigência para manutenção dos gens paternos e da hereditariedade dos bens, mas também exigência de exclusividade da mulher àquele homem, pois "sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai" (ENGELS, 2005, p. 66).

A sociedade patriarcal se organiza então, em uma sociedade hierarquizada, que fundamentalmente centraliza suas ações para a acumulação de riqueza e pela necessidade de fundar a propriedade privada. Na sociedade de classes, este modelo se agudiza, hegemoniza e se perpetua, cumprindo sua função econômica, política e cultural. Segundo Lessa (2012, p.69) o patriarcado exigiu um modelo familiar burguês e que este fosse monogâmico, dessa maneira retirou as mulheres da vida coletiva - reduzindo-as aos serviços e atividades privadas, ou seja,

"enquanto o marido é servido, a esposa [...] domina o espaço doméstico para melhor atender a seu "provedor" (LESSA, 2012, p.69).

O patriarcado nasce como forma de dominação daquilo que se refere à mulher, principalmente do corpo desta mulher, possibilitando ao homem definir quantas gravidezes a mulher teria para procriar de forma abundante, possibilitando gerar vários herdeiros e, conseqüentemente, força de trabalho para seu benefício próprio como chefe da casa.

O controle sobre o corpo e a vida das mulheres, a dominação, a apropriação, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu sobre a mulher veio atender a dois interesses. Primeiro, a garantia de controle sobre a prole, o que significa mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, e em decorrência do primeiro, garantir que os filhos seriam seus assegurava aos homens, detentores da propriedade privada, a perpetuação desta por meio da herança (CISNE, 2015, p. 63).

Como um sistema de dominação, o patriarcado perpassa as relações sociais de sexo⁴ e funciona como mecanismo de opressão e controle da mulher, é incorporado e reproduzido como algo natural e que já faz parte da vida cotidiana, estando envolvido por uma ideologia operante e concretizada nos mais diversos símbolos e mecanismos de alienação social, que se colocam como algo já imposto e não passível de questionamento.

Segundo Saffioti (1987, p.18), devido a ideologia patriarcal, o homem vem desfrutando de um local de poder designado a ele e de subalternidade entregue às mulheres - o homem ocupa a função de provedor/caçador e aquele que é

⁴ Este "conceito surge no início da década de 1980, diretamente vinculado em estreita conexão com os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, categoria muito cara para os estudos feministas marxistas" (CISNE, 2015, p.54) e para a autora, a compreensão de "relações sociais de sexo" ao invés de "relações de gênero" representa o entendimento dessa categoria sobre a ótica do marxismo. Isso quer dizer que corresponde a antagonismo de classe e relações sociais amplas e perpassadas por conflitos. Mas também aponta para relações de classe, raça e sexo que se torna fundamental para entendermos a exploração no mundo do trabalho, mas especificamente para o trabalho feminino. Ainda para a mesma autora, a utilização de termo gênero pode esconder mais do que clarificar, visto que ele quando empregado não é capaz de nomear quem são os sujeitos atuantes das relações sociais de sexo.

responsável pelo sustento da casa, e à mulher restam as funções do âmbito doméstico, o cuidado com os filhos, com a família - legitimando poder ao macho.

A família é o lugar por excelência de exploração da mulher, mas não é o único. Cisne (2015) apontou os moldes para a inserção da mulher no mundo do trabalho, contudo de forma precarizada, explorada e desvalorizada - garantindo através do trabalho não remunerado a existência e manutenção em condições de exploração da principal mercadoria do modo de produção capitalista: a força de trabalho (CISNE, 2015, p. 70-71).

A ordem masculina opera de forma a dispensar justificativa para sua atuação - não é necessário para a dominação masculina defender diariamente seu discurso porque ela já está colocada nas bases das relações sociais desiguais e cotidianas. O que ela necessita é ser reproduzida constantemente, para assim dar sustentação a uma "ideologia de inferioridade feminina" (SAFFIOTI, 1987, p. 13) que pauta-se em um argumento de diferença biológica/diferença anatômica entre os órgãos sexuais (BOURDIEU, 2012.p. 20). Contudo, essa diferenciação entre os sexos é mais uma vez um elemento definido pela construção econômico-histórico-social que busca fundamento sob uma visão aparente.

É nessa justificativa por aquilo que se enxerga de diferente que o falo (pênis) ganha papel de destaque, onde a virilidade, a honra, a força, a potência sexual e a virilidade física sejam esperadas de um homem. Vale dizer que o problema não é o falo simplesmente, mas sim aquilo que foi construído socialmente em torno dele, ou seja, "não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo [...]" (BOURDIEU, 2012, p. 32).

Lamentavelmente,[...] a sexualidade masculina foi culturalmente genitalizada. [...] e afirmar que a consolidação da supermacia masculina, ao longo de milênios de história, conduziu ao endeusamento do pênis, anulando ou pelo menos reduzindo o prazer que o homem pode sentir em outras áreas de seu corpo [...] (SAFFIOTI, 1987, p. 19).

De alguma maneira, o homem também perde a sua possibilidade de explorar o prazer em outras áreas além do pênis. Ainda que o ser masculino tenha a "autorização social" para se tocar/se masturbar, o machismo limitou-o a dar toda a atenção ao pênis, como se ele fosse o único responsável pelo prazer do homem.

Não apenas endeusando o pênis, mas também fez com que as demais áreas erógenas do corpo fossem vistas com tabu e como zonas proibidas. Essa atenção toda ao falo é pensada com tamanha seriedade que o símbolo do feminino e do masculino expressa essa diferenciação. O masculino é voltado para cima, lembrando a ereção, a virilidade, como aspecto de honra. O símbolo do feminino é voltado para baixo, como sinal de inferioridade.

Se a ordem social está fundamentada em princípios da esfera masculina, isso nos mostra que a dominação masculina perpassa todos os aspectos da vida social, inclusive o próprio ato sexual, que acaba se configurando em uma relação de dominação. Torna-se dominação a medida que podemos observar os variados símbolos sexuais socialmente construídos que deslocam o feminino como passivo, domesticado, amoroso, submisso e o masculino complemento ao avesso disto.

Estabelece-se assim uma forma hierarquizada nas relações sexuais entre as pessoas, não apenas porque os homens necessitam manter a sua virilidade, mas porque na concepção masculina, o ato sexual vai além de uma conquista - é principalmente uma forma de dominação e de apropriação (BOURDIEU, 2012).

Se o ato sexual descreve uma relação de dominação, onde possuir sexualmente "é dominar no sentido de submeter a seu poder [...]" (BOURDIEU, 2012, p. 29), quer dizer que o ato sexual também é enxergado pelos "homens como uma forma de dominação, de apropriação, de posse, ou seja, isso é dominação em estado puro:

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo e o feminino, passivo e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo - o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação (BOURDIEU, 2012, p. 31).

Cabe ressaltarmos aqui, que essa dominação e apropriação atravessa as mulheres de forma a torná-las meros seres coisificados e que se destinam a satisfação sexual dos homens. Podemos observar mais nitidamente, por exemplo, através da indústria pornográfica - que objetifica ao máximo os corpos femininos, usando da coerção e violência para levar o homem a sua satisfação sexual e ao ápice do seu prazer.

"A violência nas cenas é realmente rejeitada pela mulher que até resiste no início, mas no final ainda demonstra ter sentido prazer pelo ato violento causando excitação no expectador e a falsa impressão de que toda mulher submetida a coerção ainda sentirá prazer" (SOUSA, 2017, p. 47-48).

De modo geral, a ordem de dominação masculina se inscreve nos corpos e na vida cotidiana, em aspectos cotidianos e rotineiros, nas condutas, na divisão racial e sexual do trabalho, nas relações coletivas e privadas, e delimitam uma divisão social entre dominadores e subordinados, que inevitavelmente altera as relações sociais entre os indivíduos, e conseqüentemente fará instaurar um modelo e/ou conceito daquilo que venha a ser o ato sexual.

O ESTUPRO CONTRA AS MULHERES: “NATURAL” ATÉ ENTRE AS DIVINDADES?

Para refletirmos sobre o estupro contra as mulheres, trazemos situações perpetuadas e naturalizadas historicamente, que legitimam essa violência e reproduzem a culpa sobre a mulher, baseadas em relação de dominação do homem.

Elencamos algumas lendas e mitos, perpassados na história oral e escrita, mas também pintado por grandes artistas, que “contam” sobre mulheres estupradas. O que nos chamou a atenção e nos levou a estas reflexões, é a forma como tais narrativas são recontadas, naturalizadas e muitas vezes romantizadas. Queremos aqui afirmar que tratam-se de casos de violência contra a mulher e que precisamos falar e refletir sobre isso. Esta romantização nos leva a reafirmar o poder do patriarcado em perpetuar tais violências não só como naturais, mas “bonitas” e até positiva para as mulheres.

Começamos por revelar a literatura grega (KOLLONTAI, 2016) onde conta-se que nas histórias do Panteão grego, divertiam-se sexualmente raptando e estuprando mulheres, como foi o caso de Europa – o estupro lhe rendeu uma gravidez. O mito conta que Zeus (o principal entre todos os deuses da mitologia grega) avistou a jovem moça enquanto ela passeava e colhia flores nos bosques com suas amigas. Zeus metamorfoseou-se em um touro branco e quando Europa o avistou, encantou-se e foi acariciá-lo. Num momento de distração, Zeus raptou-a e levou-a para a ilha de Creta, onde sem revelar sua identidade, estuprou-a e engravidou-a.

Bulfinch (2002, p. 134) retrata a mesma cena protagonizada por Júpiter:

Encorajada pela mansidão do animal, Europa aventurou-se a cavalga-lo e Júpiter, então, entrou no mar e levou-a a nado para Creta. (...) Europa parecia olhar com ansiedade para a praia de onde saíra e pedir socorro às suas companheiras. Mostrava-se horrorizada com as ondas e encolhia os pés, para afasta-los da água.

Apesar de diferir do deus que procedeu ao sequestro e ao estupro, a narrativa se propaga com tons de normalidade. O mito foi pintado pelo pintor holandês Rembrandt Harmensz, em 1632:

Figura 1: O rapto de Europa (Rembrandt Harmensz, 1632)



Fonte: Santhatela - Galeria Online ⁵

Mas é nas tintas do pintor italiano Tiziano Vacellio, conhecido por Ticiano, em uma tela de 1562, que fica nítido desespero da mulher ao se dar conta que foi enganado pelo touro.

Figura 2: O rapto de Europa (Tiziano Vacellio)

⁵ Disponível em: <https://santhatela.com.br/rembrandt/rembrandt-o-rapto-de-europa/>

SILVA, J. V; SIRELLI, P. M.

Do Olimpo ao Brasil contemporâneo: o estupro contra as mulheres e a persistência das relações desiguais e hierárquicas de sexo



Fonte: Vírus da Arte e Cia ⁶

Outro mito muito conhecido e relatado por Vieira (2016) envolve o Deus Hades, conhecido como o dono do submundo da terra, dos mortos e da riqueza. Perséfone era filha de Zeus com sua própria irmã, Deméter. Enquanto colhia flores com suas amigas ninfas foi avistada por Hades (seu tio), que se apaixonou instantaneamente por ela. Ele criou um buraco negro no chão, fazendo com que jovem caísse para dentro da terra - impossibilitando que sua mãe pudesse ouvir seus gritos. Perséfone foi levada para as profundezas da terra, sendo obrigada a se casar com o seu raptor. A jovem Perséfone foi eternizada em mármore, numa escultura que mostra todo desespero da mulher raptada por Hades. Nota-se na imagem da escultura de Lorenzo Bernini o desespero estampado na face de Perséfone. A mesma tenta se livrar de Hades, empurrando sua cabeça, enquanto ele a segura com força.

⁶ Disponível em: <https://virusdaarte.net/ticiano-o-rapto-de-europa/>

Figura 1: O rapto de Proserpina (Gian Lorenzo Bernini, 1621-1622)



Fonte: Flickr⁷

Conta-se também que Medusa era a única mortal de três irmãs sacerdotisas do templo de Atena, e como toda sacerdotisa, deveria ser casta. Contudo, o Deus dos mares, Poseidon, querendo tê-la para si, estuprou-a. A deusa Atena, indignada, castigou Medusa, transformando-a no monstro que conhecemos - dando-lhe cobras em vez de cabelos. Nota-se que mais uma vez, a culpa recai sobre a mulher, não importando a participação do homem: além de ser estuprada, Medusa é duplamente penalizada ao ser transformada em monstro (NOBUO, 2019). Foram esculpidas duas famosas estátuas que imortalizaram a obra: uma, por volta de 1800 pelo italiano Antônio Canova, preservada ainda hoje no Museu vaticano. Há ainda outra, em bronze, esculpida por Benvenuto Cellini, por volta de 1550.

Segundo Vilar (2016), na Roma Antiga mantém-se viva a lenda do Rapto das Sabinas, história supostamente ocorrida no século VIII A.C: devido à falta de mulheres em Roma, o rei Rômulo teria declarado guerra ao Reino dos Sabinos, e durante a invasão, várias mulheres foram sequestradas e estupradas, sendo levadas cativas para Roma, e obrigadas a se tornarem esposas dos romanos.

⁷ Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/99452225@N08/28407631318>

Figura 4: O Rapto das Sabinas (Nicolas Poussin, 1635-35)



Fonte: Isso Compensa⁸

Nicolas Poussin, em obra de 1635, assim como o francês Jacques-Louis David em 1799, retratam o momento em que as mulheres Sabinas estão sendo raptadas em uma praça da cidade pelos soldados romanos. Aqui também é visível o horror no rosto das mulheres e sua incessante luta pela vida – de si e dos filhos. Este mito faz parte da história da fundação de Roma. Aparentemente, não difere muito da formação do Brasil.

Figura 5: A intervenção das mulheres sabinas (Nicolas Poussin, 1635-35)



Fonte: Isso compensa⁹

⁸ Disponível em: <http://issocompensa.com/arte/roma-sabinas>

Durante o período das Cruzadas (século XI-XIII), alguns cruzados recebiam a benção dos padres e/ou dos bispos, lhes concedendo proteção e redenção pelos pecados já cometidos e pelos possíveis pecados que viriam a cometer. Dessa forma, muitos cruzados estupraram cristãs, judias e muçulmanas sem se preocupar em serem condenados por seus atos, pois diante da guerra, era uma prática comum e eles já haviam recebido o perdão.

Na Era dos Descobrimentos (século XV-XVIII) o corpo da mulher não foi tratado de forma muito diferente das retratadas até aqui: os europeus que começaram a desbravar os oceanos e continentes cometeram os mais diversos crimes nestas viagens. Muitas africanas, ameríndias e asiáticas foram estupradas nestas invasões, guerras e colonizações. É pelo estupro que ocorre a miscigenação no Brasil, e o mito da democracia racial colabora na ocultação dessa violência, colocando-se a “necessidade de destituir o pilar de fundamentação histórica que legitima o referido mito, especificamente no que tange as consequências para a mulher negra brasileira: objeto sexual na sociedade colonial caracterizada pelo sistema do patriarcado” (SANTOS E SALES, 2018, p. 42). Esta violência contra os corpos das mulheres negras ainda persiste na contemporaneidade, dando a estas um lugar hiperssexualizado e subalterno. O reflexo é sentido no corpo destas mulheres: 56,3% das vítimas de estupro no estado do Rio de Janeiro em 2017 eram negras, enquanto as mulheres brancas corresponderam a 37%¹⁰.

Vilhena & Zamora (2004, p. 115) atentam para o fato de no período feudal o estupro era considerado um crime, mas um crime contra a propriedade - a mulher é propriedade por direito do seu marido ou de seu pai, e se esta fosse violentada, perderia seu valor como objeto, principalmente se a mulher fosse virgem. Nota-se que o crime não está ligado a uma violação do corpo feminino, mas sim a um prejuízo àquele a quem o corpo pertence - na ótica do patriarcado, o homem é o proprietário. Assim, o estupro é um crime contra a família, ou melhor, aos homens da mulher violentada, e não contra a mesma.

⁹ Disponível em: <http://issocompensa.com/arte/roma-sabinas>

¹⁰ <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/dados-confirmam-que-mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-de-estupro-no-rio-de-janeiro/>

Já no século XVI, o crime de estupro passou a ser visto como forma de violência sexual, porém compreendido como roubo à castidade e à virtude. Ainda que o estupro seja considerado crime, este era tratado e resolvido somente pelos homens, permanecendo a ideia de que a mulher pertence a uma figura masculina. É também mantida a compreensão de que a mulher deve ser pura, casta e que siga integralmente os princípios morais, sociais e éticos – quais sejam, manter a virgindade intacta para o seu próximo “proprietário”.

Durante Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um dos mais conhecidos crimes contra as mulheres ocorreu no Oriente, entre o Exército Imperial Japonês, o qual enganou e sequestrou milhares de mulheres dos países vizinhos, as enviando para prostíbulos ou "casas de conforto". Essas mulheres eram chamadas de *ianpu* (mulher de conforto) ou *jogun-ianpu* (mulheres do conforto militar). Na verdade, essas casas não faziam jus ao nome, muito pelo contrário, (OKAMOTO, [s.d] p. 93) eram bordéis para militares com a finalidade de satisfazer as necessidades sexuais dos seus soldados.

Muitos documentos que comprovam tal momento histórico foram queimados, contudo estimasse que entre 80 a 200 mil mulheres levadas para as "casas de conforto" e que apenas 30% delas sobreviveram. Para (OKAMOTO, [s.d] p. 92)

a problemática das mulheres de conforto transcende o campo da "prostituição militarizada" para a de "escravidão sexual" baseada em gênero, classe, etnia e Estado, visto que o trabalho sexual forçado foi atingido principalmente sobre as jovens do sexo feminino das classes baixas da Coreia colonial pelo Japão imperial em menor escala, sobre as mulheres japonesas e de outros territórios asiáticos ocupados durante a guerra (OKAMOTO, [s.d] p. 92)

Percebe-se que o "estupro é um ato relacionado ao domínio e submissão das mulheres" (VILBENA & ZAMORA, 2004, p. 115), tanto que desde a época primitiva tem-se o domínio da força masculina como uma forma de opressão da mulher.

Dizer então que se o estupro é um elemento histórico presente nessa sociedade, significaria dizer que há uma “cultura do estupro” que permeia e alimenta a existência dessa violência. Construimos argumentos aqui para desmistificar que trata-se de uma expressão apenas cultural da violência - apesar da expressão ser corriqueira, esta “cultura” só consegue se disseminar com tamanha força por ter

bases econômicas e políticas sólidas. A “cultura” é construída para encobrir um sistema de dominação, exploração e opressão¹¹.

A cultura do estupro tem papel importante na culpabilização da vítima, pelo constrangimento, (re)vitimização e desqualificação que a mulher sofre quando resolver denunciar. Para perpetuação de uma sociedade capitalista patriarcal, é importante não estimular a denúncia para que a mulher continue sendo subjugada sem questionar o poder do homem.

A cultura do estupro atua fortemente na naturalização, aliada a mecanismos históricos e sociais, que vão do mais simples e rotineiros aos mais complexos: na frase corriqueira "prenda suas cabritas que meu bode está solto"; na frase comum de que uma mulher não poderia estar na rua, sozinha, a noite; ao desrespeito ao "não", dentre tantos outros conhecidos e repetidos.

A violência contra a mulher nas suas mais variadas expressões reflete o patriarcado, a coisificação da mulher, o machismo e a divisão sexual e racial do trabalho, que vigoram na sociedade durante os séculos - apontando que o estupro contra as mulheres é um produto e um resultado da forma social a qual estamos inseridos. E de certo modo, explica porque as mulheres são alvo frequentes dessa forma de violência – é uma ferramenta de dominação econômica e política, de intimidação e subordinação pelo medo.

Desde os tempos pré-históricos até o presente, acredito, o estupro tem representado uma função vital; não é nada mais nada menos do que um processo consciente de intimidação através do qual todos os homens mantêm todas as mulheres num estado de medo... Como arma básica de força contra as mulheres, o estupro, uma prerrogativa masculina, [...] é um crime político, o meio definitivo de os homens manterem as mulheres subordinadas como o segundo sexo (BROWNNMILLER, 1975, p. 15 apud VILHENA & ZAMORA, 2004, p. 117).

Além disso, a forma social como se concebe a sexualidade e o próprio ato sexual, torna possível a existência da utilização da força física para exercer domínio sobre a mulher, seja por meio da agressão, pelo estupro ou da violência contra mulher em diferentes formas.

¹¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre ideologia, conferir Cisne, 2015.

A mulher coisificada e objetificada pela sociedade tem a anulação do seu corpo e do seu prazer para que o homem chegue sempre ao ápice da satisfação. A sexualidade feminina é superexplorada para conceder prazer a outro e não para lhe permitir senti-lo. Aliás, o corpo feminino sempre foi cercado de tabus e preconceitos - para que as mulheres não explorassem seus próprios corpos. Por outro lado, o homem foi incentivado desde sempre a se tocar, se conhecer, a ser o "pegador", a ser o dominante. De certo modo, esse discurso social normatiza as ações de assédio e de submissão perante a figura masculina.

O ato do estupro então traz à tona uma demarcação de papéis sociais já naturalizados, ou seja, o papel do dominador versus o dominado (no caso, a dominada). Dessa forma, o estupro aparenta ser ato sexual "comum", visto que a sexualidade masculina foi construída metaforicamente para pensar que aquele que penetra é o responsável por apoderar-se do corpo do outro (MACHADO, 2004, p. 40).

[...] o lugar do masculino na relação heterossexual é pensado como o único que se apodera porque é o único que penetra. Poder-se-ia pensar, ao menos logicamente, que o sexo que se apodera é, não o que penetra, mas o que absorve, o que engloba, o que traz para o interior, ou então que os dois se apoderassem um do outro. Contudo, a penetração peniana tomou a primazia, tornando-se o único instrumento que se apodera sexualmente. Isso leva, paralelamente, a identificar o portador do sexo masculino como o sujeito e não o objeto da relação sexual (BATAILLE, 1989, Apud MACHADO, 2004, p. 41).

Machado (2004, p. 42-43) faz apontamentos no sentido de que o estupro carrega consigo a ruptura do sujeito e do objeto da sexualidade, mas também o desrespeito da vontade/desejo do outro. Isso significa dizer que o estupro está envolto por um "jogo de sedução" - onde o não dito por uma mulher na maioria dos casos é considerado como talvez ou como um sim.

Na verdade, essa percepção nos revela que segundo o patriarcado a mulher não precisa ter prazer e que o papel social que foi designado à mulher é de oferecer prazer - desrespeitando a figura feminina como sujeito que tem o direito de desenvolver também a sua sexualidade.

Logo, a virilidade masculina não pode ser ferida e o homem vai esperar que o não dito pela mulher, seja uma forma de sedução, ou como comumente se fala, que a mulher está "se fazendo de difícil" para se valorizar e vai buscar forçar uma

iniciativa sexual. O que não pode ocorrer é o homem ser negado por uma mulher, pois isto lhe apontaria fraqueza e a sua virilidade deve ser constantemente (re)afirmada. Na verdade, o "ser fraco" sexualmente para os homens é puramente demonstração de fraqueza e falta de virilidade, mas por outro lado, sinaliza também o modo como os homens foram criados e sociabilizados, denotando uma crueldade social ao criar um "exército de homens" que não saibam lidar com um não, que não podem demonstrar emoção e sentimentos e que devem manter sua dignidade, honra e moral acima de qualquer coisa e qualquer pessoa, pois segundo esse modelo hierarquizado de sociedade "o verdadeiro homem é aquele que pode ter todas as mulheres" (MACHADO, 2004, p. 44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Saffioti (2015, p.18) quando se fala em violência, nos remetemos a pensar em situações que cotidianamente muitas pessoas passam, como assaltos, roubos, furtos, sequestros, homicídios, entre tantos outros. Esta forma de definir o que é violência passou a ser entendido em caráter popular. Contudo, podemos definir violência como a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, seja ela psíquica, física, sexual, patrimonial e moral.

Essas variadas manifestações contemporâneas da violência, segundo Silva (2008) impactam diretamente a vida dos seres individuais e estão ancoradas em uma dada historicidade. Para o autor, a violência de modo amplo pode ser mais ou menos visível, reconhecida socialmente ou não, mas ainda assim ela é capaz de violar, ferir, oprimir e principalmente de impor interesses e vontades que irão sustentar interesses sociais individuais. Então, nessa sociedade foi construída a base de violência - tendemos a reproduzir a violência como um elemento normal e que faz parte das relações sociais dos indivíduos.

Isso significa dizer também, que a violência não está necessariamente relacionada ao uso da força física sempre, mas tem relação com finalidades, desejos, intenções e interesses diversificados e revela também que a violência pertence às relações humano-sociais, e que estão fundamentadas nesse complexo

social, produz impactos em diversas esferas, como na econômica, política, social e cultural dos indivíduos.

Compreendemos então que o estupro contra as mulheres tem se tornado uma das mais bárbaras formas de violência e que se faz presente nas relações sociais de sexo, expressa um reflexo do capitalismo-patriarcado - que delimita hierarquias, posições sociais, espaços que podem ser ocupados por determinados indivíduos, privilégios masculinos, submissão das mulheres, entre tantas outras.

O machismo, como um subproduto do sistema capitalista e patriarcal, é impregnado nas suas bases de formação e contribui para a construção de condições favoráveis para a dominação masculina imperar e a opressão feminina servir como mecanismo vivo para a manutenção desse sistema - fazendo com que haja legitimidade e nutrição de diversos tipos de violência contra a mulher, em especial o estupro.

Romper com a cultura do estupro tem sido bandeira de luta dos movimentos feministas e de mulheres. Campanhas contra o assédio tem crescido nas redes sociais, na mídia e nas ruas, colocando o estupro no lugar onde ele deve ser visto: no da violência. Ter o estupro neste lugar é imprescindível, apesar de insuficiente. Muitos homens (e mulheres) não consideram o estupro como crime, mas como uma brincadeira, um ato de afirmação da virilidade “A realização de estupros individualmente ou em grupo fazia parte de episódio da vida de homens que dizem ter vivenciado situações que foram percebidas como fazendo parte da vida viril, mas que passaram depois a reconhecer como estupro” (MACHADO, 1998, p. 244). É preciso reconhecer que não existe “sexo sem consentimento” – isso é estupro, é violência e é crime. Encarar desta forma é o primeiro passo para enfrenta-lo.

Ações pontuais e individuais, entretanto, são insuficientes se não articuladas com transformações nas raízes desta violência: a divisão sexual e racial do trabalho, a posição desigual e hierarquicamente inferior em que historicamente a mulher é colocada. Trabalhar a educação sexual, em uma perspectiva da autonomia sobre o corpo e o prazer, do respeito e da liberdade de escolha, precisa ser um norte dos profissionais de serviço social, mas não apenas. Ter clareza do compromisso ético com a garantia de valores como a liberdade, a democracia e a justiça social,

pressupõe uma fundamentação histórica, teórico-metodológica e ético-política das relações sociais. Mas para esta apreensão, despir-se de preconceitos sobre o que é “ser homem” e “ser mulher”, questionar as posições hierárquicas e desiguais que os sujeitos assumem, desconstruir o que simbolicamente é atributo de “feminilidade” e “masculinidade” é imperativo.

É importante para os profissionais que lidam com mulheres vítimas de estupro e seus familiares ter ciência de como é uma violência avassaladora na vida das vítimas. Tão importante quanto esta compreensão, é entender o estupro não se limita a uma dimensão sexual, mas constitui-se historicamente como um instrumento de perpetuação de poder masculino e afirmação da virilidade, uma ferramenta de dominação econômica e política sobre as mulheres, de intimidação e subordinação pelo medo.

Em quase 6 meses de um governo de ultra direita, conservador e reacionário no país, que homenageia militares que incitam e praticaram torturas contra mulheres e homens que praticam violências contra as mulheres, que incita a violência contra a população LGBT, não é fortuito afirmar que temos como consequência o fortalecimento da cultura do estupro. Há claramente um movimento de resistência conservadora aos avanços constitucionais, às transformações nas posições sociais, na conjugalidade, na sexualidade, que se expressa no Estado.

Desarquivada em fevereiro de 2019, a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 29/2015 tem texto que provoca retrocessos nos direitos reprodutivos e dificulta o aborto em casos já aprovados pelo Supremo Tribunal federal desde 2012 (fetos anencéfalos) no caso de gestação causada por estupro ou risco de vida da mãe. O texto fala da “inviolabilidade da vida desde a concepção”, sendo um retrocesso no debate sobre aborto legal e seguro. Obrigar a mulher a dar continuidade a uma gravidez em caso de estupro é responsabilizá-la mais uma vez pela violência sofrida, e estender um sofrimento.

Projetos como o “Escola sem partido” que reforçam estereótipos de feminilidades e masculinidades, indicando o fim da abordagem de educação sexual de forma livre nas escolas, busca manter a dinâmica hegemônica das relações

desiguais e hierárquicas de sexo, relações estas que reproduzem, difundem e naturalizam a cultura do estupro e da violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**; Tradução Maria Helena Kuhner. 11^a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOSELI, Giane; COULOURIS, Daniella. **Violência de gênero, legislação e práticas jurídicas no Brasil contemporâneo**. 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7yddh/pdf/souza-9788579830198-09.pdf>. Acesso em: 28/11/2017

BULFINCH, T. O livro de ouro da mitologia: história de deuses e heróis. Ediouro Publicações. 28^a edição. Rio de Janeiro, 2002.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil** [Livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**; Tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed - São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVREUX, Anne Marie. **A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250048870_A_teorias_das_relacoes_sociais_de_sexo_um_quadro_de_analise_sobre_a_dominacao_masculina. Acesso em: 14/06/2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**; Tradução de Leandro Konder - 17^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

KOLLANTAI, Verinha. **A cultura do estupro da sua origem até a atualidade**. Feminismo sem demagogia, 2016. Disponível em: <https://feminisemosendemagogia.wordpress.com/2016/06/23/a-cultura-do-estupro-da-sua-origem-ate-a-atualidade/>

LAMY, Luciana Felix. **O mito de Perseu - Violência e sensualidade na Loggia dei Lanzi**, 2015. Disponível em: <https://www.consueloblog.com/perseu/>

LESSA, Sérgio. **"Abaixo a família monogâmica!"**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidades e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea**. In: Masculinidades. Organização Monica Raisal Schpun - São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004

MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidade, sexualidade e estupro. As construções da virilidade.** Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634634/2553>. Acesso em: 14/06/2019.

NOBUO, Paulo. **Medusa foi vítima de violência sexual: história que você conhece a transformou em vilã,** 2019. Disponível em: <https://www.vix.com/pt/mundo/572422/medusa-foi-vitima-de-violencia-sexual-historia-que-voce-conhece-a-transformou-em-vila>

OKAMOTO, Júlia Yuri. **As "Mulheres de conforto" da guerra do Pacífico.** [s.d]. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/viewFile/17698/10136>

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2 ed - São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica)

SILVA, José Fernando Siqueira. **Violência e Serviço Social: notas críticas.** Rev. Katál. Florianópolis. Vol. 11, nº 2, p. 265-273. Jul/dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n2/12.pdf>. Acesso em: 28/05/2019

SOUSA, Marília de Oliveira. **A resistência das mulheres no município de Rio das Ostras contra as formas de opressão, objetificação e violência.** Monografia em Serviço Social - Universidade Federal Fluminense. Rio das Ostras - Rio de Janeiro. 2017.

SANTOS, Gyne Gessyka Pereira; SALES, Sandra Regina. **A mulher negra brasileira, miscigenação e o estupro colonial: O mito da democracia racial e o esforço de estereótipos racistas e sexistas.** Caderno Espaço Feminino / Uberlândia, MG. V. 31, n. 1. Jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/41554>. Acesso em: 14/06/2019

VILHENA, Junia; ZAMORA, Maria Helena. **Além do ato: os transbordamentos do estupro.** Revista Rio de Janeiro, nº 12, Jan-abril 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/25839351/Al%C3%A9m_do_ato_os_transbordamentos_d_o_estupro. Acesso em: 28/11/2017

VIEIRA, Bruno. **O rapto de Perséfone,** 2016. Disponível em: <https://mitologiaefantasia.wordpress.com/2016/07/27/o-rapto-de-persefone/>
VILAR, Leandro. **Uma reflexão sobre a cultura do estupro,** 2016. Disponível: <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com/2016/06/uma-reflexao-sobre-cultura-do-estupro.html>



FASHIONISMO ÀS AVESSAS: TRABALHO DE COSTUREIRAS NOS BASTIDORES DA MODA NA CIDADE DO RIO JANEIRO

FASHIONISM TO THE AVECES: WORK OF SEAMSTRESSES BEHIND THE SCENES OF FASHION IN THE CITY OF RIO JANEIRO

Aline Lourenço¹

Ana Lole²

Inez Stampa³

Resumo

Este artigo trata sobre condições e relações de trabalho das costureiras que prestam serviço às marcas de vestuário feminino carioca. São trabalhadoras essenciais na produção das peças comercializadas por renomadas grifes e que não estão incluídas no “mundo do glamour” criado pelas empresas. Antes, estão submetidas à terceirização e subcontratação, práticas que afetam profundamente a classe trabalhadora e se desdobram em importantes alterações na proteção social do trabalho. O texto está baseado em pesquisa desenvolvida sobre a superexploração do trabalho e as diversas formas de trabalho precário, tomando como campo empírico o pólo da moda da cidade do Rio de Janeiro, onde foi possível observar o trabalho feminino como umas das suas maiores expressões, além de condições e relações de trabalho degradantes. O impulso ao consumo traz demanda de produção de peças em maior velocidade, com preço menor, favorecendo a intensificação do trabalho em condições precárias, apontando para a superexploração das trabalhadoras desse ramo.

Palavras chave: Precarização do trabalho. Indústria da moda. Capitalismo.

¹Mestre e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). **Autora para correspondência.** E-mail: <lourensse@gmail.com>

²Doutora em Serviço Social e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

³ Doutora em Serviço Social. Diretora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenadora de Programas Profissionais da Área de Serviço Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES (2018-2021) e do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil-Memórias Reveladas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Abstract

This article deals with the working conditions and relationships of seamstresses who provide services to women's clothing brands in Rio de Janeiro. They are essential workers in the production of the pieces marketed by renowned brands and are not included in the "world of glamor" created by companies. Rather, they are subject to outsourcing and subcontracting, practices that profoundly affect the working class and unfold in important changes in the social protection of labor. The text is based on research developed on the overexploitation of work and the various forms of precarious work, taking as an empirical field the fashion pole of the city of Rio de Janeiro, where it was possible to observe female work as one of its greatest expressions, besides degrading working conditions and relations. The impulse to consumption brings demand for the production of parts at a higher speed, with a lower price, favoring the intensification of work in precarious conditions, pointing to the overexploitation of workers in this branch.

Key words: Precariousness of work. Fashion industry. Capitalism.

INTRODUÇÃO

O trágico episódio de desmoronamento do edifício Rana Plaza em Bangladesh, em 2013, que matou mais de 1.100 trabalhadores (em sua maioria mulheres) é exemplo concreto do modo e das condições de produção adotadas por empresas, que terceirizam e superexploram mão de obra em busca de grandes lucros. O edifício, com a estrutura visivelmente comprometida, abrigava várias confecções que prestavam serviços a grandes marcas mundiais do comércio varejista, cujas costureiras eram obrigadas a trabalhar em condições precárias, além do baixo valor dos salários, que não chegava a US\$ 3,00/dia⁴.

Também no continente asiático, mais precisamente no Camboja, há o crescimento das chamadas *Sweatshops* (fábricas de suor) conhecidas como oficinas em condições desumanas de trabalho, tendo jornada superior ao permitido por lei, muitas vezes com uso de trabalho infantil, violência psicológica e condições desfavoráveis à saúde. Em 2014, na cidade de Phnom Penh, ocorreu uma expressiva greve dos trabalhadores da indústria têxtil na luta por melhores salários,

⁴Fonte <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/05/numero-de-vitimas-de-desabamento-em-bangladesh-ultrapassa-500.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

onde o fixo mensal não passa de US\$100,00 e a reivindicação era de, no mínimo, para US\$160,00. Houve conflito entre trabalhadores e policiais, com registro de, ao menos, quatro trabalhadores mortos. O estado, com medo da saída das grandes marcas do território, não cedeu às reivindicações dos trabalhadores, em sua maioria mulheres.

Com a expansão do mercado de couro para a produção de sapatos, bolsas e outros artigos, nações com alto índice de pobreza como a Índia⁵, estão sendo líderes mundiais de exportação de couro, devido ao baixo custo, gerado pela falta de regulamento de proteção ambiental e trabalhista. Os efeitos dessa produção são devastadores. O rio Ganges é o mais poluído do mundo e existem mais de 350 curtumes, que lançam todos seus resíduos tóxicos nele, contribuindo para, além da poluição, à contaminação de alimentos, animais e doenças graves aos moradores e trabalhadores de curtumes. Há um número elevado de moradores com vários tipos de câncer, doenças de pele, crianças que nascem com anomalias e doenças mentais graves, que são associadas ao contato direto com os produtos químicos utilizados no curtimento do couro, como o cromo VI⁶.

No Brasil, há denúncias frequentes sobre condições precárias na indústria da moda, como o flagrante de trabalho análogo à escravidão sofrido pelos imigrantes bolivianos e peruanos, em especial na cidade de São Paulo, onde seu local de trabalho e sua moradia se misturam em um espaço mínimo e precário para garantir sua subsistência⁷.

A partir desse breve panorama sobre as condições de trabalho no mundo da moda, procuramos indicar que a precarização do trabalho e da vida do trabalhador, envolvendo subcontratação, bem como a realocação geográfica de processos produtivos com objetivo de viabilizar o aumento da produtividade e do lucro, geram

⁵ Embora em acelerado processo de industrialização e com enorme contingente populacional (ou seja, com fartura de mão de obra barata) a Índia apresenta impressionante concentração de desigualdade social, semelhante ao Brasil. Hobsbawm (1995) se refere ao Brasil como “monumento à desigualdade social”.

⁶ Fonte: Documentário *Leather: Slaveto Fashion*, 2013.

⁷ Fonte: Trabalho escravo nas oficinas de costura. Repórter Brasil, 2016.

resultados como a desterritorialização da produção e dos serviços, mudanças que afetam profundamente a classe trabalhadora.

Ao pensarmos no caso brasileiro, vivemos em uma conjuntura que parece facilitar e naturalizar esse tipo de relações de trabalho. Somado a isso, temos o presente contexto de oficialização da desregulamentação do trabalho, implementado pelo atual governo, com a contrarreforma trabalhista, regulamentação da terceirização em toda a sua atividade, tentativas de alteração no termo análogo ao escravo, o que dificulta a ação e fiscalização pelo Ministério do Trabalho⁸.

A proposta deste artigo é apresentar parte do estudo desenvolvido sobre o trabalho nos bastidores da moda na cidade do Rio de Janeiro, buscando conhecer as condições de trabalho de costureiras que trabalham em e/ou para confecções na cidade do Rio de Janeiro⁹. O objetivo foi evidenciar elementos que estão por trás das relações de trabalho no mundo da moda. No caso específico deste artigo, a intensificação e a ampliação da exploração do trabalho precarizado, como um processo advindo da acumulação flexível do capital e das medidas impostas pelo neoliberalismo, afetando a classe trabalhadora, de modo geral, e as costureiras, em particular.

Para isso são necessárias reflexões, ainda que de forma breve devido ao tipo de comunicação aqui apresentada. Neste sentido, nosso foco está contextualização da dinâmica do capital, nas mudanças recentes no mundo do trabalho no Brasil, junto ao crescimento do trabalho precário, informal, a feminização da força de trabalho, bem como o “mundo da moda” e sua relação com seus profissionais de base que, neste caso, será restrito às costureiras.

MUDANÇAS RECENTES NO MUNDO DO TRABALHO

Para Mota e Amaral (1999, p.23), as transformações do trabalho devem ser vistas como um “processo de reestruturação econômica do capital e ambiente de

⁸Para maior aprofundamento ver: Stampa; Lole, 2018.

⁹ A pesquisa “Fashionismo às avessas: expressão da precarização do trabalho nos bastidores da moda” é desenvolvida no Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS), do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

intervenção política das classes e do Estado”. É uma iniciativa própria ao estabelecimento de um “novo equilíbrio”, pois reorganizam o papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital e, também, criam mecanismos sociais, políticos, culturais e institucionais necessários para a manutenção do processo de reprodução social, como uma alternativa ao padrão fordista.

Harvey (2012, p.140) define este processo como acumulação flexível, “marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, e se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Esse padrão organizacional desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, onde: a produção é diretamente ligada à demanda; o trabalhador possui multiatividades de funções, operando simultaneamente várias máquinas; a produção deve ser feita em menor tempo, com controle na reposição e no estoque de peças; é inserido um círculo de controle de qualidade (CCQ); e, a terceirização e a subcontratação são centrais nas relações de trabalho.

Essa reorganização, segundo Antunes e Druck (2015), se dá em uma hegemonia da “lógica financeira” criando um novo “conteúdo ao modo de trabalho e de vida, sustentados na volatilidade, efemeridade e descartabilidade”, tornando os trabalhadores descartáveis, desmontando o trabalho contratado e regulamentado, dando espaço a vários modos de terceirização, informalidade e precarização “ampliando os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor” (ANTUNES; DRUCK, 2015, p.20).

De acordo com Ramalho e Santana (2003), em países desenvolvidos o mundo do trabalho modificou-se de forma acelerada, o Estado e o seu papel de mantenedor da proteção social foi abalado pela ofensiva neoliberal. Tal ofensiva não demorou a chegar a países periféricos onde já não eram firmes as regulações trabalhistas e a proteção social. Os autores argumentam que a segurança do pleno emprego foi substituída pelo desemprego; o sistema de contratação foi atacado em busca de maior flexibilização da produção; as políticas de proteção aos trabalhadores, fora e dentro do trabalho, foram substituídas por políticas de aumento de competitividade; e a desigualdade social passou a ser vista como combustível para o desempenho dos indivíduos.

Portanto, as mudanças ocorridas no capitalismo, no contexto da acumulação flexível, romperam com o padrão de produção fordista e trazem consequências para o mundo do trabalho, sucateando os direitos trabalhistas, terceirizando a força de trabalho e fragilizando a organização sindical dos trabalhadores. Com isso, o Estado é reorganizado para favorecer as novas mudanças no âmbito da produção capitalista, passando a ter um papel de “gestor dos negócios da burguesia financeira”, amparado no neoliberalismo, com a desregulamentação do mercado e do trabalho. Dessa forma, nas relações entre Estado, sociedade e mercado, as medidas são voltadas para “mecanismos de privatização, para as pressões do empresariado e da burocracia estatal, para suprimir direitos sociais e trabalhistas e a naturalização da superexploração do trabalho” (MOTA; AMARAL, 1999, p.37). Segue-se, assim, uma lógica financeira, que atinge também todos os campos da vida social (ANTUNES; DRUCK, 2015).

Vivemos, no Brasil, um contexto de oficialização da desregulamentação do trabalho e de empobrecimento da classe trabalhadora, uma ação política, econômica e cultural de cunho conservador, reforçada e implementada pelo atual governo. Essa conjuntura naturaliza as mais precárias relações de trabalho em favorecimento das grandes empresas.

Os resultados revelam a “*destruição* das frágeis conquistas democráticas consignadas na Constituição, praticada pelo Estado ou com o seu aval” (PEREIRA, 2012, p.740), principalmente na não implementação da seguridade social. Colocando em xeque duas importantes estratégias progressistas que envolveram a reivindicação de um orçamento próprio para a seguridade social e a garantia do controle democrático sobre os investimentos nas políticas sociais, evitando-se seus desvios para a área econômica. Ou seja: as contrarreformas trabalhista¹⁰ e da previdência¹¹ em curso, associadas ao ajuste do Brasil ao capitalismo

¹⁰ Da qual a Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, é exemplo claro. Ela altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

¹¹ A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287/2016 tramita no Congresso Nacional e está “pronta para pauta no plenário”, conforme dados da Câmara dos Deputados, ainda que represente imensos prejuízos para os trabalhadores, pois, se aprovada, vai alterar vários artigos da Constituição para dispor sobre a seguridade social.

financeirizado¹² no contexto da crise do capitalismo vem acarretando o desmonte da seguridade social.

Além disso, as tentativas de redefinição do conceito de *trabalho escravo*¹³, a regulamentação da terceirização irrestrita da mão de obra em todo processo produtivo, as reformas trabalhista e previdenciária, compõe um pacote de desmonte por completo de todo ganho e luta da classe trabalhadora.

O Brasil foi o último país a abolir o trabalho escravo nas Américas e, apesar de ter se tornado referência no combate, retorna ao grupo de países com incidência em flagrantes de trabalhadores em condições análogas a escravo. De acordo com VeriskMaplecroft¹⁴, o país está em 33º, pior posição no ranking de risco corporativo, onde aponta a maior possibilidade de um negócio, serviço ou rede utilizarem de mão de obra nessas condições.

Em nosso Código Penal, caracteriza-se como condição de trabalho análoga à de escravo:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. (Art. 149 do Código Penal - Decreto Lei nº 2.848/1940).

Porém, temos seguidas tentativas de redefinição do conceito. Com o início da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 438/1999 (conhecida

¹² Dentre outras iniciativas, destaca-se a Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016 (PEC 55/2016), também chamada de “PEC do fim do mundo”, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal que congela as despesas do governo federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos. Esta medida é exemplo de como a lógica fiscal adquire preponderância sobre os direitos sociais. A política de austeridade não toca nos interesses do capital, ao contrário, os preservam e os garantem no âmbito do Estado.

¹³ Segundo Figueira (2000) a legitimidade da expressão *trabalho escravo* pode ser contestada ao ser utilizada para exprimir as formas de trabalho ainda presentes no mundo capitalista contemporâneo, pelo fato da escravidão ser ilegal em quase todos os países.

¹⁴ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/brasil-esta-proximo-de-ter-risco-extremo-de-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

como PEC do trabalho escravo, que levou anos até ser promulgada como a Emenda Constitucional nº 81/2014), inserindo a expropriação de imóvel rural e urbano, quando detectada a exploração de trabalho escravo, junto ao artigo 243 da Constituição Federal, houve articulações da bancada ruralista para alteração do conceito de trabalho escravo. Dessas articulações surgiram, o Projeto de Lei nº 3.842/2012 e o Projeto de Lei nº 432/2013, que visa à regulamentação da Emenda Constitucional nº 81/2014, de autoria do senador Romero Jucá, ambos em sua redação propõem a redução do conceito *trabalho análogo ao escravo*. No Artigo 1º do Projeto de Lei nº 432/2013, a redação dos incisos também exclui os termos “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho”.

Sobre um dos instrumentos de combate ao trabalho escravo, temos a “lista suja” que, sem dúvida, é importante na identificação de quais empresas foram autuadas pelo Ministério do Trabalho por irregularidades nas relações de trabalho. Porém, passa por constantes tentativas de ocultação. Em 2014, por exemplo, foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, a pedido da Associação de Incorporadores Imobiliários, voltando a ficar disponível apenas no fim de 2016. Em março de 2017, o presidente em exercício, Michel Temer, recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho e conseguiu suspender a divulgação da lista, porém, no mesmo mês, o ministro relator do caso devolveu a decisão ao Tribunal Regional do Trabalho, o que obrigou o governo a divulgar a lista em 23 de março de 2017. Atualmente a lista está disponível, com base na Lei de Acesso a Informação – Lei nº 12.527/2011.

Na lista¹⁵ existem 11 confecções de costuras¹⁶, entre terceirizadas e marcas de roupas, que foram autuadas pelo Ministério Público do Trabalho. De acordo com

¹⁵ Nesta lista consta a relação dos empregadores que foram autuados e que tiveram decisão administrativa transitada em julgado, entre abril de 2014 e abril de 2016. De acordo com a ONG Repórter Brasil, essa seria a 4ª edição da lista antes da última suspensão. Em março de 2017 o Ministério do Trabalho publicou uma nova lista com 85 empregadores cadastrados, porém, em seguida, retirou 17 nomes da lista. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2017/03/governo-oculta-nomes-que-poderiam-estar-na-lista-suja-do-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

¹⁶ Encontram-se na lista as seguintes oficinas de costura que foram autuadas em decorrência de caracterização de trabalho análogo ao de escravo: As Marias Comércio de Roupas Ltda., 2014-SP; Confecções de Roupas Seiki Ltda., 2014-SP; Lojas Renner S/A, 2014-SP; Juan Edwin Mendoza

o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Escravo da Assembleia Legislativa de São Paulo, estima-se que existam entre 12 mil e 14 mil pequenas oficinas de costuras instaladas no estado em condições precárias de trabalho¹⁷. As confecções autuadas prestavam serviço para marcas como Zara e Marisa, apenas para citar as mais conhecidas.

Foram incluídas no mês de abril deste ano mais 48 novos nomes, incluído uma confecção e oficinas de costura que prestavam serviço à marca de luxo de roupa feminina Animale¹⁸, cujo preço da peça chega a R\$ 1.998,00¹⁹.

A regulamentação da terceirização irrestrita foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em 2017. A Lei nº 13.467/2017 amplia a terceirização e legaliza a contratação de prestadores de serviço para executarem a atividade fim de uma empresa. A aprovação trouxe consigo a flexibilização total das atividades da empresa e coloca em xeque a garantia de leis básicas de proteção ao trabalhador, abrindo brechas para abusos como a possibilidade de aumento de horas de trabalho, acidentes de trabalho, acrescentando novos elementos à exploração do trabalho, como a legalidade da “quarteirização”²⁰.

No que tange à contrarreforma trabalhista, temos alterações de mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como a flexibilização do

Machicado Confecções ME, 2013-SP; José Rodriguez Carrasco, 2014-SP; Il Mare Confecções de Roupas, 2013-SP; Distribuidora Sulamericana Importação e Exportação Ltda., 2013-SP; Guillermo Rivas Quispe, 2014-SP; HandbookStore Confecções, 2015-SP; M5 Indústria e Comércio, 2013/2014-SP (oficina autuada duas vezes); UniqueChic Confecções Ltda., 2014-SP.

¹⁷ Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/conclusoesdorelatorio-cpidotrabalhoescravo.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

¹⁸ De acordo com a reportagem do Repórter Brasil o valor pago aos trabalhadores era de R\$5,00. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2019/04/animale-cafe-selo-lista-suja-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 26 de mai. 2019.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.animale.com.br/novidades?O=OrderByPriceDESC>>. Acesso em: 26 de mai. 2019.

²⁰ Fica permitido à empresa de terceirização subcontratar outras empresas para realizar serviços de contratação, remuneração e direção do trabalho a ser realizado por seus trabalhadores nas dependências da contratante. Fonte: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/526747-CAMARA-APROVA-TERCEIRIZACAO-PARA-TODAS-AS-ATIVIDADES-DA-EMPRESA.html>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

contrato de trabalho e a legalização de novas formas de trabalho possibilitando a negociação de direitos, antes garantidos por lei, entre patrões e empregados, como, por exemplo, hora de almoço, jornada de trabalho e trabalho em ambientes insalubres. Um claro retrocesso e ataque à proteção social do trabalho.

A “contrarreforma” da previdência está sendo negociada entre os problemas do atual presidente e com a equipe econômica junta a falta de alinhamento da base aliada no congresso. O que é certo é que a proposta de reforma dificulta o acesso a aposentadoria e reduz o valor do benefício para a classe trabalhadora.

Uma reforma polêmica que desconsidera o contexto em que vivemos – tempos de trabalho precário e informalização (MACHADO DA SILVA, 2003), o que é evidenciado com a regulamentação da lei da terceirização. No caso das mulheres, o panorama parece mais desanimador, por possuírem jornada dupla de trabalho, ocuparem, em sua maioria, postos de trabalho mais precarizados, bem como remuneração inferior à dos homens.

Essas mudanças nas relações de trabalho são expressões inconfundíveis do avanço nas relações precárias de trabalho e de um retrocesso na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.

E como a indústria da moda se apropria dessas condições? Por estar inserida no contexto de produção capitalista e ter o consumo como uma de suas bases, sabemos, a princípio, que se apropria de qualquer condição ou situação que se revele útil para a abertura do seu mercado, no intuito de maximizar os lucros, como a produção *fastfashion*, mas não somente nele, usando de superexploração do trabalho, com todos os exemplos de desrespeito às leis trabalhistas, apropriação cultural, trabalho análogo ao escravo, em nome da busca de uma “identidade” oferecida aos seus consumidores.

O ENTRELACE DA MODA AO CAPITAL

A aproximação com trabalhadoras costureiras na cidade do Rio Janeiro, a partir do estudo que estamos desenvolvendo, nos trouxe muitas inquietações. Uma

delas foi a compreensão de que há uma relação de trabalho com as costureiras externas (profissionais que prestam serviço via confecções, responsáveis por produzir modelagem, peça-piloto, ou via facções, onde as peças são montadas e costuradas, ou até mesmo em domicílio) e que as mesmas fazem parte do grupo de trabalhadores com relações informais de trabalho na indústria da moda. Antes dessa aproximação, o fato de não serem funcionárias da fábrica não fornecia condições de visualizá-las como pertencentes à classe trabalhadora, devido ao pouco contato que era estabelecido naquele ambiente, já que são “externas”.

O fato das marcas estarem flexibilizando a produção, com uso de trabalhadores externos, por meio da terceirização ou subcontratação, facilita a criação grupos de produção, como facções, empresas familiares, grupo de trabalhadores que transformam seus espaços de moradia em pequenas fabricas precárias. Para baratear a produção, esses grupos violam regras básicas de relações e condições de trabalho, tornando-o precário e até mesmo análogo ao trabalho escravo.

A expressiva mão de obra feminina nesse ramo evidencia a importância de entender como se constituem essas relações de trabalho feminino, pois, de acordo com Antunes (1999), o trabalho feminino tem sido absorvido no universo do trabalho precarizado e desregulamentado. Afirmativa que se mostra intensa nas relações estabelecidas com as costureiras externas na experiência relatada.

O aumento do trabalho precarizado e da mão de obra barata favorecem o mundo da moda, seja com o trabalho de imigrantes, seja em países periféricos, na busca do máximo de lucro, terceirizando sua produção, contratando profissionais temporários, pagando baixos salários e explorando massivamente seus trabalhadores. É neste grupo de trabalhadores que encontramos o sujeito do nosso objeto de estudo, as costureiras. Isso nos levou nos aproximar mais da indústria da moda para entender de que forma se apropria dessas transformações no processo produtivo.

Para Antunes (1999), o trabalho feminino cresceu principalmente no trabalho precário, informal, de baixo salário e com jornadas prolongadas, além da jornada doméstica vinculada à mulher. O referido autor destaca que o capital se prevalece da

polivalência do trabalho feminino e dos conhecimentos que as trabalhadoras trazem de suas atividades domésticas e produtivas.

Segundo Hirata (2011, p.16), “o aumento do emprego feminino a partir dos anos noventa é acompanhado do crescimento simultâneo do emprego vulnerável e precário, uma das características principais da globalização numa perspectiva de gênero”. Há uma bipolarização de empregos femininos, segundo a autora, onde, de um lado, estão mulheres executivas exercendo profissões intelectuais e, de outro, mulheres em ocupações tradicionalmente femininas. Ressalta a autora que as consequências da precarização do trabalho são diferentes entre homens e mulheres. E que a mulher acaba sendo mais atingida por essa precariedade. Observa-se o agravamento das desigualdades sociais entre as próprias mulheres, desigualdades que podem ser vistas, como, por exemplo, nas relações de trabalho entre as estilistas e as costureiras.

O aprendizado da costura como parte da formação das mulheres, de acordo com Leite (2004), se transformou como peça de socialização feminina, sendo um elemento importante para entender a predominância de mulheres em confecções de costura e de como é feito o uso dessa força de trabalho.

Além das mudanças ocorridas na organização das empresas, em seu dimensionamento e localização, ambas promovidas pela reorganização da produção e da gestão da divisão do trabalho, ampliaram-se formas antigas e precárias de trabalho, como também ocorre a atualização das mesmas para manterem-se rentáveis ao capital (MATTOS, 2005). Neste caso, o trabalho em domicílio, relação muito comum entre as marcas de vestuário e as costureiras, ganha uma nova roupagem através da terceirização. Silva (2014, p.53) esclarece que a “outra forma de trabalho reinventada pela reestruturação produtiva é o trabalho em domicílio, através da terceirização, posto na informalidade, sendo um exemplo da fragmentação imposta pelo capitalismo”. As particularidades do trabalho de confecção, no contexto de um processo generalizado de terceirização das atividades do setor, acabam por acarretar a multiplicação do trabalho em domicílio (LEITE, 2004).

Apesar de o nosso tema estar diretamente vinculado à moda no que tange ao vestuário, não há como pensar em moda no contexto atual somente acoplada à

questão das roupas. É preciso refletir sobre sua extensão para outras áreas. A moda “invade os limites de todas as outras áreas do consumo e pensarmos que sua lógica também penetra a arte, ciência, fica claro que estamos falando sobre algo que reside praticamente no centro do mundo moderno” (SVENDSEN, 2010, p.10).

Porém, como pensar as consequências do desenvolvimento da moda, como a produção *fastfashion*, enquanto forma de degradação do meio ambiente, de animais, no caso do couro, de superexploração do trabalho, com todos os exemplos de desrespeito às leis trabalhistas, apropriação cultural, trabalho análogo ao escravo, em nome da busca de uma “identidade” oferecida aos seus consumidores, sem considerar os processos estruturais e a responsabilidade da exploração?

A moda é indistinguível do capitalismo e, por isso, não há como pensá-la sem remeter aos impactos de suas fábricas para o meio ambiente e para os trabalhadores, como também não há como ignorar suas posições racistas e sexistas, bem como as relações de poder que quase sempre são reforçadas no mundo da moda. As peças de vestuário, dentro da moda, perdem parte do seu valor de uso, reduzindo a capacidade de atender a uma necessidade humana e passando a ter valores simbólicos agregados, como riqueza, amor e poder. Demonstrando, desta forma, que o objetivo da moda é produzir lucro ao mercantilizar as necessidades humanas (HOSKINS, 2014).

Essas questões são importantes para buscar entender como a moda se configura e, no que concerne às intenções deste estudo, entender as relações estabelecidas no mundo da moda, em especial no que se referem às trabalhadoras deste ramo, suas relações e condições de trabalho.

CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DAS COSTUREIRAS

A proposta deste item consiste em analisar as condições e relações de trabalho das costureiras externas (trabalhadoras de confecções, facções e em domicílio), que prestam serviço terceirizado a determinadas marcas de vestuário feminino na cidade do Rio de Janeiro nos dias atuais.

Apesar das várias formas de organização dentro da cadeia produtiva na indústria da moda, é necessário apresentar, de forma breve, o cenário de

organização produtiva e esclarecer quais as principais funções de cada prestadora de serviço, no caso, das confecções, facções e costureiras externas.

Abreu (1986) ao descrever a organização produtiva da moda carioca aponta para alguns cargos importantes, tais como: a modelista – responsável em traduzir os desenhos em moldes e ampliar em diversos tamanhos; o riscador/cortador – responsável por enfiar, riscar e cortar o tecido; e as costureiras internas – que organizam as peças que serão utilizadas como modelo pelas costureiras externas, as chamadas peças-piloto.

A referida autora afirma que a confecção de roupa pode ser dividida em quatro etapas: a primeira: idealização; a segunda: preparação (modelagem e corte); a terceira: montagem; e a quarta: acabamento. Os sujeitos de nossa pesquisa estão localizados nas duas últimas etapas, onde se encontram os/as trabalhadores/as terceirizados.

A terceira etapa de confecção de uma roupa, a montagem, consiste no trabalho de máquina propriamente dito, unindo as várias partes cortadas. Considerada, o gargalo de qualquer confecção, é na montagem que as maiores diferenças nas formas de organização da produção podem ser percebidas entre pequenas e grandes fábricas. [...] É nesta etapa de montagem que o trabalho externo é utilizado em larga escala. As externas recebem as peças cortadas e overlocadas e montam a peça por inteiro, do mesmo modo que as costureiras. A quarta etapa de confecção de uma roupa, o acabamento, consiste em fazer casas, pregar botões, fazer bainha, limpar costura dos fios de linha e passar a roupa pronta. Nesta etapa a utilização de mão de obra externa pode variar de confecção para confecção. (ABREU, 1986, p. 152-153).

Desta forma, as confecções são prestadoras de serviço, em sua maioria, responsáveis pelo corte, montagem e etiquetagem das peças, ou seja, responsáveis pelas peças ao todo. Para a facção é repassado o trabalho de fechar as peças já cortadas, voltando para a confecção para a revisão, etiquetagem, para ser passada e embalada. Os trabalhadores, em sua maioria, não possuem vínculo empregatício.

As costureiras externas também ficam responsáveis pelo fechamento das peças, recebem por peça produzida, trabalham em suas residências e são as trabalhadoras que recebem o menor valor pelo trabalho. Durante o processo de

terceirização, o valor da peça é estipulado na contratação entre a marca e a confecção. Esta última, ao repassar para a facção, retira parte do valor e a facção, por sua vez, repete o mesmo procedimento ao remunerar as trabalhadoras externas.

Existem características importantes do trabalho em domicílio que, a nosso ver, engloba tanto o trabalho das facções quanto as costureiras externas. Abreu afirma que:

A definição de trabalho em domicílio pelos autores italianos citados envolve geralmente as seguintes características: trabalho realizado na habitação do trabalhador, com maquinaria de sua propriedade ou ao menos em sua posse, por encomenda de empresas ou de seus intermediários, envolvendo geralmente a realização de tarefas parciais do processo produtivo, recebendo em troca pagamento por peça. (ABREU, 1986, p. 73).

Nesta relação, a marca de roupa contrata os serviços das confecções que repassam parte da produção para as facções que, por sua vez, transferem parte para as costureiras externas. Contudo, a ordem deste processo não é uma regra, podendo a marca repassar direto para a facção ou para as costureiras externas.

Segundo Abreu (1986) a descentralização da produção pode ser atribuída à diminuição e compressão dos custos da relação capital/trabalho, através da renúncia de algumas fases da produção para evitar custos internos e com questões previdenciárias. É neste processo que a terceirização e quarteirização ou terceirização em cascata ganham corpo, abrindo espaço para as subcontratações de mão de obra.

É nesse contexto que o aumento do trabalho precarizado e da mão de obra barata favorecem o mundo da moda, seja com o trabalho de imigrantes, seja em países periféricos, na busca do máximo de lucro, terceirizando sua produção, contratando profissionais temporários, pagando baixos salários e explorando massivamente seus trabalhadores.

Apesar de nossa pesquisa estar diretamente vinculada à moda, especialmente à indústria da moda no que se refere ao vestuário, não há como refletir sobre a moda hoje somente acoplada à questão das roupas. É preciso pensar

sua extensão para outras áreas. Neste sentido, a moda “invade os limites de todas as outras áreas do consumo e, se pensarmos que sua lógica também penetra a arte e a ciência, fica claro que estamos falando sobre algo que reside praticamente no centro do mundo moderno” (SVENDSEN, 2010, p. 10). E também é necessário pensar a moda como um sistema que ganha força em um determinado período histórico, onde trabalho e consumo no âmbito da sociedade capitalista são fundamentais para a sua manutenção e na atual conjuntura se prevalece de condições e situações que afetam diretamente a classe trabalhadora.

Apesar de não ter traçado um perfil confirmando a prevalência de mulheres no ramo da costura, temos esse indicador de forma empírica, pois o trabalho feminino, segundo Antunes (1999), tem crescido principalmente no trabalho precário, informal, de baixo salário e com jornadas prolongadas, além da jornada doméstica vinculada à mulher. Tal afirmativa pôde ser confirmada nas primeiras aproximações com o campo de pesquisa, incluindo visitas às confecções e fábricas de costura.

A partir do contato estabelecido com uma trabalhadora, foi possível ter acesso a seu espaço de trabalho, em um prédio que agrupava quatro confecções de costura, no bairro de Benfica, no Rio de Janeiro.

A primeira entrevista foi realizada com a costureira externa, que possui 75 anos e havia acabado de receber oito saias para serem costuradas, trabalho este que seria realizado em sua casa pelo valor de R\$15,00 reais cada peça. A chefe de produção da confecção era a única funcionária com vínculo de trabalho formal. Em média, eram dez costureiras externas e, no momento da entrevista, havia produção para três marcas de roupas femininas, com valor das peças, na loja, em torno de R\$220,00 a mais barata.

Uma das marcas encontrada na produção da fábrica é uma grife carioca que se define como “uma label em construção que acredita na evolução do movimento coletivo e na força interna do poder feminino”. A peça mais barata, em caráter de liquidação, custava R\$221,00 e a de maior valor, também em liquidação, era R\$1.235,00.

Já em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, a entrevistada foi uma costureira interna de 58 anos que acabara de ficar desempregada após 12 anos de serviço para a mesma confecção, também localizada no município. De acordo com a

trabalhadora, as costureiras externas iam até a confecção pedir serviço e eram submetidas ao teste da peça piloto, sendo aprovadas levavam um determinado número de peças para serem fechadas com prazo de entrega; como eram marcas de médio e grande porte, o número de peças variava entre 50 a 700, dependendo da produção.

Essa costureira foi dispensada na mesma semana da entrevista. Houve um acordo com a proprietária da confecção para a garantia dos seus direitos trabalhistas. De acordo com a costureira, tal acordo foi feito com todos os funcionários. Porém, como ficou durante alguns anos sem carteira assinada, a trabalhadora relata que isso contribuiu para a impossibilidade de sua aposentadoria.

O processo de produção da confecção consistia em pegar a produção nas marcas (peças de tecido para a montagem e acabamento), distribuir para os externos, seja costureira ou facção, que no caso eram os serviços prestados por um trabalhador peruano que residia em outro município da Baixada Fluminense e as costureiras externas. As peças retornavam para a confecção para revisão, sendo entregues para as marcas no prazo estipulado e passando novamente por uma revisão, agora na sede das marcas.

A ex-proprietária da confecção e também ex-patroa da referida costureira foi evidenciado que havia negociação sobre o preço das peças ao pegar o serviço com as marcas. É importante salientar que, por ser um serviço de prestação de serviço, ou seja, terceirizado ou subcontratado, o valor da peça será o de menor custo possível. Ao ser repassado pela confecção, esse valor diminui ao chegar à facção e às costureiras externas. Precisam, assim, aumentar muito a quantidade de trabalho para aumentar a renda.

CONCLUSÃO

As observações levantadas nesta pesquisa realizada para o mestrado, a partir da aproximação da realidade de trabalho das profissionais entrevistadas, evidenciam alguns dos elementos que estão nos bastidores das relações e condições de trabalho no mundo da moda, ou seja, a intensificação e a ampliação da exploração

da força de trabalho. Estes elementos, expressões que se constituem a partir de um processo mais amplo, são resultados da acumulação flexível do capital e das medidas impostas pelo neoliberalismo, a partir da contrarreforma realizada pelo Estado, que afetam gravemente toda a classe trabalhadora.

Deste modo, não há como pensar a moda, construída por sujeitos, desvinculada de qualquer direção ideológica, onde parece flutuar e não ter nenhuma base sólida, apenas a sedução, o efêmero e o consumo como pontes de sua realização.

Faz-se necessário pensar as consequências do desenvolvimento da moda, como, por exemplo: a produção *fastfashion*, a degradação do meio ambiente, o uso de animais, no caso do couro e outros materiais, a superexploração do trabalho, com todos os exemplos de desrespeito às leis trabalhistas, a apropriação cultural e o trabalho análogo ao escravo. A indústria da moda ao buscar uma “identidade” a ser oferecida aos seus consumidores, não considera os processos estruturais e a responsabilidade da exploração. O aumento do trabalho precarizado e da mão de obra barata favorecem a indústria da moda, seja com o trabalho de imigrantes, seja em países periféricos, na busca do máximo de lucro, terceirizando sua produção, contratando profissionais temporários, em sua maioria mulheres, pagando baixos salários e explorando massivamente seus trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O avesso da moda**. São Paulo: Hucitec, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 34, p. 19-40, 2015.

BRASIL. **Código Penal - Decreto-lei nº 2.848/1940**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.842/2012**. Dispõe sobre o conceito de trabalho análogo ao de escravo. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544185>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 432, de 2013**. Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114895>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014**. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. Estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras), revertendo a área ao assentamento dos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc81.htm>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 5 dez. 2018.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que o trabalho escravo? **Estudos Avançados**, São Paulo, v.14, n.38, p. 31-50, jan./abr. 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22 ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. esp. 01, p. 15-22, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOSKINS, Tansy E. **Stitched Up**: the anticapitalist book of fashion. Plutobooks, 2014.

LEITE, Márcia de Paula. Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções de São Paulo. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 239-265, 2004.

MATTOS, Regina Célia de. **Desvendando o íntimo espaço da moda**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2005.

MACHADO DA SILVA, Luiz. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurelio (Org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana de. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1999.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurelio (Org.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SILVA, Keila Garciada. **Diaristas e bordadeiras**. Formas de apropriação do trabalho feminino na contemporaneidade. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

STAMPA, Inez; LOLE, Ana. Trabalho e precarização social no capitalismo contemporâneo: dilemas e resistência do movimento organizado de trabalhadores. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís/MA, v. 22, n. especial, p. 277-303, 2018.



A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE TRABALHO NA SAÚDE E O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO SUS: INTERLOCUÇÕES COM A EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO TRANS – HOSPITAL DAS CLÍNICAS – UFPE.

THE WORK PROCESS OF SOCIAL SERVICE IN HEALTH AND THE TRANSEXUALIZER PROCESS IN THE SUS: INTERLOCUTIONS WITH THE EXPERIENCE OF TRANS SPACE – HOSPITAL DAS CLÍNICAS – UFPE.

Kellyane de Santana Ricardo¹

Resumo

O objetivo deste artigo é de contribuir nas compreensões e reflexões sobre a atuação e processo de trabalho do Serviço Social dentro do processo transexualizador no SUS se pautando na vivência do Espaço de Cuidado e Acolhimento de Transexuais e Travestis (Espaço Trans) do HC – UFPE. Para tal foram utilizadas as técnicas metodológicas de pesquisa documental pessoal e pública e pesquisa bibliográfica. Percebe-se que o trabalho do/a Assistente Social no Processo Transexualizador do SUS deve ser pautado nos princípios mais elementares do sistema, e dessa maneira recebe influxos dos desmontes das políticas sociais e para construir um processo de trabalho satisfatório, reconhecendo-o como um processo permeado de insuficiências e contradições. Para tal, deve-se reconstruir criticamente e constantemente seu objeto de trabalho naquele campo de forma coletiva e em consonância com os interesses dos/as usuários/as, articulando bandeiras de luta ao relacionar saúde e democracia..

Palavras chave: Serviço Social. SUS. Processo Transexualizador.

Abstract

The objective of this article is to contribute to the understanding and reflections about the working process of the Social work within the transsexualizer process in the SUS, based on the experience of the Space of care and welcoming of

¹Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Mestranda em Serviço Social pelo PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. **Autora para correspondência.** E-mail: <kellyane.santana00@gmail.com>

transgender and travesties (Space Trans) of HC – UFPE. For this purpose, the methodologic techniques of personal and public documental research and bibliographic research were used. It is perceived that the work of the Social Work in the transexualizer processo of the SUS should be based on the most elementary principles of the system, and thus receives influences of the dismound of social policies and to construct a work process satisfactory, recognizing it as a process permeated within adequacies and contradictions To this end, one must constantly rebuild its object of work in that field in a collective way and in consonance with the interests of the users, articulating flags of struggle to relate health and democracy.

Key words: Social Work. SUS. Transexualizer process.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de parte da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Serviço Social intitulado “Projeto ético-político do Serviço Social e Despatologização da transexualidade: caminhos, possibilidades e contribuições”. Este escrito tem o intuito de contribuir nas compreensões sobre a atuação e o processo de trabalho do Serviço Social dentro do processo transexualizador se pautando na vivência no Espaço de Cuidado e Acolhimento de Transexuais e Travestis (Espaço Trans) do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco.

As técnicas metodológicas utilizadas para este objetivo foram a pesquisa documental, com documentos publicados pelo CFESS relativos à relação entre Serviço Social e discussões sobre transexualidade, como também a Resolução 845/2018 que se propõe a dar orientações sobre a atuação do Serviço Social no processo transexualizador. Aliado a isto, houve uma revisitação aos escritos do diário de campo do estágio, no intuito de coletar dados relevantes para a pesquisa, e também pesquisa bibliográfica para subsidiar as discussões.

Para alcançar tal finalidade este artigo discute inicialmente o processo de trabalho do Serviço Social na saúde, por entender que se deve partir de uma compreensão mais totalizante para então adentrar na atuação específica do Serviço Social no processo Transexualizador. Partindo da compreensão de que o processo de trabalho do Serviço Social na saúde é mediado pelo reconhecimento social

profissional e pelas necessidades sociais que pautam as condições de inserção profissional neste ambiente de trabalho. Considerando também que o/a assistente social possui autonomia relativa frente às condições de trabalho postas pela dimensão socio-histórica e pelo quadro institucional que está inserido/a. Além de levar em consideração que o trabalho na saúde é coletivo e deve ser mediatizado pela constante inter-atuação dos profissionais em conjunto com as demandas trazidas pelos/as usuários/as.

Em seguida encontram-se as discussões pertinentes ao trato do Serviço Social com a população transexual e travesti por meio da atuação no processo transexualizador. O tópico tem o objetivo de discutir sobre as dimensões do processo de trabalho profissional dentro de serviços que atuam no atendimento a pessoas transexuais e travestis, tomando por base documentações emitidas pelas representações da categoria profissional e a literatura sobre a temática, além dos escritos no diário de campo do estágio, que permitiram a aproximação com a operacionalização do serviço no Espaço Trans. Discute-se neste tópico as ações, intervenções e interlocuções com outros serviços que o Serviço Social realiza dentro daquele espaço ocupacional, como maneira de contribuir para a literatura sobre a temática, até então ainda em ascensão nas discussões profissionais. Dessa maneira, realizam-se as mediações entre o trabalho do/a assistente social na saúde e a especificidade no Espaço Trans – HC – UFPE.

SERVIÇO SOCIAL E PROCESSO DE TRABALHO NA SAÚDE

O processo de trabalho incide sobre a ação dos sujeitos, ou seja, são os meios ou instrumentos utilizados para efetivação do trabalho, potenciando a ação sobre o objeto, para que se resulte em um produto. No campo do Serviço Social, o processo de trabalho consiste, em linhas gerais, em dar conta das particularidades presentes nas múltiplas expressões da questão social, buscando mediatizar os processos sociais que a produzem e reproduzem e “como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações cotidianas.” (IAMAMOTO, 2015, p. 62).

Para realização de sua atividade laboral, o/a assistente social deve utilizar-se de instrumentos de trabalho que inclui a gama de conhecimentos teóricos da profissão. O conhecimento é um meio de trabalho; as bases teórico-metodológicas são essenciais para o/a assistente social exercer seu trabalho e permitem compreensão da realidade e direcionamento de ações. De acordo com Iamamoto (2015), o conhecimento é o que permite que se decifre a realidade clareando os caminhos da condução do trabalho a ser realizado.

A condição de profissional assalariado determina as condições materiais do trabalho profissional e os limites da atuação, o que ocasiona, segundo Iamamoto (2015) uma dicotomia polarizada entre os interesses dos/das empregadores/as e dos/as usuários/as dos serviços, o que vem a tornar o Serviço Social uma profissão que se constrói em terreno contraditório.

A condição de trabalho é pautada em uma autonomia relativa, já que assistentes sociais não dispõem de todos os meios e condições necessários para efetivação de seu trabalho. Essa relatividade expressa que, mesmo que haja perspectivas e metas propostas pelos empregadores, não há perda total de possibilidade de atuação autônoma, preservando uma “relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 97).

O trabalho do/a assistente social na saúde é mediatizado pelo reconhecimento social da profissão e pelo conjunto das necessidades sociais que definem as condições históricas de inserção profissional em determinados ambientes de trabalho. Conforme Netto (2011), a profissão se constitui e cria um dado espaço na rede socio-ocupacional, mas é a existência do espaço que leva à constituição da profissão. O Serviço Social na saúde se consolida quando a profissão se torna “parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, como profissional assalariado a serviço dessas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012 p. 86). Dessa maneira, tanto a materialização da política de saúde, quanto o trabalho profissional inserido nestas, deve ser compreendido, como serviço de conteúdo e finalidade sócio-histórica. Com a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) nos anos 1990, houve

mudanças de ordens tecnológica, organizacional e política, que passaram a exigir novas formas de organização do trabalho na saúde, determinadas pela hierarquização por nível de complexidade, descentralização e democratização do sistema, imprimiram novas características ao modelo de gestão e atenção e portanto aos processos de trabalho[...] (COSTA, 2009, p. 310)

O processo de trabalho na saúde, como em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, é realizado sob a égide do capital e o exercício profissional compõe a especialização do trabalho; surge em decorrência da existência de demandas que passam a necessitar da intervenção profissional.

Os serviços de saúde não se realizam sobre objetos e sim sobre pessoas. São os/as usuários/as dos serviços que estabelecem valores de uso ao processo de trabalho dos profissionais que lhe atendem, sendo partícipe em todo o processo de cuidado, desde o fornecimento de informações iniciais até o êxito ou malogro das recomendações feitas pelos profissionais.

Conforme Campos (2000), o campo da saúde deve ser reconhecido como uma área especializada e com um valor de uso próprio, sendo este entendido como a utilidade que os serviços e os bens têm para as pessoas em situações específicas e,

a saúde, mesmo quando entendida como um bem público, ou seja, quando lhe é socialmente retirada o caráter de mercadoria, como acontece no Sistema Único de Saúde, já que é produzida como um direito universal e não em função de seu valor de troca, mesmo nestes casos, ela conserva o caráter de valor de uso. A utilidade de um bem ou serviço não é um dado intrínseco a ele, mas é socialmente construída [...] necessidades sociais são significadas em bens ou serviços a que tal ou qual segmento social atribui alguma utilidade. (p.228)

Cabe aos/as trabalhadores/as e usuários/as dos serviços de saúde construir o processo de produção de saúde. No SUS, enquanto prática de saúde pública há previsão de projetos passíveis de aplicação prática. A partir dessa construção seobjetivam a concretização dos valores de uso. Valores que se expressam na forma de necessidades e que requerem meios necessários e específicos, para serem atendidas. (CAMPOS, 2000).

A saúde, segundo Nogueira (1991, p. 59)

é um serviço que se funda numa intervenção pessoal muito intensa, há muitas outras formas de serviços que dependem de um laço interpessoal,

mas no caso da saúde ele é particularmente forte e decisivo para a própria eficácia do ato.

Martinelli (2011) corrobora com este posicionamento ao afirmar que na área da saúde a coletividade torna-se quase um imperativo, sobretudo por esta ser uma área em que pulsam valores humanos latentes e o trabalho é com a vida em suas múltiplas manifestações.

Na Saúde, o Serviço Social está inserido no conjunto de cooperação entre profissões. Essa cooperação deveria se realizar de maneira horizontal, e ser composta por subunidades responsáveis pelo cuidado, com participação direta dos/das usuários/as na construção deste cuidado. O processo de trabalho em saúde no SUS prevê interseções compartilhadas e reconhece a importância do diálogo com os/as usuários/as. A relação, conforme as diretrizes da Política de Saúde, supera a lógica do consumo de serviços e propõe a lógica da participação. Ressalta-se que são os/as usuários/as que trazem as informações necessárias sobre seu estado de saúde e condições de vida, indispensáveis na construção de projetos terapêuticos singulares¹. O cuidado em saúde requer ser realizado de maneira integral, com percepção atenta às condições de vida e sociabilidade da população (COSTA, 2009). Também se torna essencial o protagonismo dos sujeitos nos projetos interventivos e no controle social.

O processo de trabalho na saúde exige competência técnica, pressupõe planejamento e resultados; tem natureza coletiva e não se trata da atribuição de regras gerais e genéricas, mas da aplicação de conhecimentos ao que existe de particular nos sujeitos (NOGUEIRA, 1991). Os conhecimentos dos próprios sujeitos integram esse processo.

1. O Projeto Terapêutico singular é uma ferramenta utilizada na organização dos processos de trabalho em saúde. Parte do ideário de que o adoecer não é somente biológico, mas é vivência complexa que recebe influências do meio social. Deve-se multiplicar as forças profissionais e corresponsabilizar as profissões em torno de um objetivo comum. O adoecimento se expressa em cada pessoa de forma singular, dessa forma cada resposta exige um formato diversificado do cuidado. Não se deve trabalhar com soluções padronizadas. O PTS é um plano de ação feito no presente, voltado ao futuro de alguém, que tem um sofrimento com a necessidade de ser curado ou minimizado, adequando o planejamento a cada pessoa, e deve ser feito junto com o/a usuário/a dos serviços. - KINOSHITA, Roberto Tykanori. **Módulo 1: Projeto terapêutico singular**. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA; UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS- UNA SUS. Alcool e outras drogas: da coerção a coesão. Santa Catarina, 2014.

Conforme o CFESS (2010) o/a assistente social na saúde atua no atendimento a indivíduos e grupos, e compõe equipes multiprofissionais. O cotidiano profissional do/a assistente social nos serviços de saúde, agrega ações socioassistenciais, socioeducativas, articulações interdisciplinares e intersetoriais. Tais processos são coletivos e integram o processo de trabalho em saúde, sendo complementares e indissociáveis. Para que essas ações possam ser efetivamente realizadas é fundamental o planejamento, a mobilização e a participação social dos usuários.

As ações socioassistenciais desenvolvidas pelos/as profissionais devem ultrapassar o caráter emergencial e burocrático, refletindo sobre as condições socio históricas a que estão submetidos/as os/as usuários/as e mobilizar-se para a participação nas lutas em defesa de garantia à saúde (CFESS, 2010). Para que haja a ultrapassagem do imediato é necessário utilizar-se da categoria 'mediação', cuja importância para o Serviço Social, de acordo com Souza (2015), encontra-se associada à característica interventiva do/a assistente social, pelo fato que é através da mediação entre o singular e o universal que se consegue desvelar a complexidade inerente às relações sociais.

No que tange às ações socioeducativas, estas

não devem pautar-se pelo fornecimento de informações e/ou esclarecimentos que levem a simples adesão do usuário, reforçando a perspectiva de subalternização e controle dos mesmos. Devem ter como intencionalidade a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura e enfatizar a participação dos usuários no conhecimento crítico da sua realidade e potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas (CFESS, 2010, p. 55).

Nos espaços socio ocupacionais dos/as assistentes sociais, as demandas aparecem no campo da imediatividade dos fenômenos, ou seja, na singularidade que, muito embora esteja em si carregada de complexidades, necessita de aproximações sucessivas para haja a identificação das mediações. Estas dependem de conexão mediada com o campo universal, o qual contém em si a legalidade social, que consiste nas leis tendenciais históricas(PONTES, 2000). Manter a

criticidade e a competência, aliadas ao compromisso político com a classe trabalhadora é tarefa que se impõe.

O modelo de processo de trabalho em saúde é pautado em ideias do Movimento de Reforma Sanitária e parte da perspectiva de saúde universal, inclusiva e integral. O Serviço Social defende este ideário, juntamente com outros setores da sociedade por “reconhecer seu potencial enquanto política universalizadora, por outro lado ela vem sendo despolitizada em discursos que possuem uma aparência de defesa”. (KRUGER, 2010, p. 131)

A despolitização dos processos de trabalho na saúde pública, requisita dos/as assistentes sociais práticas fiscalizatórias e, até mesmo moralizantes; exigências de critérios de seleção econômica, conhecimento da constituição familiar, e podem ser desfavoráveis ao atendimento legítimo das necessidades humanas. Outra questão é a atuação pautada na lógica do assistencialismo com ideologia do favor e predomínio do individualismo. É um desafio para o Serviço Social a relação com os ataques advindos da lógica privatista e consolidação dos seus princípios ético-políticos, além de coerência com as proposições do Movimento de Reforma Sanitária ². (NOGUEIRA; SARRETA, 2016).

Muitos são os desafios ao Serviço Social, considerando que o conjunto dos trabalhos em saúde ainda não avançou efetivamente no sentido de superar o modelo hegemônico e medicocentrado; para que o sistema de saúde se desvincule dessa lógica, exige que as ações alcancem as necessidades reais da população ao articular ações intersetoriais considerando as determinações sociais da saúde (COSTA, 2009). De acordo com Laurell (s.d.) a saúde está para além da

2. O termo reforma sanitária brasileira é utilizado para referir-se a um movimento que surge dentro da luta contra a ditadura, luta pela redemocratização do país e que contribuiu para as discussões sobre a formulação dos artigos sobre a saúde na Constituição Federal de 1988. É um conjunto de ideias que se tinha em relação às transformações necessárias na área da saúde brasileira. Não abarcavam apenas o sistema de saúde, mas introduzia medidas de melhoria das condições de vida da população, deslocando o olhar sobre o setor saúde da centralidade nas ciências médicas e biológicas. Este processo teve como marco institucional a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. Algumas das propostas do Movimento de Reforma Sanitária foram incorporadas na Constituição Federal, por exemplo, a instituição de um sistema único de saúde, público, universal, democrático e igualitário. FIOCRUZ. **Reforma Sanitária**. Biblioteca Virtual Sérgio Arouca. (s.d) Disponível em: <<https://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista05.html>> Acesso em: 13 de nov. 2017.

medicalização da sociedade, pressupõe explicações que se fundamentem nas características da formação social.

O trabalho coletivo possibilita que as diferenças entre as especializações se unam para enriquecimento das ações ao relacionar saberes diversificados (IAMAMOTO, 2002). É nessa perspectiva que o projeto de trabalho profissional do/a assistente social pode ser um diferencial numa articulação efetiva entre *clínica* e *política*.

SERVIÇO SOCIAL E ATUAÇÃO NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR DO SUS: A EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO TRANS – HOSPITAL DAS CLÍNICAS – UFPE.

O Serviço Social é profissão integrante da equipe do processo transexualizador brasileiro desde sua instituição, em 2008. Segundo Silva (2016) o trabalho do Serviço Social e das outras profissões na fase inicial do processo transexualizador não se efetivava interdisciplinarmente, as ações dos serviços eram protagonizadas pela atuação médica. Após a Portaria nº 2.803/2013 que redefiniu e ampliou o processo transexualizador no SUS, há o esforço de concretizar o processo coletivo de trabalho, superando sobreposições profissionais.

As ações profissionais realizadas nos serviços de referência ao processo transexualizador, consistem no acompanhamento de usuários/as, no que tange a procedimentos a serem realizados, e em aproximar-se das vivências dos/as usuários/as como um todo. A inserção dos/as assistentes sociais nesses serviços exige conhecer o cenário macrossocietário e, no nível micro, reconhecer rebatimentos da problemática nos indivíduos.

O campo de intervenção do Serviço Social no processo transexualizador constitui-se área pouco explorada teoricamente pela categoria. Daí a importante participação em espaços reflexivos e de discussão sobre a temática. Ao discutir teoricamente, podem ser elaboradas novas produções teóricas que possam contribuir com a ampliação do debate sobre **transexualidade** no campo do Serviço Social (CFESS, 2016). A atuação do Serviço Social junto à população trans parte do

reconhecimento das identidades trans como possibilidade de exercício pleno da cidadania. As conquistas referentes à **transexualidade** que surgem no âmbito das políticas públicas resultam de forte mobilização e luta por direitos.

Como afirma Rocha (2017) o/a assistente social que lida com a população trans deve pautar-se no projeto ético-político e na base crítica da formação. Isso vai garantir respeito às particularidades da população usuária e imprimir prática profissional comprometida com a cidadania e a dignidade humana.

Como profissionais que lidam diretamente com expressões da questão social os/as assistentes sociais têm papel fundamental no processo transexualizador. Segundo Rocon (2015) devem compreender como se expressa a questão social na vida das pessoas trans, sendo capazes de desvelar as expressões latentes, como por exemplo, a miserabilidade, violências físicas e simbólicas, abandono escolar e desemprego. Ao compreender como tais fatores influenciam na saúde dessas pessoas, podem construir um processo de trabalho que favoreça o projeto societário emancipatório, o qual favorecerá a defesa dos direitos humanos.

De acordo com Silva (2016), é fundamental que o/a assistente social conheça as redes afetivas e de sociabilidade dos/as usuários/as de modo a ampliar sua compreensão sobre a realidade na qual se inserem. Também a coleta, sistematização e análise dos dados referentes à população usuária, serve como bases da realidade concreta para pautar suas intervenções. Deve fomentar no processo transexualizador espaços democráticos, ações e estratégias que subsidiem a autonomia e protagonismo dos/as usuários/as. Sendo

importante realizar destaque também para a articulação em espaços de controle social e gestão como uma importante frente de trabalho, através da participação em reuniões junto ao Ministério da Saúde, articulação com Defensoria Pública, Ministério Público e participação no Comitê de Saúde LGBT. A participação nesses espaços é considerada estratégica no sentido de possibilitar que levemos a vivência cotidiana no serviço e demandas dos usuários/as para discussão dentro de uma perspectiva de garantia e ampliação de direitos, além da contribuição para construção e materialização da política de saúde LGBT. (Silva, 2016, p. 6)

O Espaço de Cuidado e Acolhimento de Pessoas Trans do Hospital das Clínicas – UFPE foi o campo de Estágio onde estive inserida por um ano e que hoje retorno como pesquisadora de mestrado. A experiência me possibilitou e continua

possibilitando um espectro de mediações realizadas a partir da oportunidade de participar das vivências do Serviço.

O Serviço realiza diálogo constante com instituições externas com a finalidade de que os direitos da população usuária sejam efetivados no âmbito de todas as políticas públicas existentes. Articula-se diretamente com os movimentos sociais, os quais participam da formulação conjunta de proposições para o Serviço. Dentre as instituições e movimentos estão o Centro de Referência LGBT do Recife, Ministério Público – Promotoria de Direitos Humanos, Comitê Técnico Estadual de Saúde LGBT, Diretoria de Articulação Social e Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Defesa Social, Associação e Movimento de Travestis e Transexuais de Pernambuco (Amotrans), Nova Associação de Travestis, Transexuais e Transformistas de Pernambuco (Natrape), Associação de Homens Trans e Transmasculinidades (AHTM), Secretaria Municipal de Saúde, Agência do Trabalho, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência especializado em Assistência Social (CREAS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), além de outras instituições de saúde. Dessa maneira, o Espaço de Cuidado e Acolhimento de Pessoas Trans do HC, insere-se no SUS como exemplo de possibilidade de um *modus operandi* que articula clínica e política.

O Serviço Social ao compor a equipe, desenvolve ações próprias de suas competências e atribuições; utiliza-se de metodologias e procedimentos variados. O acompanhamento a usuários/as é realizado de forma muito próxima com as particularidades de cada pessoa, a qual conhece e decide sobre o projeto de seu acompanhamento.

Entre as principais ações do Serviço Social, são realizadas entrevistas estruturadas no momento inicial de acolhimento. A entrevista abrange questões que permitem aproximações primeiras à realidade. Através do conhecimento dos sujeitos e de variáveis como renda; acesso a serviços públicos; escolaridade; situação familiar, o Serviço Social coleta dados e inicia sua intervenção. Os atendimentos individuais consistem em diálogo entre profissional e usuário/a, escuta atenta e respeitosa, que possibilita ao/à assistente social desvelar as necessidades sociais

deste/a que aparecem como demandas prementes, mas que têm caráter mais complexo.

Outra estratégia do Serviço Social é a realização de grupos/rodas de conversa, que propõem a discussão de variados temas. Planejados antecipadamente, os grupos contam com dinâmicas pré-estruturadas para estímulo ao diálogo. O intuito é abordar temáticas que suscitem nos/as usuários/as a reflexão da realidade social, de suas condições de vida, socialização das vivências, educação em saúde e discussões sobre o processo transexualizador. Também são realizados mensalmente grupos de família, para os quais são convidadas as famílias dos/as usuários para aproximação com o serviço e discussão sobre o próprio processo transexualizador, seus limites e possibilidades. Constitui-se também, em diálogo sobre convivência familiar, entre outros temas. Por vezes há dificuldades de assiduidade nos grupos, o que ocorre por fatores múltiplos, ficando a cargo do/a profissional a busca ativa e as mediações necessárias para compreender as motivações do esvaziamento, e favorecer a participação.

São realizadas reuniões da equipe multiprofissional semanal para estudos de caso em equipe, discussão sobre o funcionamento do Serviço, análise das dificuldades da população usuária e assuntos outros que tenham repercussão no alcance dos objetivos. A depender do assunto também são convidados profissionais externos ao Serviço para contribuir na discussão, assim como é um canal também aberto à participação de usuários/as; estes/as podem estar presentes para discussão do seu projeto terapêutico ou representando alguma demanda coletiva.

Há forte investimento do Serviço Social em ações intersetoriais, para possibilitar o acesso a direitos assegurados nas políticas sociais. Dessa forma, são elaborados encaminhamentos e relatórios direcionados a outras instituições. Faz parte do cotidiano, no âmbito da própria política de saúde, direcionando demandas da população a outras instituições dos diferentes níveis de atenção. É constante o diálogo com instituições de defesa de direitos, junto com a população trans e os movimentos sociais que lhe representam.

Outro encaminhamento recorrente no cotidiano das assistentes sociais do setor é a construção de relatórios para solicitação de aluguel social à Prefeitura do

Recife ⁷, para usuários/as que demandam auxílio financeiro para ter acesso à moradia. Há também a solicitação de auxílio transporte para acesso à saúde, seja passagens de transporte público para deslocamento da população ao Serviço, seja articulação com o Programa de Tratamento Fora do Domicílio – TFD. É evidente a pauperização desse segmento, alvo de muitas violações e vivências de exclusão ao longo da vida.

Para a população usuária formada por crianças e adolescentes, o acompanhamento é diferenciado, a interlocução com a família é mais profunda e as estratégias são outras. As crianças são quantidade mínima no serviço, mas existem, e são acompanhadas apenas pela psicologia; têm contato com o/a assistente social se identificada alguma demanda passível de intervenção que seja de competência desse/a profissional. Os/as adolescentes são acompanhados/as individualmente pela Psicologia e pelo Serviço Social e não são inseridos/as em grupos por serem advindos de uma faixa etária e realidade diferente dos/as outros/as usuários/as. Não podem realizar nenhum procedimento cirúrgico previsto para o processo transexualizador, pois estes apenas são permitidos a partir dos 21 anos; realizam hormonização a partir dos 16 anos com consentimento dos pais ou responsáveis.

Destaca-se que as ações intersetoriais são constantes no cotidiano profissional e sua importância é denotada ao perceber os efeitos que essa atuação imprime na realidade da população usuária. Existem limitações e dificuldades que se tornam barreiras na efetivação dessas articulações, nem sempre os direitos dos/as usuários/as são garantidos através dessas intervenções. No entanto, as intervenções recomendadas só podem ser executadas qualitativamente através de esforço intelectual de desvelar as necessidades sociais para além de sua aparência enquanto demanda no serviço e das condições postas pelo Estado na oferta de Serviços dentro das Políticas sociais.

As articulações intelectivas e operacionais a partir do exercício da mediação permite ao profissional ver para além do imediato. O/a assistente social, segundo

7. Dentre todas as prefeituras contatadas no intuito de garantir acesso à moradia aos/as usuários/as, apenas a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) tem um programa executado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos humanos, que concede auxílios financeiros para moradia à pessoas em vulnerabilidade social.

Pontes (2000), ao desvelar as demandas, articulando o singular ao universal, consegue perceber outras necessidades prementes dos/as usuários/as, para além das postas pelos/as mesmos/as. Através da mediação é possível

reconhecer a concepção de indivíduo singular e genérico para mulheres transexuais, homens trans e travestis, numa perspectiva de totalidade, que permita pensar a individualidade inserida nas relações sociais sob a sociabilidade do capital, apreendendo o valor da complexidade e da diversidade dos indivíduos no cotidiano. (CFESS, 2015)

Assim, ocorrem encaminhamentos diversos a outras políticas sociais, reconhecendo múltiplas necessidades da população trans. Uma atuação que fomente a autonomia e o protagonismo social da população usuária, através de estratégias pensadas coletivamente, que contribuam direta ou indiretamente nas suas vivências.

Além disso, o que esses/as usuários/as esperam dessa atuação é

solidariedade e construção conjunta de respostas às discriminações [...], que suas experiências sejam tratadas com respeito [...], que os assistentes sociais possam fortalecê-los/as com informações pertinentes às suas trajetórias de vida e na perspectiva da emancipação humana. (CFESS, 2016)

Algo que cotidianamente se demonstra latente e requer intervenção tanto do Serviço Social como de outras profissões é a violência institucional. As pessoas trans em diversos momentos passam por situações de violações dentro das instituições e são submetidas a situações vexatórias nas unidades de saúde e em outros serviços. Para que essas situações sejam evitadas, faz-se necessário que as equipes realizem ações tanto nos setores da própria unidade de saúde, como em ambientes externos no intuito de disseminar informações sobre a transexualidade, diversidade sexual, relações de gênero e direitos humanos (TRINDADE, 2015). E esta é uma prática recorrente do Serviço Social no HC-UFPE, que realiza rodas de diálogo com os profissionais de outros setores nesta perspectiva.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) ao realizar o Seminário Serviço Social e Diversidade Trans (2015) construiu um relatório final e neste incluiu orientações para os/as profissionais que lidam com a população trans. Nesse esforço compete:

- articular com os demais profissionais e respectivos conselhos ações estratégicas de garantia de direitos que se direcionem pelo ideário contrário à concepções essencializadoras e patologizantes da transexualidade;

- guiar-se pela perspectiva de despatologizar, desconstruindo ideologias que descrevem a transexualidade como a-histórica;
- manter participação ativa nos espaços de debate que possam fomentar as discussões em torno de mudanças normativas no processo transexualizador.
- defesa intransigente da utilização do nome social nos serviços ofertados por políticas públicas e debater junto às instâncias do Ministério da Saúde pela criação de uma rede de serviços que permita a continuidade do atendimento às pessoas trans mesmo quando estas concluírem seu ciclo no processo transexualizador.

Outro documento norteador é a Resolução CFESS Nº 845 de 26 de fevereiro de 2018 que dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Entre outras orientações denota as seguintes:

- As(Os) assistentes sociais deverão contribuir, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente.
- As(Os) assistentes sociais, ao realizarem o atendimento, deverão utilizar de seus referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos, com base no Código de Ética da/o Assistente Social, rejeitando qualquer avaliação ou modelo patologizado ou corretivo da diversidade de expressão e identidade de gênero.
- A atuação da(o) assistente social deve se pautar pela integralidade da atenção à saúde e considerar as diversas necessidades das(os) usuárias(os) e o atendimento a seus direitos tendo em vista que esse acompanhamento não deve ser focalizado nos procedimentos hormonais ou cirúrgicos.
- A(O) assistente social deverá respeitar o direito à autodesignação das/os usuários do serviço como pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros.
- É vedado à(ao) assistente social a utilização de instrumentos e técnicas que criem, mantenham ou reforcem preconceitos à população trans.

“A compreensão da **transexualidade** que vem sendo tecida de algum tempo pra cá por teóricos das ciências sociais procura encontrar seus significados

contemporâneos, percebendo-a como fenômeno histórico e cultural.” (ALMEIDA; MURTA, 2013 p. 03). O Serviço Social, como profissão e área do conhecimento inserido nesse processo, é um campo que contribui com o fortalecimento dessa perspectiva, por estar diretamente ligado a princípios ético-políticos ancorados na defesa do indivíduo em sua liberdade, integralidade e dignidade humana. Sendo profissão comprometida com a eliminação de formas discriminatórias e violentas de vivência social e com a emancipação humana. Compreende seus/as usuários/as, como livres e autônomos/as, com vivências são permeadas de significados e informadas pelas condições sócio-históricas em que ocorrem.

O processo de trabalho nos serviços que ofertam o processo transexualizador, de acordo com Brasil (2015), demanda ser pensado e articulado a partir dos princípios do SUS: universalidade, integralidade, equidade, controle social e participação. As ações não são controladas do início ao fim pelos/as profissionais dos serviços, mas dependem do cenário sob o qual as políticas sociais estão sendo executadas e da ação dos sujeitos políticos. O momento atual é de desmonte das políticas sociais públicas, reforço de políticas focalizadas e desarticuladas, restrição de oferta dos serviços e seletividade das ações. A saúde é duramente atingida em seu caráter universal, igualitário e integral; o SUS atacado pelos novos modelos de gestão e execução implementados pela contrarreforma neoliberal que vem se acirrando.

As políticas que dizem respeito à população LGBT não passam ilesas por esses ataques e desmontes. Os serviços que ofertam o processo transexualizador continuam a contar com poucos profissionais, escassez de recursos e dificuldade de acesso aos procedimentos oferecidos. Cabe aos/as profissionais inseridos nesses espaços compreender sua atuação como conjunto de práticas em constante construção e reconstrução e ao perceberas limitações na estrutura, construir coletivamente meios de não apenas atuar dentro dos limites postos, mas articular-se para transpor as limitações. Através de ações coletivas que devem ser constantemente revistas e discutidas, reconhecendo que o processo de trabalho é permeado de insuficiências e contradições, novamente se põe como bandeira de luta que *saúde é democracia*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todas as considerações feitas acima cabe entrelaçar algumas reflexões finais. No que tange ao processo de trabalho na saúde este é realizado sob a égide capitalista, recebendo inferências diretas do movimento histórico e social deste modo de produção, como também, as especialidades que atuam na saúde passam a ser requisitadas a partir das demandas apresentadas.

Percebe-se também que os serviços de saúde não são realizados sobre objetos e sim sobre pessoas, as quais estabelecem os valores de uso do processo de trabalho na saúde dos profissionais que lhe atendem. E também devem ser partícipes do seu processo de cuidado em toda sua extensão. Isto denota que na saúde a coletividade é praticamente um imperativo, por ser uma área que pulsa latentes valores humanos e da vida em suas plurais manifestações.

A atuação do Serviço Social na saúde não se trata de atribuições genéricas, mas das aplicações de conhecimentos por meio da mediação, visto que as demandas aparecem em suas imediatezidades e devem ser trabalhadas por intermédio da competência técnica planejada, articulando clínica e política, mantendo a criticidade e a aliança com as classes subalternas.

Com a construção dessas reflexões tornou-se perceptível que cabe fundamentalmente ao/a assistente social inserido/a na política de saúde, articular encaminhamentos diversos a outras políticas sociais. No que tange a população transexual, reconhecer sua autonomia e fomentar o protagonismo social da população usuária, através de estratégias coletivas que contribuam para suas vivências. O/A profissional deve pautar-se em seu projeto ético-político com base crítica e comprometida com a cidadania e a dignidade humana, isto garante respeito às particularidades dos/as usuários/as, cabe também compreender como se expressa a questão social na vida das pessoas trans e a partir disso construir um processo de trabalho aliado à compreensão dos direitos humanos.

Sendo assim, deve construir um processo de trabalho articulado fundamentalmente com os princípios norteadores do SUS, principalmente a universalidade, equidade, integralidade, controle social e participação. Também

deve-se atentar que as ações em saúde não são controladas do início ao fim pelos/as profissionais dos serviços, mas dependem do cenário sob o qual as políticas sociais estão sendo executadas e dos tensionamentos realizados pelos sujeitos políticos.

Dessa forma, compreende-se que os desmontes cada vez mais frequentes nas políticas sociais refletem diretamente na política de saúde e em especial no processo transexualizador, que conta com serviços escassos de profissionais, recursos e dificuldades no acesso aos procedimentos oferecidos. E aos profissionais que estão inseridos nesses espaços, cabe compreender sua atuação como reflexiva sobre as limitações e possibilidades advindas do contexto estrutural, não atuando apenas dentro dos limites postos, mas transpondo-os por meio da ação coletiva, articulando a compreensão de saúde e democracia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. **Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil.** Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 14, p. 380-407, Ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200017> Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL, Márcia; et. al. **O Serviço Social no processo transexualizador no HUPE/UERJ.** In: Seminário Nacional “Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate”. CFESS, 2015. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/seminario-trans-2015-marcia1.pdf>> Acesso em: 16 maio 2019.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciênc. saúde coletiva [online] vol.5, n.2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000200002&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 16 maio 2019.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação do assistente social na saúde.** Conselho Federal de Serviço Social, 2010. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros para a Atuacao de Assistentes Sociais na Saude.pdf>> Acesso em: 17 maio 2019.

RICARDO, K. S.

A atuação do Serviço Social no processo de trabalho na saúde e o processo transexualizador no SUS: interlocuções com a experiência do espaço trans – hospital das clínicas – UFPE.

_____. **Resolução 845/18.** CFESS, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf> Acesso em 17 maio 2019.

_____. **Síntese da Relatoria para agenda de lutas.** In: Seminário Nacional “Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate”. CFESS, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1454> Acesso em: 16 maio 2019.

_____. **Transfobia.** Série: assistente social no combate ao preconceito. Caderno nº 4. Brasília: CFESS, 2016.

COSTA, Maria Dalva H. **O trabalho nos Serviços de Saúde e a inserção dos/as Assistentes Sociais.** In: MOTA, Ana Elizabete, et. al (orgs). Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional. 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade.** Atribuições Privativas do(a) Assistente Social Em questão. Brasília: CFESS, 2002. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf> Acesso em 17 maio 2019.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KRUGER, Tânia Regina. **Serviço Social e Saúde: Espaços de atuação a partir do SUS.** Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP, n. 10. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634891/2790> Acesso em: 17 maio 2019.

LAURELL, Asa Cristina. **A saúde-doença como processo social.** (s.d). Disponível em: http://asacristinalaurell.com.mx/component/docman/doc_download/27-a-sau-de-doenc-a-como-processo-social?Itemid=.. Acesso em: 16 maio 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos.** Revista Serviço Social e Sociedade, n. 107, p. 497-508. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/07.pdf> Acesso em: 17 maio 2019.

RICARDO, K. S.

A atuação do Serviço Social no processo de trabalho na saúde e o processo transexualizador no SUS: interlocuções com a experiência do espaço trans – hospital das clínicas – UFPE.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, D. Oliveira; SARRETA, F. O. **A inserção do assistente social na saúde: desafios atuais**. 4º Simpósio mineiro de assistentes sociais. Minas Gerais, 2016. Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/13/130a0812-1065-4c0b-9ab2-41a70858af1d.pdf>> Acesso em: 17 maio 2019.

NOGUEIRA, Roberto Passos. **O trabalho em serviços de saúde**. Seminário “O choque teórico”, Fiocruz: Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1500.pdf>> Acesso em: 16 maio 2019.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social**. In: Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais: Módulo 4: O Trabalho do assistente social e as políticas sociais – CEAD, Brasília, 2000.

ROCHA, Edna Fernandes da; SANTOS, Thais Felipe Silva dos. **Transexualidades e travestilidades: contribuições do Serviço Social no exercício da cidadania**. In: OLIVEIRA, Antonio D.; PINTO, Cristiano R. B. Transpolíticas Públicas. Campinas: Papel Social, 2017.

ROCON, Pablo Cardozo. **Notas para atuação do Serviço Social no Processo Transexualizador**. Seminário Enlaçando sexualidades. UNEB: Bahia, 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosesexualidades/files/2015/07/comunica%C3%A7%C3%A3ooralpablocardozorocon.pdf>> Acesso em: 16 maio 2019.

SILVA, Camilla Garcino; et. al. **Reflexões acerca da atuação do Serviço Social junto à população transexual: relatos de uma experiência em campo**. In: II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/115.pdf>> Acesso em: 16 maio 2019.

SOUZA, Alcimar da Silva. **Os desafios na garantia de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Seminário Enlaçando sexualidades. UNEB: Bahia, 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosesexualidades/files/2015/07/ComunicacaoOralAlcimardaSilvaSouza.pdf>> Acesso em: 17 maio 2019.

TRINDADE, Mably. **Violência Institucional e Transexualidade: desafios para o Serviço Social**. In: Revista Praia Vermelha, Vol. 25. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/5411>> Acesso em: 17 maio 2019.



O NEOLIBERALISMO NO BRASIL E OS ATAQUES À PROTEÇÃO SOCIAL PÚBLICA: DA OFENSIVA DOS ANOS 1990 À CORROSÃO DOS DIAS ATUAIS

NEOLIBERALISM IN BRAZIL AND THE ATTACKS ON PUBLIC SOCIAL PROTECTION: FROM THE 1990S OFFENSIVE TO THE CORROSION OF THE PRESENT DAY

Mossicleia Mendes Silva¹

Resumo

O presente ensaio tem por objeto de discussão as transformações no sistema de proteção social brasileiro, considerando a ofensiva neoliberal dos anos 1990, os descaminhos e direções nos governos petistas, assim como as medidas aprovadas sobre o governo Temer, que impuseram graves condicionamentos a continuidade de um sistema de proteção social no país. Finalizando, são elencados alguns aspectos da conjuntura de consolidação da extrema direita no governo federal e a nova onda neoliberalizante.

Palavras chave: Proteção social; Neoliberalismo; Ajuste Fiscal.

Abstract

The present essay discusses the transformations in the Brazilian social protection system, considering the neoliberal offensive of the 1990s, misdemeanors and directions in PT governments, as well as the approved measures on the Temer government, that imposed serious constraints on the continuity of a social protection

¹Professora Adjunta na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lotada no Departamento de Política Social e Serviço Social aplicado. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018); Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013); Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (2010); Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social (GEMPS/NEPEM/UFRJ). Estudos e pesquisas voltados para o campo da política de assistência social e as particularidades do Estado social no capitalismo dependente brasileiro no trato as demandas da reprodução da força de trabalho; desenvolvimento capitalista e pobreza. **Autora para correspondência.** E-mail: <mossi_c@yahoo.com.br>

system in the country. Finally, some aspects of the consolidation of the extreme right in the federal government and the new neoliberalizing wave are listed.

Key words: Social protection; Neoliberalism; TaxAdjustment.

INTRODUÇÃO

Não obstante o fato de que formas de proteção social são inerentes às sociedades humanas, sua forma institucionalizada, tendo como núcleo referencial o Estado, remonta à emergência da questão social na sociedade capitalista, conforme atesta Yasbek (2014).

Não é objetivo deste ensaio retomar os aspectos históricos da constituição dos sistemas de proteção social, mas a alusão anterior visa indicar a perspectiva analítica que sedimenta esta análise: pensar a proteção social a partir da dinâmica da relação das classes sociais, enfatizando as transformações desencadeadas a partir da ofensiva neoliberal e as estratégias de recomposição do capital.

Para tanto, será retomadas as suas primeiras investidas da ofensiva neoliberal contra a proteção social no Brasil, considerando o período da década de 1990; seguidamente, serão traçados alguns aspectos importantes para pensar a direção da proteção social nos governos petistas; na sequência, serão elencados pontos importantes do governo Temer e os temas centrais que se relacionam com as políticas de proteção social, sobretudo saúde, previdência e assistência social; por fim, são introduzidos alguns elementos iniciais do que se processa com o governo de extrema direita que chega ao poder executivo central em 2019 e os possíveis caminhos da proteção social.

A OFENSIVA NEOLIBERAL EM PAÍS DE CAPITALISMO DEPENDENTE: O CASO DO BRASIL

O neoliberalismo se estrutura como um marco ideológico na luta pelo livre mercado, articulando e difundindo um conjunto de valores e normas socioculturais

capazes de arregimentar hegemonia seja via construção do consenso ou da coerção; também consegue aglutinar uma série de princípios e dogmas que o consagram no campo doutrinário influenciando comportamentos humanos; por outro lado, avança sobre os mais diversos campos da política governamental sendo capaz de constituir-se em efetividade prático-concreta nos diversos matizes da macroeconomia dos Estados nacionais, sejam aqueles de capitalismo avançado ou dependente.

Sua base precípua se assenta na defesa intransigente do mercado como autorregulado e mensurador das relações sociais e sua capacidade de garantir crescimento econômico e “harmonia social”; um Estado minimalista no que toca a realização de políticas e gastos sociais (o que engloba transferência de serviços sociais essenciais para o campo privado, ou se preferir a privatização das políticas sociais, bem como das empresas estatais), capaz de operar minuciosamente na consecução de um clima propício para o pleno e livre desenvolvimento do mercado, o que inclui políticas monetárias favoráveis ao mercado financeiro e capacidade fiscal do Estado para manter o clima seguro para os credores; a desregulamentação e liberalização da economia, garantindo livre deslocamento de capital, sobretudo, o financeiro; flexibilização das relações trabalhistas; ataque aos sindicatos e movimentos mais progressistas dos trabalhadores, de modo a minar seu poder de pressão sobre o capital; e a defesa do individualismo e as liberdades individuais como primado básico da realização pessoal como responsabilidade de cada um.

Para tais países as instituições multilaterais impuseram, entre outras coisas, as determinações macroestruturais do chamado “Consenso de Washington”, que resultou da reunião, na capital norte-americana, ocorrida em 1989, de economistas latino-americanos liberais, economistas do Banco Mundial, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e do FMI. Seu objetivo era traçar medidas e diretrizes a serem apresentadas aos países “subdesenvolvidos” para favorecer a aplicação das reformas básicas para superação da crise.

Os dois governos de FHC foram cruciais para consolidação do projeto neoliberal no Brasil. Em conformidade com as indicações do Consenso de Washington, e abraçando voluntariamente as prescrições do Banco Mundial e do

FMI, Fernando Henrique levou a efeito um dos mais ofensivos ataques burgueses ao país, delineando um novo compasso à dinâmica do desenvolvimento capitalista ao Brasil, na esteira da herança deixada pelos dois governos anteriores.

Das privatizações ao duríssimo ajuste fiscal, as façanhas dos dois governos FHC colocaram em prática a rígida agenda neoliberal. No geral, podemos pensar um bloco de três grandes frentes de ação dessa agenda: A contrarreformado Estado, as privatizações, e a flexibilização das relações trabalhistas.

Na mira da contrarreforma, a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social é fortemente tensionada, sendo tendência geral a redução de direitos sob a justificativa da crise fiscal. Prevalecendo o trinômio do ideário neoliberal: privatização, focalização e a descentralização das políticas sociais.

No cerne desse processo se dá o ataque ao padrão de proteção social desenhado na recém-promulgada Constituição Federal de 1988.

a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social vê-se fortemente tensionada: pelas estratégias de extração de superlucros, com a flexibilização das relações de trabalho [...] pela supercapitalização – com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, onde incluem-se educação, saúde e previdência; e especialmente pelo desprezo burguês para com o pacto social dos anos de crescimento (BEHRING, 2008, p. 248).

O maior impedimento histórico para garantir a efetivação dos dispositivos constitucionais, sobretudo, o que dizia respeito à aprovação e consolidação das leis orgânicas das políticas de seguridade social, situava-se na própria condição concreta do capitalismo mundial e da sua ofensiva restauracionista que incidia, em praticamente todo o mundo, contra os sistemas de proteção social universais. Em outros termos, o Brasil vivenciava uma contratendência em relação ao cenário mundial. Enquanto, nos países de capitalismo avançado o Estado intervencionista entrava em crise, o Brasil vivia o apogeu de uma Constituição que modelava um Estado Social de Direito.

Em relação às políticas sociais, que comumente são os principais mecanismos acionados pelo Estado no sentido da garantia da proteção social, a abertura do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Previdência Social aos

investimentos do capital empreendeu uma ofensiva sem tréguas à política social. Também de extrema relevância foi à privatização do ensino superior, tornando-se campo de imensa lucratividade para o capital privado nacional e internacional.

No tocante ao SUS, a própria Lei Orgânica (lei 8.080 de 19 de setembro de 1990) já abria espaço para o campo privado. Apesar do princípio da universalidade, que fundamenta a política de saúde brasileira, o sistema estruturou-se com uma ala privada de grande envergadura disponibilizada para os estratos das classes sociais que podem pagar pelos serviços privados. O crescimento vegetativo dos recursos para a saúde nos governos FHC acarretou a intensa precarização dos serviços públicos de saúde. Ademais, o governo passa a transferir recursos para o complexo médico-industrial a fim de que prestem serviços terceirizados e complementares ao SUS. A expansão do setor privado dos planos de saúde e dos convênios são expressões nítidas de um serviço de reprodução social que se torna mercadoria e de um campo do mercado que o capital privado abocanha para ter imensa lucratividade (CISLAGHI, 2015).

No campo da Previdência Social, o ataque aos direitos previdenciários expressos nas várias medidas de contrarreformas de FHC, do que é elucidativa a Emenda Constitucional nº 20 (de 1998), abriram um espaço profícuo para os fundos de pensão e planos de aposentadoria complementares privados. Sob o argumento da crise da previdência, que seria provocada por um gigantesco déficit em função da ampliação de aposentadorias e pensões em detrimento das contribuições sociais dos trabalhadores ativos, deferiu-se um ataque ao Regime Geral da Previdência. O ataque a Previdência Social pública além de abrir importante campo de investimento para os fundos de pensão, impacta diretamente nas relações entre capital e trabalho, haja vista o peso que a contribuição do trabalhador passa a ter na composição da sua aposentadoria.

No que tange à política de assistência social os processos não foram menos deletérios. Depois de passar por inúmeros desafios, incluindo um veto presidencial – do presidente Collor de Melo – ao projeto de lei para a Lei Orgânica de Assistência Social, finalmente em 1993 tem-se a aprovação da LOAS. No entanto, os governos FHC desprezaram as determinações da LOAS quanto a constituição de um sistema

único, descentralizado e participativo para a política de assistência social, criando uma série de programas paralelos de “alívio à pobreza”, organizados sob o Comunidade Solidária.

O Comunidade Solidária instituiu uma estrutura paralela àquela proposta pela Constituição Federal e pela LOAS, chegando mesmo a formar “áreas de atrito” face à Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Tais opções políticas convergiram para o delineamento da formação de uma cultura de não-direito, de “refilantropização” da assistência social, em confronto direto com a LOAS.

A assistência social ao invés de passar à esfera da institucionalidade da seguridade social, formando um amplo sistema de proteção social conjuntamente com a previdência e saúde, tem no contraponto de sua inobservância o avanço dos programas de alívio à pobreza. Estes vinham sendo recomendados pelas instituições multilaterais já nos anos 1980 e começam a ser adensados no segundo governo FHC com grande ênfase no seu segundo governo, sobretudo, com a instituição dos primeiros programas de transferência de renda e a patente ofensiva contra as possibilidades de um amplo sistema de proteção social, conforme preconizava a Constituição Federal de 1988.

O ataque às políticas sociais e a inviabilização da consolidação do sistema de proteção social garantido na Constituição Federal de 1988 em consonância com a flexibilização das leis trabalhistas impactou severamente as condições e vida da classe trabalhadora no Brasil, acentuando os quadros já históricos de desigualdade social e concentração de renda. O aumento da pobreza, do desemprego estrutural e da precarização fomentaram a agudização das expressões da questão social.

Na alvorada dos anos 2000 o choque neoliberal no país esgarçava quaisquer possibilidades de consenso quanto à manutenção de sua agenda destrutiva, constituindo bases importantes para alavancada e eleição de Lula à presidente do Brasil.

OS GOVERNOS PETISTAS E OS CAMINHOS DA PROTEÇÃO SOCIAL

O primeiro governo Lula foi marcado pela manutenção dos principais fundamentos da ortodoxia neoliberal, adotando medidas duras, tais como: elevação do *superávit* primário, além do exigido pelo FMI, de 3,75% para 4,25% do PIB; demasiado aumento da então já elevadíssima taxa básica de juros, de 22% para 26,5% ao ano; brutal corte de liquidez (pelo aumento do compulsório dos bancos) (PAULANI, 2010).

É a partir do segundo mandato do presidente Lula que se pode perceber uma pequena mudança no direcionamento político-governamental que, sem romper com a orientação macroeconômica, incrementa determinadas medidas que *a priori* não compõem o rol da doutrina ortodoxa neoliberal e apontam para um tensionamento no interior do social-liberalismo.

É nesse contexto, mais especificamente a partir do aprofundamento da crise do capital, em 2008 – cuja expressão inicial se desencadeou no mercado imobiliário dos Estados Unidos – que surgem dissidências mais abertas entre segmentos no âmbito do governo e entre intelectuais em torno do social-liberalismo que passa a fundamentar a defesa de um suposto “neodesenvolvimentismo” (CASTELO, 2013).

Assim, defende-se a constituição de uma espécie de terceira via, cujo objetivo central consistiria em congregar em um mesmo patamar de governabilidade crescimento econômico, com investimentos diretos na economia, incentivo ao livre mercado global financeiro, combinados às estratégias de “distribuição de renda”, ou, em termos mais claros, conciliar pares incompatíveis: valorização do capital e equidade social (MOTA, 2012).

Ao congregar, em seu arcabouço teórico-ideológico, ortodoxia econômica e uma pauta de “inclusão social”, tal projeto propõe um novo equilíbrio da ação do Estado: garantir as condições para um mercado dinâmico e desenvolver estratégias de diminuição das iniquidades geradas pelo ideário neoliberal nas últimas décadas, principalmente a pobreza absoluta.

Neste cenário, há centralidade para a política de assistência social passando a figurar como “a política de proteção social” ao invés de consolidar a seguridade social, a partir de políticas universais e estruturantes. Há a expansão dos programas de transferência de renda, o aumento do nível de emprego formal – apesar desse

aumento ser nas faixas de remunerações mais baixas – ao tempo que se solidifica o Benefício de Prestação Continuada (BPC), tanto com o aumento de beneficiários como com programas como o BPC na Escola.

Por outro lado, uma via privatista no campo da previdência social se efetiva com a expansão dos fundos de pensão e na saúde o incremento ao setor privado canaliza importante parte do orçamento para o complexo fármaco-industrial, além da consolidação das Organizações Sociais de Saúde (OSS) para gestão de setores públicos da saúde brasileira.

Esse padrão no campo da proteção social – mantido no primeiro governo Dilma – preza pela constituição de uma estratégia de intervenção pública de baixo custo e impacto concreto. É evidente que os resultados do aumento concreto dos investimentos do Estado na política de assistência social, mormente nos programas de “alívio à pobreza”, via transferência de renda, são incontestáveis. Os governos petistas assumiram uma política favorecedora do capital financeiro, na maioria das vezes em detrimento do fortalecimento e consolidação de um sistema de proteção social universal, acarretando retrocesso nas políticas sociais, acentuando seu caráter focalista e seletivo, processo explícito na política de assistência social.

As três políticas que compõem a seguridade social sofreram os efeitos da dura política econômica de superávit primário para pagamentos de juros e amortizações da dívida pública. No quadro seguinte, podemos perceber o impacto dos dois artifícios expostos até aqui que impactam diretamente no orçamento da Seguridade Social: a DRU e as Renúncias Tributárias.

Quadro 1 - Receitas, despesas da seguridade social. Valores em R\$ bilhões, deflacionados pelo IGP-DI, a preços médios de 2016

Ano	Receitas	Despesas	Saldo	DRU (1)	Renúncias Tributárias (2)	Total (des)Financiamento do OSS (1) + (2)
2008	597,29	656,77	-59,48	71,65	33,86	105,51
2009	663,71	776,39	- 112,68	63,75	48,43	112,17
2010	652,03	762,73	- 110,70	69,87	98,09	167,96
2011	711,98	808,47	- 96,48	76,41	104,26	180,66
2012	729,88	838,50	- 108,63	76,47	125,44	201,92
2013	770,91	881,06	- 110,15	79,16	152,73	231,89
2014	750,76	919,29	- 168,53	74,31	169,46	243,78
2015	710,30	938,33	- 228,03	86,03	185,70	271,72
2016	680,65	949,53	- 268,89	101,09	168,41	269,50

Fonte: Salvador, 2017.

A lógica do (des)financiamento da seguridade social é contínua e em fluxo crescente. Como se realiza mediante mecanismos como a DRU e as Renúncias Tributárias, muitas vezes requerem a apuração destes dados para compreender a lógica que a política de ajuste fiscal permanente dos últimos governos impõe sobre as políticas sociais. A constatação do que Leda Paulani (2010) classifica como “permanente estado de emergência” fundamenta a manutenção dessa política dura de macroestabilidade econômica sob o argumento da crise constante.

Isto se dá em meio a um processo que galvaniza um arsenal heurístico totalmente reconceituado, cuja influência das novas teorias difundidas pelos organismos internacionais, parece decisiva. Entre outros elementos, tais teorias e instituições propalam a defesa de um novo padrão de proteção social, que zela por dismantelar a estrutura de proteção social erigida a partir dos ganhos do trabalho, advindos de duras lutas políticas, que encerram formas de proteção pautadas na universalidade, no dever do Estado e na própria solidariedade intergeracional dos trabalhadores na previdência. Neste espectro neoconservador, a proteção social. Sob esse padrão de proteção social, ganha densidade a opção por uma política de assistência social compensatória e focalizada, que despreza moldes universais para a política social e é executada a partir de um formato específico de “enfrentamento à pobreza”.

O choque ultraliberal conservador e a corrosão da proteção social: entre a queda de Dilma e a consolidação da extrema-direita

À intensa pressão política e econômica colocava o segundo governo Dilma na eminência do colapso, quando ela começa a fazer uma brusca rotação ao “centrodireita”, passando a aplicar justamente o conjunto de medidas de arrocho fiscal contrariando compromisso firmado em campanha e pondo em pauta uma série de medidas restritivas de direitos e nocivas para a proteção social.

Desta feita, aqueles “pacotes de maldades” que já se colocava como ameaça real à classe trabalhadora brasileira para 2015, “independentemente de quem vencesse as eleições” acabou sendo de “interesse do próprio PT e dos setores econômicos que sustentavam o poder [...]” aproveitar a conjuntura de forte instabilidade para aprovar “várias medidas de interesse do capital e do governo, sem que a classe trabalhadora se rebelasse e conseguisse barrar os ajustes” (QUEIROZ, 2016, p. 536).

O segundo governo Dilma começou a acirrar a política econômica com vistas a enfrentar o lento crescimento da economia e o ajuste das contas públicas, que apresentava saldo negativo de R\$ 32,5 bilhões. O déficit nas contas públicas foi alardeado e tomou proporções alarmantes, requisitando respostas imediatas da presidenta. Neste particular, ela anuncia um corte de bilhões de reais nos gastos públicos. Realizaram-se alterações nas regras de programas sociais como o seguro-desemprego e o abono salarial; Efetivou-se uma política de desoneração da folha de pagamento, com revisão das contribuições patronais foram alteradas de 1% e 2% para 2,5% e 4,5% sobre a renda bruta declarada; Modificações em questões tributárias, para aumentar a arrecadação (CARLEIAL, 2015).

Enfim, procedeu-se à cartilha neoliberal de primeira linha, impactando sobre direitos da classe trabalhadora, programas e políticas sociais e sob as condições de vida da classe média. Entre 2015 e 2016 tendências fortemente cotrarreformistas foram empregadas pelo governo Dilma e seu Staff técnico, de clara direção liberal

conservadora ao mais afinado gosto do mercado financeiro em um contexto de eminente caos político.

A irrupção de escândalos de corrupção e uma investida sem trégua da direita e extrema direita contra o Partido dos Trabalhadores tornavam o contexto do segundo governo Dilma insustentável. Neste interim, estavam postas condições históricas favoráveis à expansão do mais aberrante veio conservador da sociedade brasileira, que capitaneado pela ala política mais interessada na queda de Dilma – inclusive sua base aliada, o PMDB, sob batuta de Michel Temer – tornou-se uma das molas propulsora do *Impeachment*.

Assegurados pela mais alta cúpula do grande capital e pelos grupos de mídia massificadora, essa investida conservadora consolidou o golpe que tiraria do executivo federal o Partido dos Trabalhadores. Ainda que pareça paradoxal, já que os governos petistas realizaram com maestria as demandas da classe hegemônica, estas próprias classes optaram por destituir a presidenta eleita. Tornava-se claro que o projeto de gestão da crise capitalista do PT não agradava mais a classe dominante.

A chegada de Temer ao Planalto Central, conjugado com um Parlamento havido por emendas, expressivamente conservador e majoritariamente atolados em corrupção, marca a ascensão de uma ofensiva ultraliberal de largas proporções. Sob a falácia do combate à corrupção, da necessidade de ajuste das contas públicas e do enfrentamento à crise econômico e política, o governo Temer – cuja reprovação popular é massificada – passa a implementar uma série de medidas, cujo impacto político e social tem se mostrado desastroso.

Medidas de austeridade fiscal exponenciadas, que geram cortes de gastos públicos, inclusive com aprovação da polêmica e contraditória Emenda Constitucional, que define o teto do gasto público e proíbe aumento em gastos com políticas sociais como saúde, educação, habitação, assistência social entre outras; aumentos de tributos e impostos, em bens de uso intensivo como gasolina e gás de cozinha, ataques ao salário mínimo, com ajuste abaixo da inflação, a drástica aprovação da Reforma Trabalhista; e ainda em curso, a ampla investida para aprovação da Reforma da Previdência; aceleração de projetos de privatização;

O Orçamento da União para o ano de 2017 foi de R\$ 3.489.243 trilhões de reais. Sem nenhuma surpresa, 53% deste total (R\$ 1,85 trilhão) foi comprometido com despesas financeiras, que são justamente as despesas relativas à Dívida Pública. De acordo com o INESC (2017), houve um acréscimo de R\$ 645 bilhões em relação às mesmas despesas do ano de 2016.

O Orçamento teve cortes importantes para 2017, a fim de “cobrir o rombo das contas públicas. A Folha de São Paulo² apontava que os cortes seriam :R\$ 20,1 bilhões só nos ministérios; R\$ 10,9 bilhões das emendas de parlamentares; R\$ 10,5 bilhões das obras do PAC. O Correio Braziliense³ explicitava que os ministérios da Defesa, dos Transportes e da Educação foram os mais atingidos pelos cortes no Orçamento. “Juntas, as três pastas somam R\$ 15,1 bilhões da tesourada, ou 36,6% do corte nas despesas discricionárias previstas pelo governo”.

O novo regime fiscal, sustentando na Emenda Constitucional Nº 95, que limita o teto dos gastos públicos por 20 anos aprovado no governo Temer, aliado a aprovação da reforma trabalhista vai se mostrando como um golpe frontal à frágil proteção social brasileira. As projeções quanto aos impactos nos gastos sociais serão severos. De acordo com Viera e Benevides (2016), a estimativa do impacto sobre o gasto federal com o SUS, por exemplo, é desoladora. A perda acumulada entre 2017 e 2036 seria de R\$416 bilhões, considerando o crescimento do PIB em 1,0% ao ano. Já se esse crescimento ficar na casa dos 2,0%, a perda seria de R\$654 bilhões. Outra forma de análise é a comparação entre o gasto *per capita* com a regra anterior e a EC95. Pela regra anterior, o gasto federal *per capita* com saúde passaria de R\$459, em 2017, para R\$632, em 2025 e R\$822, em 2036. Em um cenário de vigência da EC95, os gastos seriam respectivamente aos anos de 2017, 2025 e 2036: R\$446, R\$427 e R\$411.

²Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/03/orcamento-tem-corte-de-r-421-bilhoes-maior-que-o-esperado.html>. Acesso em 12 de janeiro, de 2018.

³ Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/04/01/internas_economia.585320/educacao-perde-r-4-3-bilhoes-com-corte-no-orcamento.shtml. Acesso em 12 de janeiro, de 2018.

De acordo com Boschetti (2018), a lógica do ajuste fiscal permanente é um componente estrutural dos governos brasileiros, no âmbito do Estado capitalista dependente e periférico. Sustentados na narrativa da permanente crise fiscal do Estado – um dos motes ideológicos vitais do neoliberalismo – a qual é apontada como fonte de “desconfiança” para potenciais investidores e uma das causas centrais para amarrar a economia, essa suposta crise deve ser enfrentada pelos governos, sob pena de estagnação da economia e falência do Estado.

Mota (2003) caracterizava essa construção político-ideológica do caos econômico como “cultura de crise”, acionada pelo governo FHC e seu *staff* técnico para legitimar as intensas investidas do ajuste fiscal demandado pelo Consenso de Washington, sob os auspícios do neoliberalismo ortodoxo.

Paulani (2008), por sua vez, aponta que a agenda neoliberal faz duras exigências quanto ao ajuste fiscal do Estado, ao funcionalismo público e a direção de políticas sociais universais. Exige-se um Estado enxuto, com máxima prioridade para estabilidade macroeconômica, o que significa uma política monetarista favorável ao capital financeiro e aos interesses rentistas. Nessa direção, há, uma franca obsessão com os gastos do Estado, por várias razões. Primeiro, a taxa de juros paga pelo Estado aos papéis públicos transforma-se no piso em função do qual todas as outras taxas são estabelecidas; segundo, taxas de inflação mais elevadas são sempre pró-devedor; terceiro, os papéis públicos são ativos financeiros por excelência.

Em forma análoga à Mota (1993) e Boschetti (2018), a autora também alerta sobre a construção da ideia de crise fiscal permanente. Pensando no primeiro governo Lula, assinala que se constituiu um verdadeiro “estado de emergência econômico” (PAULANI, 2010). De fato se reproduzia no país, nas particularidades de economia dependente, as condições da crise estrutural do capital. Mas a captura ideológica da crise, transformando-a numa justificativa para adoção de medidas duras de ajuste fiscal, tornou-se um artifício extremamente profícuo para legitimar as duras medidas que oneram a classe trabalhadora e asseguram demandas do capital. Isso permitia alardear a ideia de que se vivenciava em constante estado de alerta quanto à estabilidade econômica – fundamental e imprescindível de acordo

com as premissas neoliberais –, que justifica e fundamenta todas as medidas necessárias para superar este estado de emergência.

As duríssimas medidas impetradas no governo Temer se calcam nessas narrativas – da crise fiscal do Estado e da necessidade de ajuste fiscal permanente – para legitimar o processo de destruição do já frágil sistema de proteção social brasileiro, que não encontra precedentes. Tratou-se de um ataque atroz, que caminhou na direção da intensificação das expropriações contemporâneas, com mais intensidade para a expropriação de direitos sociais e trabalhistas.

Para o campo da assistência social os prognósticos iniciais são preocupantes e as análises prospectivas, assustadoras. Os impactos da EC95 neste campo apontam uma tendência de perda de recursos de R\$199 bilhões em 10 anos e de R\$868,5 bilhões em 20 anos. De acordo com Behring (2018), o BPC se tornaria insustentável a partir de 2026.

Analistas e trabalhadores da área vêm problematizando os perigos eminentes para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para a institucionalidade por ele instituída. Em que pese todos os limites relativos à política de assistência social no que tange a centralidade dos programas de transferência de renda, bem como a prevalência da focalização e seletividade, também é preciso demarcar os avanços concretos em termos de regulamentação, de legitimidade e de mecanismos concretos de financiamento fundo a fundo, garantindo a continuidade dos serviços, mesmo com o crescimento pequeno dos recursos para os serviços propriamente ditos, haja vista a centralidade no financiamento dos programas de transferência de renda.

Nesse sentido, algumas medidas neoliberais podem ser destacadas e mais bem explicitadas nos seus impactos quanto às bases estruturantes do Suas: aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias com base no executado de 2016, o que implicou a redução de recursos para 2017; congelamento de recursos pelos próximos vinte anos, com a aprovação do Novo Regime Fiscal (PEC n. 55) e implantação do Programa Criança Feliz,³ definido pelo Conselho Nacional de Assistência Social como Primeira Infância no Suas (Resolução n. 20, de 24 de novembro de 2016), sem discussão coletiva e aprofundada nas instâncias do Suas, e aprovação no mês seguinte ao decreto que cria o referido programa (SILVEIRA, 2017, p. 501).

A realidade que se coloca é de uma profunda inflexão na política de assistência social em direção aos elementos mais conservadores e arcaicos deste campo no cenário brasileiro. O Programa Criança Feliz é criado através do decreto

presidencial n. 8.869/16, em 05 de outubro de 2016. Segundo consta no artigo primeiro do Decreto presidencial, o Programa Criança Feliz tem caráter intersectorial, e sua finalidade é promover “o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida” (BRASIL, 2016).

Sposati (2017) defende que não há fundamento legal que dê amplo respaldo e legitimidade ao Programa Criança Feliz, visto a existência de vários programas, serviços, ações e projetos que contemplam demandas desse público. A autora explica que, “pelo registrado, não há inovação no PCF que possa justificar sua presença na gestão governamental, completando resultados que os sistemas públicos de atenção social já operam quanto ao estímulo aos cuidados familiares das crianças” (SPOSATI, 2017, p. 533).

Em termos propriamente orçamentários a situação é muito grave. Estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), de 2017, demonstra em mais de 458 milhões os recursos para cofinanciar o Suas somente entre 2016 e 2017. O maior corte foi no âmbito da Proteção Social Básica, com uma queda de 15%, cerca de R\$ 227 milhões. Na Proteção Social Especial de Média Complexidade, a queda foi de 23% cerca de R\$ 113 milhões; para os serviços de Alta Complexidade a perda foi de 25%, um valor em torno de R\$ 69 milhões. No tocante à consolidação da gestão, expressos no repasse do IGD-SUAS, o Estudo demonstra o corte de 35%, ou seja, quase R\$ 50 milhões.

Se políticas sociais como saúde e educação que contam com um percentual mínimo de arrecadação para cada esfera de governo os efeitos da EC95 serão deletérios, para a política de assistência social serão ainda mais impactantes. Isto tanto por que a assistência social não tem um percentual mínimo garantido nos âmbitos dos orçamentos na União, Estado e municípios, como por sua ainda frágil institucionalidade. De acordo com Knevez (2018), o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2019 disponibilizou R\$ 30,899 bilhões em contraste com a proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social que previa um Orçamento de R\$61,136 bilhões.

O governo de extrema-direita que se consolida com a presidência de Jair Bolsonaro dá indícios de um choque atroz de neoliberalização autoritarista, que se

aproveitando do esgarçamento do projeto de conciliação de classes do PT e sedimentado em alianças com os setores mais conservadores da burguesia nacional e internacional, promete levar ao limite os mecanismos das expropriações contemporâneas, socializando os custos da crise do capital com a classe trabalhadora. Neste cenário, as possibilidades de reorganização do sistema de proteção social são limitadas ao extremo.

Com pouco mais de um mês, já há um saldo perverso e preocupante de assalto a direitos e extinção de pastas de trabalho importantes. O ataque à população indígena e quilombola com a transferência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a pasta do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; a identificação, delimitação e demarcação das terras passa a de responsabilidade do Ministério da Agricultura; a retirada das ações destinadas à garantia de direitos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e demais grupos LGBTs, da política de Direitos Humanos a ser comanda pela Ministra Damares, a exoneração de trabalhadores em função de mapeamento de suas opções político-ideológicas contrárias ao governo; na linha da militarização promovida pelo bolsonarismo podem ser citadas 6 nomeações que participaram das tropas brasileiras na invasão do Haiti; reestruturação do Ministério da Justiça, dando novas atribuições a ser comandadas pelo ex-Juiz Federal Sergio Moro, como o extinto Ministério do Trabalho que agora também passa a ser caso de justiça; divulgação do Decreto que facilita a posse de arma de fogo e a apresentação do chamado “pacote anti-crise” construído pelo referido Ministro, que conforme atestam analistas em segurança pública, não apenas é incapaz de combater o crime organizado e enfrentar a violência, como concede “licença para matar”; a privatização das estatais e avanço para viabilizar a reforma da previdência, entre outras ações.

De acordo com Laval (2018), vive-se uma crise global das democracias liberais em todo o mundo e é nesse contexto que países como o Brasil – de redemocratização recente – torna-se mais exposto às mudanças hiperautoritárias neoliberais.

Essa perigosa fase que nós atravessamos está marcada por um novo neoliberalismo que canaliza e explora os ressentimentos, as frustrações, o ódio, o medo de diferentes frações da população, dos pobres e dos ricos, para direcioná-los contra bodes expiatórios. Esses últimos podem ser imigrantes, pessoas consideradas

preguiçosas, vagabundas, parasitárias, as minorias sexuais ou étnicas, partidos ou líderes políticos de esquerda, pouco importa (LAVAL, 2018, s/p).

Acoplada ao avanço do conservadorismo essa nova onda neoliberalizante hiperautoritária que avança na esteira das expropriações radicais contemporâneas, abocanhando parte dos ganhos da força de trabalho para garantia da reprodução ampliada do capital, seja com investidas diretas sobre o salário mínimo, do que é elucidativo o ajuste sancionado pelo presidente abaixo do previsto que seria R\$ 1006,00, ficando na casa dos R\$998,00, seja na retirada de direitos.

Uma das maiores ofensivas capitaneadas pelo governo atual – em consonância com as forças conservadoras hegemônicas nas casas legislativas – é a proposta da reforma da previdência. Sob a falácia do déficit na previdência e procedendo a uma espécie de demonização dos servidores públicos, denunciados como principais vilões das contas previdenciárias, o governo – calcado em intensa campanha da mídia de massa – procura sedimentar consensos na sociedade sobre a inevitabilidade da reforma da previdência.

A recomposição da acumulação capitalista no auge da crise estrutural do capital demanda, cada vez mais, a articulação entre a intensificação da exploração da força de trabalho e a constituição permanente de expropriações. “A questão das expropriações se ressignificam e se atualizam, vinculando-se organicamente com os mecanismos de exploração direta e indireta da força de trabalho e com a expansão da supercapitalização via contrarreformas do Estado” (MOTA, 2018, p. 174).

Portanto, a contrarreforma da Previdência, cuja proposta já tramita no Congresso Nacional se configura como uma potente forma de expropriação, subtraindo direitos dos trabalhadores, cuja finalidade precípua é tornar as formas históricas de proteção social em serviços financeiros que confluam para valorização do capital. Assim, o Estado, sob comando da extrema direita – em consonância com as imposições do mercado financeiro internacional – procede a uma nova ofensiva neoliberal, ainda mais encrudescida e letal, que opera no sentido de transferir cada vez mais os custos da reprodução da força de trabalho para os próprios trabalhadores, desonerando o capital.

A proposta prevê além de outros mecanismos perversos, alterar o regime previdenciário em voga no Brasil e apresenta medidas que objetivam unificar as regras de acessos às aposentadorias dos setores privado e público, reduzindo o valor dos benefícios previdenciários e assistenciais a patamares mínimos. A idade mínima para a aposentadoria seria de 65 anos para os homens e 62 para mulheres, com um período de transição de apenas 12 anos. Ademais, propõe-se a constituição de um modelo de capitalização, que é uma espécie de poupança individual, cujo objetivo final é a ampliação do mercado de previdência privada, com clara intenção de beneficiamento do mercado financeiro, centrando nos Bancos. Ou seja, o princípio da solidariedade intergeracional e a contribuição tripartite – trabalhador, Estado e patrão – ficam praticamente anulados.

Além disso, outros pontos como fim da multa rescisória e do depósito de 8% do FGTS para aposentados, as mudanças nas regras das pensões por morte e adoção de alíquotas progressivas para o servidor público estão entre os pontos nevrálgicos da proposta que é uma verdadeira “máquina de expropriação de direitos”.

Mas, sem dúvidas, um dos mais covardes e atrozes ataques é a mudança no que se relaciona ao BPC. A idade mínima para acesso ao benefício mudaria na prática, uma vez que o acesso ao benefício integral – no valor de um salário mínimo – se daria apenas a partir dos 70 anos e não aos 65, como é hoje. Pessoas com idade de 60 a 69 anos teriam direito a receber R\$ 400. Na prática, tem uma afronta à determinação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) quanto à indexação do valor do BPC ao salário mínimo e deixa os idosos beneficiários a mercê das vontades governamentais, uma vez que não há um fator de ajuste para os R\$ 400 que compõem o valor inicial dos benefícios.⁴

É uma ofensiva contrarreformista das mais avassaladoras no sentido de destruição de direitos e pode afetar drasticamente os fundamentos da proteção social brasileira, já tão afrontada desde muito tempo.

⁴Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47325481>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto neste breve ensaio fica patente o permanente estado de tensão dos sistemas de proteção social, sobretudo, aqueles cujos princípios e estruturação apontam para uma direção mais universalista. Por estarem situados no âmbito da sociedade capitalista são atravessados pela luta de classes e mediatizados pelas opções político-governamentais dos diversos Estados Nacionais. No Brasil, desde a década de 1990 o frágil e híbrido **sistema** de proteção social tem sido objeto da ofensiva neoliberal, tendo sido os governos de FHC determinantes para tal empreitada.

Ao longo dos governos petistas, a despeito de alguns ganhos mínimos em termos de retomada do investimento do Estado nas políticas sociais, prevaleceu a lógica mais seletiva e focalista, com centralidade para os programas de transferência de renda. No tocante as mudanças mais recentes, foram sinalizados alguns elementos para pensar a nova onda neoliberalizante sob o avanço do conservadorismo e consolidação da extrema direita à frente do Executivo Federal. Ainda que a proteção social, em função de suas contradições e de sua funcionalidade à lógica do capital, não seja o horizonte final da luta por emancipação, a sua defesa como estratégia de sobrevivência e fortalecimento das lutas sociais ainda é imperante.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Fundo Público, exploração e expropriações no capitalismo em crise**. *In: Expropriação e Direitos no capitalismo*. BOSCHETTI, I. (ORG). São Paulo: Cortez, 2018.

BOSCHETTI, I. **Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho**. *In: Expropriação e Direitos no capitalismo*. BOSCHETTI, I. (ORG). São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Informativo sobre Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017** • PLN 2/2016. Brasília: Congresso nacional, 2016.

CARLEIAL, L. M. **Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff.** In: *Revista Estudos Avançados*. vol.29 no.85 São Paulo Sept./Dec. 2015. p. 201-214.

CASTELO, R. **O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro.** In: *Revista Em Pauta*. Nº31, 2013. p. 119-138.

CISLAGHI, J. F. **Elementos para a crítica da economia política da saúde no Brasil: parcerias público-privadas e valorização do capital.** *Tese de Doutorado*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

INESC (2017),

KNEVITZ, A. E. **EC95 pode acabar com a Assistência Social.** In: *Entrevista ao Brasil de Fato*. Disponível em: https://issuu.com/brasildefatos/docs/bdfrs_06_issuu. Acesso em: 06/02/2018.

LAVAL, C. **Bolsonaro e o momento hiperautoritário do neoliberalismo.** In: Blog Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/29/o-momento-hiperautoritario-do-neoliberalismo/>. Acesso em 08/01/2019.

MOTA, A. E. **Redução da pobreza e o aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social.** In: MOTA, A. E. (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

_____. **Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões.** In: *Expropriação e Direitos no capitalismo*. BOSCHETTI, I. (ORG). São Paulo: Cortez, 2018.

_____. **Cultura da Crise e Seguridade Social: Um Estudo Sobre as Tendências da Previdência e da Assistência.** São Paulo: Cortez, 2003.

NETTO, J. P. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras.** In: LESBAUPIN, I. *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 75-89.

PAULANI, L. M. **Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil.** In: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Brasil Delivery.** São Paulo: Boitempo, 2008.

QUEIROZ, P. P. **Neodesenvolvimentismo e contrarrevolução no Brasil (2003 – 2016): crítica à economia política do campo democrático-popular.** *Tese de Doutorado*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SALVADOR, E. **A Desvinculação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal.** In: *Revista Advir*. Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017) . – Rio de Janeiro: Asduerj, 2017.

SILVA, M. M.

O neoliberalismo no Brasil e os ataques à proteção social pública: da ofensiva dos anos 1990 à corrosão dos dias atuais

SILVEIRA, J. I. **Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos.** In: *Revista Serviço Social e Sociedade*.n. 130, p. 487-506. São Paulo: Cortez, set./dez. 2017.

SPOSATI, A. **Transitoriedade da felicidade da criança brasileira** In: *Revista Serviço Social e Sociedade*.n. 130, p. 526-546. São Paulo: Cortez, set./dez. 2017.

VIERA, F. S; BENEVIDES, R. P. **Os Impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do Direito à saúde no Brasil.** In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Nota Técnica nº 28. 2016.

WACQUANT, L. **Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente.** In: CADE



OS INTELLECTUAIS E A DISSEMINAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE GRAMSCIANA

THE INTELLECTUALS AND THE SPREAD OF NEOLIBERALISM IN LATIN AMERICA: A STUDY BASED ON GRAMSCIAN ANALYSIS

Salyanna de Souza Silva¹

Resumo

O artigo em tela faz uma análise o papel dos intelectuais na disseminação do neoliberalismo na América Latina. A partir de uma leitura histórico-dialética da realidade, pautando-se nas reflexões do marxista italiano Antonio Gramsci, realizamos uma pesquisa bibliográfica de obras de alguns dos teóricos neoliberais, com destaque para Friedrich Hayek e Milton Friedman. Compreendemos então que a constituição de intelectuais é um imperativo para o capitalismo atual e sua reprodução. O movimento histórico do desenvolvimento do neoliberalismo na América Latina demonstra a necessidade de utilização tanto de medidas autoritárias e ultra conservadoras, mediante instituição de ditaduras e/ou defesa de postulados reacionários; como da formação de grupos de intelectuais ligados a determinados setores acadêmicos. Atualmente observa-se que partir da tomada dos Estados diversas medidas de contrarreformas sociais são adotadas e intensificadas em prol do capital financeiro internacional. Na América Latina, a partir da experiência da Ditadura do Chile, temos por exemplo a atuação dos “Chicago Boys”, sua influência é também observada no atual governo conservador de Bolsonaro mediante sua equipe de governo.

Palavras chave: Neoliberalismo. Intelectuais. Chicago Boys. América Latina.

¹Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pós-Doutora em Serviço Social pelo Mestrado Acadêmico de Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), com bolsa Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da CAPES. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (2008), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2011) e Doutorado em Serviço Social pela Università degli Studi Roma Tre (Roma/Itália). **Autora para correspondência.** E-mail: <salyannass@gmail.com>

Abstract

The article on the screen analyzes the role of intellectuals in the spread of neoliberalism in Latin America. Based on a historical-dialectical reading of reality, based on the reflections of the Italian Marxist Antonio Gramsci, we carried out a bibliographical research on the works of some of the neoliberal theorists, notably Friedrich Hayek and Milton Friedman. We understand then that the constitution of intellectuals is an imperative for current capitalism and its reproduction. The historical movement of the development of neoliberalism in Latin America demonstrates the need to use both authoritarian and ultra conservative measures, through the institution of dictatorships and / or defense of reactionary postulates; and the formation of groups of intellectuals linked to certain academic sectors. It is now observed that from the taking of the States various measures of social counter-reforms are adopted and intensified in favor of international financial capital. In Latin America, from the experience of the Chilean dictatorship, we have, for example, the performance of the "Chicago Boys", its influence is also observed in the current conservative government of Bolsonaro through its government team.

Key words: Neoliberalism. Intellectuals. Chicago Boys. Latin America.

INTRODUÇÃO

Como resposta ao quadro de recessão generalizada, iniciado a partir do final dos anos 60, são articuladas um conjunto de respostas econômicas, sociais, políticas e ideológicas; que transforma o desenvolvimento do capitalismo a nível mundial. Do “liberalismo embutido” inicia-se um processo de “neoliberalização” do Estado e da econômica. (HARVEY, 2013). Para responder a crise societária do capital, que se expressa também por uma forte tendência de queda das taxas de lucro, o capitalismo se reorganiza, adotando, dentre outras medidas, a passagem de um padrão de acumulação e regulamentação fordista e keynesianista para um padrão centrado na acumulação flexível e nos preceitos neoliberais. Tal mudança promove inflexões estruturais no âmbito da produção/reprodução e regulação da sociedade (BEHRING, 2011).

Da hipertrofia da esfera financeira à tendência de uma maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas/oligopolistas e ataque aos direitos trabalhistas e sociais, por meio de medidas de flexibilização,

desregulamentação e privatizações; o capitalismo começa também um ataque aos postulados do chamado “*Welfare State*” ou Estado de Bem Estar Social. Logo, são “satanizadas” as “políticas keynesianas” por basearem-se no estímulo a intervenção do Estado na economia. O marco teórico e filosófico que fundamenta tal “nova” reorganização do capital é o neoliberalismo.

Notamos que tal reorganização vem contribuindo para intensificação dos princípios centrais do sistema capitalista, qual seja, “o próprio mecanismo do processo de acumulação multiplica, com o capital, a massa dos ‘pobre laboriosos’” (MARX, 1985, p. 189). Recentemente vemos observando uma “parceria” entre os postulados neoliberais à princípios da extrema direita por meio do crescimento de formas reacionárias, como a xenofobia, o racismo, de grupos de extrema direita em todo o mundo, dados estatísticos revelam que no contexto da crise mundial o neoliberalismo contribui para o crescimento da desigualdade entre ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, etc.

O relatório da organização internacional Oxfam, “Bem público ou riqueza pública” (2019)², evidencia que, mesmo diante uma década de crise financeira, o sistema capitalista só intensificou as desigualdades e concentração social/econômica em todo mundo. O que se materializa na quase duplicação do número de bilionários, de 1.125 em 2008 para 2.208 em 2018, acompanhado do aumento da pobreza com a queda em 11% da riqueza da metade da população mais pobre.

Se em 2018 um total de 43 pessoas possuíam a mesma riqueza da metade mais pobre da população (3,8 bilhões de indivíduos), em 2019 esse número se concentrou ainda mais – se reduzindo para apenas 26 pessoas.

² Disponível em

https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2019_Bem_Publico_ou_Riqueza_Privada_pt-BR.pdf?utm_source=site&utm_medium=social&utm_campaign=davos2019_davos2019-leads-site&utm_content=visitantes-site&utm_term=botao-baixe_botao-baixe_cpc_botao-site_baixar. Acesso em 07 de março de 2019.

Assim, sob a fase no neoliberalismo o capitalismo além de conseguir sua reprodução a nível mundial também intensifica o processo de exploração e acumulação de riqueza, potencializando a barbárie e a desigualdade.

Baseado no método materialista histórico-dialético, em especial nas reflexões do marxista italiano Antonio Gramsci sobre a categoria “intelectuais”, o presente artigo visa trazer a tona elementos históricos e teóricos do neoliberalismo, a partir da análise de algumas obras de seus principais teóricos, em especial o economista e filósofo austríaco Friedrich Hayek e o economista norte americano Milton Friedman.

No segundo momento trazemos alguns elementos da trajetória histórica da implementação do neoliberalismo em todo mundo e particularmente na América Latina, na qual identificamos a forte influência da escola de Chicago e sua disseminação/imposição inicialmente no Chile por meio dos “intelectuais” chamados “Chicago boys” durante a Ditadura de Pinochet (1973 a 1989).

Por fim, apresentamos algumas aproximações no tocante às transformações atuais no Brasil, com a recente vitória de um candidato reacionário influenciado pelo neoliberalismo norte americano.

OS INTELECTUAIS NEOLIBERAIS

Se atualmente o neoliberalismo tornou-se hegemônico mundialmente deve-se em grande parte ao papel acadêmico e intelectual de diversos grupos e pensadores. Tal corrente de pensamento filosófico que postula influências diretas na área da economia (mundial e nacional) nasce em um momento histórico de grandes transformações, incorpora também uma gama de pensadores que asseguram a sua homogeneidade e legitimidade.

A formação de grupos de intelectuais é essencial para reprodução de tal corrente de pensamento. Para o marxista sardo Antonio Gramsci não se pode falar de não-intelectual, todo ser humano é um intelectual, haja vista que “participa de uma concepção de mundo, tem uma consciente linha de conduta moral, então

contribui a sustentar ou a modificar uma concepção de mundo, isto é, a suscitar novos modos de pensar” (GRAMSCI, 2014, p. 1551).³

Assim, os intelectuais orgânicos a uma determinada classe têm a importante função de dar homogeneidade e consciência da função desta, seja no plano econômico que social e político. São assim de extrema importância no processo de construção da hegemonia de classe dominante, de difusão de sua concepção de mundo, não se exclui também o papel do Estado, que junto com os intelectuais, visam à construção do consenso para reprodução da subalternidade das classes sociais.

Historicamente os intelectuais mais influentes do neoliberalismo são contemporâneos a esse período de “crise do socialismo” e crise da proposta keynesiana e *Welfare State*. Os principais expoentes teóricos dessa corrente são: a Escola Austríaca, com Ludwig von Mises (1881-1973) e seu pupilo Friedrich Hayek (1899-1992); e a Escola de Chicago, principalmente com Milton Friedman (1912-2006). Este último assume uma particular importância para a análise do desenvolvimento e implementação no neoliberalismo na América Latina, como ser observará no decorrer de nosso artigo.

Enquanto corrente de pensamento filosófico, o neoliberalismo coloca em primeiro lugar o princípio da liberdade individual, entendida como o agir individual livre da coerção arbitrária dos outros. As relações humanas dentro de uma sociedade são assim entendidas como espaços onde as pessoas podem ameaçar o agir individual umas das outras, o que pode por sua vez restringir a liberdade individual pessoal. Dessa forma, tem-se a constante necessidade da criação e

³ O tema dos intelectuais e sua relação com as classes sociais sempre foi considerado fundamental para Gramsci. Em uma carta a Tatiana Schucht (sua cunhada), datada de 19 de março de 1927, o marxista italiano afirmou que era “atormentado” da ideia de que necessitaria fazer alguma coisa “*für ewig*” (do Alemão “para sempre”, “para eternidade”). Assim, ele elabora um esboço dos cadernos subdividindo em quatro pontos: 1) reflexões sobre a função dos intelectuais italianos no desenvolvimento da questão meridional; 2) um projeto de estudos sobre a linguística comparada; 3) um estudo sobre o teatro de Pirandello e 4) um estudo sobre folhetins/romances e o gosto popular na literatura. Esses após a sua morte foram confiados a sua cunhada. Em 1947 a Editora Einaudi os publica pela primeira vez com o título “Cadernos do Cárcere”.

ampliação de “espaços seguros” do agir dos outros, seja na esfera privada que na pública.

Para os liberais as “coerções” sofridas pelos indivíduos representam um mau que lhes impedem de utilizar toda a sua capacidade e potencialidade mental, pois sob o estado de coerção, as ações individuais dependem inevitavelmente da vontade do outro. É essa dependência que, segundo Hayek, seria negativa para o desenvolvimento individual.

Destarte, o liberalismo tem como pressuposto o ser enquanto “ser egoísta” que procura continuamente defender a própria liberdade da possível coerção dos outros. É a partir de tal estado constante de defesa que o ser individual garante a ampliação de suas capacidades.

Hayek explica que a liberdade individual se expressa na existência de um “estado de liberdade”, cujo indivíduo pode agir sem ser obrigado e constrangido pelos outros. Todavia, o autor reconhece a partir do momento em que vive em sociedade torna-se difícil para a pessoa não sofrer coerções, daí a necessidade da instituição do Estado. Mesmo que o papel deste seja limitado, o Estado cumpre o importante objetivo de proteger as “esferas privadas”, deve assim criar “as condições que consentem ao indivíduo de decidir o próprio comportamento atribuindo-lhe certas normas que o digam o que o Estado fará nas variadas situações”. (*idem*, tradução nossa, 1996, p. 49)

Essa corrente filosófica baseia-se na ideia de que somente nas condições de livre mercado é possível alcançar a liberdade democrática e os direitos civis, opondo-se abertamente contra a planificação da economia, presente nos países da URSS e mesmo na proposta keynesiana. Ao centro se encontra o “estado de liberdade individual” que, a partir do momento em que o indivíduo procura construir-se singularmente os próprios projetos, perseguem concomitantemente o interesse da própria sociedade, bem na perspectiva de “mão invisível” de Adam Smith.

Em seu trabalho mais conhecido, publicado pela primeira vez em 1944 e concebido para ser uma “advertência política”, Hayek (1987) expressa sua preocupação com aquilo que ele denominou de “socialismo radical”. O economista associa a então presente experiência do comunismo ao fascismo, que em suas

palavras “são meras variantes do mesmo totalitarismo” (idem, p.12), pois a adoção de medidas governamentais na economia e na sociedade, assim como o fizeram a planificação socialista, pode levar a “forças totalitárias” inicialmente não esperadas.

O caminho que leva à servidão é trilhado com a adoção de “concepções que penetraram demasiado a fundo toda a estrutura do pensamento de hoje” (idem, p.13) ou seja, a incorporação de medidas regulatórias e planejadas por parte do Estado levam a modificações de ordem psicológica, a alterações na óptica dos ideais políticos de um povo. Percebemos assim que o neoliberalismo trata-se de uma reação a lógica do controle governamental e de intervenções direta por parte do Estado, que tiveram como principal inspiração a experiência do bloco socialista.

A tese central defendida por Friedman (2016) é que o capitalismo é um sistema baseado na democracia e liberdade individual, diferentemente de outras experiências societárias como a URSS. Contudo, seja no passado que atualmente, a história comprova que em realidade para desenvolver-se plenamente o neoliberalismo pode fazer uso de medidas antidemocráticas e neoconservadoras, como por exemplo ditaduras. Alguns exemplos serão analisados no próximo ponto do presente artigo.

Assim, o aparato conceitual do qual se fundamenta o neoliberalismo, ou seja, a dignidade humana e a liberdade individual, conforme Harvey (2013), não passam de conceitos abstratos e alienados, instrumentalizados somente para contribuir no processo de construção da hegemonia do capital. Logo, “quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis”. (HARVEY, 2013, p. 28)

Atualmente vemos a associação do neoliberalismo à pautas ideo-políticas de extrema direita, vale destacar as vitórias de candidatos reacionários à presidência de países que ocupam uma posição estratégica mundialmente, como por exemplo Donald Trump em 2016 para os Estados Unidos da América, Matteo Salvini em 2018 (vice-primeiro-ministro) para Itália e Jair Bolsonaro em 2019 no Brasil; evidencia-se o crescimento de medidas reacionárias, como a xenofobia, o racismo e o revigoramento do nazifascismo, em todo o mundo, no contexto da crise mundial, na

qual, o neoliberalismo contribui decisivamente para intensificar a distância entre ricos e pobres e posturas discriminatórias e de intolerância.

Dentre as figuras de referência no recente movimento da extrema direita, destacamos Steve Bannon, ideólogo de extrema direita e atual assessor político estadunidense, que vem articulando diversos movimentos em todo mundo em prol da reorganização grupos conservadores e reacionários.

CAPITALISMO NEOLIBERAL LATINO-AMERICANO: O PAPEL DOS INTELECTUAIS EM SUA DISSEMINAÇÃO

A difusão do neoliberalismo se realizou principalmente por meio das instituições supranacionais, especificamente o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em nível europeu, por meio da Comissão Européia, do Instituto Monetário Europeu e depois do Banco Central, que posteriormente inspirou dois projetos europeus: o mercado único e a União Econômica e monetária.

Para os países considerados “em via de desenvolvimento”, os princípios neoliberais constituíram a base do “pacote” econômico ditado pelo *Washington Consensus* promovido pelo FMI e o Banco Mundial.

Vale ressaltar que depois da queda do muro de Berlim e da URSS (em 1989), ao capitalismo dos Estados Unidos interessava minar qualquer alternativa de projeto societário, ou seja, qualquer outra tentativa de reconstrução do socialismo.

Chossudovsky (1998) afirma que nos países da ex-União Soviética, como a ex-Iugoslávia, as medidas de contrarreforma de caráter neoliberal foram promovidas de forma incisiva, de modo a promover um verdadeiro “genocídio econômico”. A experiência histórica passada e presente vem demonstrar, como buscaremos apresentar no presente ensaio, que o neoliberalismo pode em certos contextos ser tratar-se de uma arma de aniquilação econômica e política visando assim o controle e domínio de outros países e blocos internacionais.

Neste sentido, é importante observar como o neoliberalismo se desenvolveu na América Latina enquanto verdadeiro laboratório: aqui ele associou-se à repressão

ditatorial e à violência. Afirma o filósofo argentino Tognonato (2014), que antes de difundir-se aos demais países do mundo, o neoliberalismo passou por uma “fase de experimentação” com o Ditador Pinochet no Chile em 1973.

Naquele momento, na América Latina - o continente que sempre foi “vigiado” pelos Estados Unidos - existiam grupos que procuravam construir um projeto contrário àquele hegemônico norte-americano. Tomemos como exemplo o “vizinho” cubano e o êxito da Revolução de Fidel Castro, que em 1 de janeiro de 1959 destituiu o ditador Fulgêncio Batista, e, sob a influência da então União Soviética, o governo Castro iniciou diversos programas sócio-assistenciais e econômicos. É sob esse espírito socialista que em 4 de novembro de 1970, no Chile, vence Salvador Allende, considerado o primeiro presidente de esquerda eleito democraticamente, que institui o governo *Unidad Popular*. A partir do exemplo de Cuba, iniciou reformas para o bem estar social e econômico da população, como a nacionalização de alguns setores estratégicos para a economia do país e políticas sociais redistributivas.

Se entre os(as) chilenos(as) Allende era consagrado, aos olhos dos Estados Unidos era considerado como falimento da sua influência e, por isso, um governo para ser derrubado. E de fato, o foi por meio do golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, com o general Augusto Pinochet. Durante a ditadura que se segue é fechado o parlamento, proibidas as manifestações de qualquer tipo e atividades partidárias e sindicais, além da violência e milhares de prisões, mortes e torturas. (TOGNONATO, 2014, tradução nossa). É nesse ambiente de não democracia, que se inicia o programa neoliberal idealizado por Milton Friedman. Com cortes fiscais, privatizações de serviços, empresas e bancos, livre comércio, notáveis reduções na despesa social pública, em benefício dos grandes investimentos financeiros.

Destarte, é importante realizarmos um resgate do contexto histórico, das bases não apenas econômicas, mas políticas e ideológicas que contribuíram diretamente para a “fase de experimentação” da política neoliberal no Chile.

Conforme sinaliza Antonio Gramsci (2014), para construir e manter hegemonia as classes sociais fazer uso de intelectuais que difundem sua

perspectiva político-ideológica. Tomando a experiência chilena claramente podemos evidenciar a invertida norte americana neoliberal na formação de intelectuais chilenos nos centros de pesquisa da Universidade de Chicago.

Em meados de 1950, particularmente em 1956, foi firmado um Convênio entre a *Pontificia Universidad Católica de Santiago de Chile* e a Universidade de Chicago, tal intercambio tinha como escopo realizar missões, estudos e pesquisas no âmbito da pós-graduação em economia entre pesquisadores(as) de ambas as instituições.

É importante ressaltar que a universidade chilena vinha em um percurso de realizar cursos direcionados para grandes empresários do país, assim como participando da elaboração de programas econômicos para representações políticas, além de sua contribuição ao programa econômico do candidato vencido Jorge Alessandri Rodríguez nas eleições de 1970.

Ao financiar bolsas de estudos na Universidade de Chicago juntamente com o grupo de pesquisa de Milton Friedman, os economistas liberais chilenos que participavam e retornavam ao país ficaram sendo conhecidos como “Chicago boys”.

Tal grupo tornou-se a base intelectual que prestava assessoria ao governo ditador. Entre as medidas de ataque aos direitos sociais da população chilena no período, vale ressaltar que o governo ditatorial e ultra liberal chileno realizou uma “reforma” da previdência nacional em 13 de novembro de 1980 dando total espaço para o mercado de capitalização.

Ao excluir o setor de militares, o novo modelo não previa a contrapartida nem do Estado nem do patronado, indo de encontro ao modelo tradicional de política de previdência social vigente em praticamente todos dos países mundo desde o século XX fruto da luta da classe trabalhadora. O inaudito sistema de previdência chileno foi composto basicamente pela contribuição de 10% do salário dos/das trabalhadoras(es) diretamente à seis fundos de privados de pensão.

Atualmente é evidente o quanto tal modelo proporciona uma verdadeira catástrofe para as/os trabalhadoras(es), dados revelam que 90% das/dos chilenas(os) receberam uma aposentadoria equivalente a metade do salário mínimo,

entre 154 mil pesos (R\$821,00). (Fonte: Jornal Le diplomatique Brasil –Disponível: <https://diplomatique.org.br/brasil-novo-laboratorio-da-extrema-direita/> Acesso: 15 de janeiro de 2019) O que aumentou os índices de pobreza no país.

Nesse período, em praticamente todos os países da América Latina se evidenciava o regime da ditadura militar. No final dos anos 80, à América Latina vem-se “pro(im)posto” o modelo econômico neoliberal que se traduziu em: privatização das empresas estatais; desregulamentação das economias nacionais; liberalização do mercado; redução do papel econômico do Estado e diminuição da despesa pública; reforma tributária para conter o déficit público; eliminação de cada tipo de restrição e taxas alfandegárias sobre os produtos de importação; liberalização dos investimentos provenientes do exterior; e reforço do setor privado com eliminação dos subsídios. (CHOSSUDOVSKY, 1998, p.51)

Sendo assim, as políticas neoliberais foram mais radicais e destrutivas nos países da ex-União Soviética e da América Latina. As consequências para tais países foram diversas: a ruína econômica e política; o crescimento das taxas de desemprego; as pequenas e médias empresas nacionais faliram porque não conseguiram competir com as multinacionais; salários baixos, aumento das desigualdades em nível nacional e regional. As despesas sociais foram cortadas, as empresas estatais privatizadas ou fechadas e, concomitantemente ao desmantelamento do *welfare state*, cresceram as iniciativas privadas e de assistência, justamente como propuseram Hayek e Friedman. (TOGNONATO, 2014, p. 170)

A partir dos anos 2000, na América Latina, inicia-se um importante processo de transformações políticas, que pode ser representado principalmente pela vitória democrática e eleitoral à presidência da república de partidos historicamente considerados de esquerda.

Em 2003, no Brasil, com o Partido dos Trabalhadores (PT) inicialmente com Luiz Inácio Lula da Silva (por dois mandatos) e depois com Dilma Rousseff, a partir de 2011. Em 2006, na Bolívia, com o Partido Movimentos para o Socialismo, com Evo Morales. No Chile, em 2006, com Michelle Bachelet. No Equador, com Rafael

Correa, em 2007, no Paraguai com Fernando Lugo em 2008, no Uruguai com o partido Frente Amplio com Tabare Vazquez, em 2005, e Jose Mujica, em 2010, e novamente Vazquez em 2015. Na Venezuela, em 2002 com Hugo Chavez Frias de 2002 a 2012 e depois com Nicolas Maduro em 2013.

Muitos desses países realizaram oposições às políticas do FMI, alguns com posturas mais radicais como a Venezuela. Contudo, foi emblemática a escolha coletiva pela rejeição e não aceitação da extensão do NAFTA (Tratado Norte Americano de Livre Comércio) e criação de uma área de comércio e mercado único no continente.

Esses governos inauguraram novas formas de acordos a nível geopolítico e local. Destaca-se em 2011 a criação do bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), um grupo de cooperação econômica que visa reunir os países considerados de mercado emergente.

No caso do Brasil, ao analisar os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, Alves (2016) afirma que tais governos de caráter neodesenvolvimentista⁴ apresentam também uma contradição da arquitetura geopolítica, pois se de um lado implementaram uma política de caráter um pouco mais nacionalista, de outro lado não romperam com o Estado neoliberal internacional implementado nos governos anteriores.

Contudo tal inflexão durou pouco tempo. Em meado do seu segundo mandato, a então presidenta Dilma Rousseff sofre um aparelhado e orquestrado *impeachment* impulsionado por um movimento de direita. Tal evento foi caracterizado por alguns estudiosos como expressão de um golpe de estado. Assume o cargo de presidente o vice Michel Temer, que, de imediato, instituiu como ministros um grupo de políticos e técnicos de direita.

Para buscar entender tal evento histórico é relevante nos debruçarmos sobre a compreensão da realidade brasileira, e a reiteração do chamado “drama crônico”

⁴Para um estudo mais aprofundado do período caracterizado como “neodesenvolvimentista” sugere-se a leitura de Macário (2014) e Mota (2010).

(FERNANDES, 2006), entendido por Florestan Fernandes como um círculo vicioso que se repete reatualizando e reafirmando traços da heteronomia e do conservadorismo da burguesia nacional que se materializam no Estado e na sociedade civil. Para o referido autor, a burguesia nacional não foi capaz de realizar a “revolução burguesa”, nos moldes da burguesia dos países europeus.

Dessa forma, no Brasil a burguesia nacional se aliou aos setores mais reacionários, como a aristocracia escravagista, o que desencadeou uma classe dominante e política antinacional, antidemocrática e antipopular, submissa também ao capital internacional, em especial à burguesia norte-americana, capaz de adotar mecanismos e instrumentos antidemocráticos frente a qualquer expressão de organização dos grupos subalternos.

O governo que se deu posteriormente foi de desmantelamento das políticas sociais existentes e ataque frontalmente os direitos sociais e trabalhistas, através principalmente de medidas “pelo alto”, como por exemplo diversas Emenda Constitucional (EC), como por exemplo a EC 95, que instituiu um novo regime fiscal com limite para os gastos da União para as próximas duas décadas.

O “golpe de 2016” parece na realidade ter sido apenas uma primeira fase para aniquilação de um ciclo neodesenvolvimentista. Em tal contexto de reafirmação dos setores conservadores brasileiros reverberou fortemente nas eleições de 2018 que foram marcadas por manobras políticas que envolveram seja o parlamento, que o setor jurídico.

Como resultado do segundo turno das eleições de 2018, vence para presidente da república a chapa Jair Bolsonaro e vice o general Hamilton Mourão com 55.205.640 votos (55,54% dos válidos), contra a chapa do Partido dos Trabalhadores (PT) para presidente da república Fernando Haddad e vice Manuela D’Avila.

Além das eleições de 2018 expressarem o aumento de candidatos ligados às forças armadas, o presidente eleito é notoriamente conhecido por suas posturas ultra-conservadoras, machistas, sexistas, homofobias e racistas. Em sua campanha o Bolsonaro afirma fazer a defesa da família, da propriedade privada com

exacerbação do individualismo, da moralidade, com fortes ataques ao PT, considerado “partido da corrupção”, e a correntes políticas de esquerda.

Em seu programa político notoriamente identificamos uma alusão aos intelectuais neoliberais, a exemplo na frase “A Liberdade é o caminho da prosperidade. Não permitiremos que o Brasil prossiga no caminho da servidão”, se reportando a obra “Caminho da Servidão” de Hayeck que nos referimos acima.

Além de ter como vice-presidente um general, ressalta-se a presença do economista Paulo Guedes como atual Ministro da Economia⁵. Dentre as medidas defendidas e em pauta pelo economista está a de acabar com a previdência pública por repartição e ir paulatinamente mediante contrarreformas instituir o modelo de capitalização.

Anunciada em mês de fevereiro, a PEC 06/2019 trata-se na realidade de uma contrarreforma no âmbito de toda seguridade social, pois além de aumentar os anos de trabalho e contribuição para classe trabalhadora, principalmente para as mulheres e trabalhadoras rurais, o projeto de lei prevê alterações na assistência social, particularmente na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de 65 para 70 anos, estando previsto também a possibilidade de redução do benéfico que é de um salário mínimo para R\$400,00 caso seja requerido com 60 anos de idade.

Para além de tais retrocessos a supracitada PEC prevê tornar os direitos previdenciários objetos de leis complementares, em um movimento de “desconstitucionalização”, o que facilitaria sua alteração por parte do governo central.

Logo, embora o governo tenha anunciado que não cortou nenhum direito previdenciário, a partir do momento em que essa contrarreforma seja aprovada, mais facilmente tais direitos poderão ter alterados seus critérios e parâmetros, não precisando de maioria substantiva, pois para uma lei complementar ser aprovada no

⁵ Ministério este formado pela fusão da pasta da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e uma parte do Ministério do Trabalho.

parlamento basta maioria absoluta (metade mais um) dos membros da câmara e do senado.

Trata-se assim de uma contrarreforma machista e racista, pois serão principalmente os grupos historicamente excluídos do mercado formal de trabalho, ou seja, as mulheres e os negros, que serão diretamente impactados (as).

No tocante a proposta de capitalização da previdência social, ressaltamos que esse sistema é pautado por uma lógica individual, no qual o/a trabalhador(a) escolhe um determinado fundo de previdência ou banco e todo mês faz o repasse, sem a contrapartida do Estado ou do empresário.

Evidenciamos aqui uma forte semelhança com o modelo implementado brutalmente no Chile na década de 1980, o fato é que Paulo Guedes além ter realizado mestrado e doutorado em economia na Universidade de Chicago, pertencendo ao grupo de Friedman, foi também assessor no governo de Pinochet.

Com tal medida objetiva-se acabar com a previdência pública, limitar o acesso aos direitos previdenciários, e tornar a política um espaço lucrativo para apropriação de parte do salário da classe trabalhadora por parte dos bancos e fundos de pensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução das bases econômica do sistema capitalista é intrínseca a reprodução de suas relações sociais de exploração e dominação. Nesse sentido, diante suas constantes crises, seja as cíclicas que a de caráter estrutural e orgânico, o capital vai busca uma refuncionalização e reestruturação das bases da econômica, do Estado e da sociedade. Para assegurar um consenso e hegemonia, são garantidos também um grupo de intelectuais que pensem filosoficamente e economicamente os pressupostos bases para disseminação na sociedade.

Da análise de autores do neoliberalismo, com destaque para Hayek e Friedman, nota-se uma teoria que prioriza a liberdade individual abstrata e descontextualizada, alienada dos reais fundamentos históricos sociais.

Ao analisarmos o desenvolvimento histórico do neoliberalismo na América Latina vemos a apropriação e criação de grupos da sociedade civil, com destaque

para aqueles ligados as universidades com objetivo de formar teóricos e intelectuais, como por exemplo os chamados “Chicago Boys”, que possam projetar e materializar medidas para liquidar com as políticas sociais.

Dentre tais processos, as políticas seguridade social são cada vez mais disputadas e apropriadas pelo capital portador de juros, o que implica na reconfiguração e alteração de sua forma de intervenção, que passam a serem atravessadas pela lógica das finanças.

No Brasil, seguindo as orientações dos organismos multilaterais, vivemos um processo articulado e programado de constantes inflexões no âmbito da legislação social. São verdadeiras “contrarreformas” de caráter autoritário e antidemocrático que alterar a Constituição Federal de 1988⁶, tem-se dessa forma verdadeiros retrocessos para sociedade brasileira, em especial para aqueles grupos que dependem do conjunto de seguridade social pública (saúde, previdência e assistência social, conforme o estabelecido nos Artigos 193/194 e 195 do Título VIII – Da Ordem Social).

Recentemente notamos um movimento de agressivos ataques aos pressupostos do Welfare State a nível mundial, os postulados do hodierno neoliberalismo vêm se fortalecendo assumindo pautas ideo-políticas de extrema direita, estas por sua vez necessitam de grupos de intelectuais para sua reprodução.

De outro lado, no Brasil podemos entender que a recente ascensão de grupos reacionários e direitistas ao poder por ser explicada também por elementos da própria constituição da burguesia nacional de caráter eminentemente conservador, escravagista, antidemocrática e antipopular.

O atual governo evidencia todos esses elementos e ainda ressalta o seu caráter heteronômico, no qual a burguesia brasileira se “curva” ao neoliberalismo norte-americano e ainda importa “chigaco boys” para desestruturar as parcas políticas de seguridade social.

⁶ Pelo menos até 2017, um total de 99 emendas à Constituição Federal de 1988 já haviam sido aprovadas.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no capitalismo tardio**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHOSSUDOVSKY, M. **La globalizzazione della povertà. L'impatto delle riforme del Fondo monetario internazionale e della Banca mondiale**. Torino: Ed. Gruppo Abele, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e libertà**. Torino: IBL Libri, 2010.

_____. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

GRAMSCI, Antonio. Quaderno 12 (XXIX) 1932. **Appunti e note sparse per un grupo di saggi sulla storia degli intellettuali**. 1. In: *Quaderni del Carcere*. Volume primo, Quaderni 12-29 (1932-1935). Torino: Giulio Einaudi editore, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 4ª edição. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

HAYEK, Friedrich. **La società libera**. Firenze: Edizioni Seam, 1996.

_____. **Liberalismo**. Roma: Ideazione Editrice, 1996.

_____. **O caminho da servidão**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Expressão Cultura, Instituto Liberal, 1987.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Brasil, novo laboratório da extrema direita**. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/brasil-novo-laboratorio-da-extrema-direita/> Acesso: 15 de janeiro de 2019).

MACÁRIO, Epitácio. **Neodesenvolvimentismo e Questão Social: reflexões baseadas em dados do Brasil e Ceará**. In: CUNHA, Aurineida Maria; Silveira, Irma Maria Moroni da (org). *Expressões da Questão Social no Ceará*. Fortaleza: Ed UECE, 2014. Páginas 61 a 92.

MARX, Karl. **O capital. Volume II**. Os economistas. 2 ed. São Paulo: Nova cultura, 1985.

SILVA, S. S.

Os intelectuais e a disseminação do neoliberalismo na América Latina: um estudo a partir da análise gramsciana

MOTA, Ana Elizabete (org). ***As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social***. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

OXFAM. **Bem público ou riqueza pública. 2019.** Disponível em https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2019_Bem_Publico_ou_Riqueza_Privada_pt-BR.pdf?utm_source=site&utm_medium=social&utm_campaign=davos2019_davos2019-leads-site&utm_content=visitantes-site&utm_term=botao-baixe_botao-baixe_cpc_botao-site_baixar. Acesso em 07 de março de 2019.

TOGNONATO, Claudio. ***Economia senza società. Oltre i limiti del mercato globale***. Napoli: Liguori Editor, 2014.



A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: AVANÇOS E DESAFIOS

THE MUNICIPAL POLICY OF SOCIAL ASSISTANCE AND THE SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES IN THE OPEN MEAN: PROGRESS AND CHALLENGES

Dhianne Carlos Mota¹

Luana Freitas Santos²

Maria Fernanda Soares Fonseca³

Resumo

As medidas socioeducativas previstas e estipuladas no Estatuto da Criança e do Adolescente são aplicadas pelo poder Judiciário para os adolescentes que cometem ato infracional e se constituem como um processo de mediação para uma possível ressocialização. Dentre as medidas previstas, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, que se trata de equipamento público da Política Municipal de Assistência Social, oferta o serviço de acompanhamento das medidas socioeducativas cumpridas em Meio Aberto, quais sejam, Liberdade Assistida e Prestação de serviço à Comunidade, para os adolescentes sentenciados pela prática de ato infracional. Objetivo: apresentar e analisar a atuação da equipe técnica interdisciplinar no acompanhamento das supracitadas medidas, relativamente aos eixos previstos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Metodologia: revisões bibliográficas, análise de conteúdo, além de entrevistas com os psicólogos e assistentes sociais que compõem as equipes técnicas dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Montes Claros - MG. Resultados: identifica-se que a Política Municipal e a aplicação das Medidas Socioeducativas em meio aberto, estão em progresso uma vez que se tem uma preocupação com a ressocialização desse público, como um avanço nessa política, contudo, percebe-se a existência de alguns desafios, no que tange a um conhecimento moderado por parte dos técnicos. Conclusão: a Política Municipal de Assistência Social demanda expansão e aperfeiçoamento no que

¹ Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. **Autora para correspondência.** E-mail: <dhiannecco@gmail.com>

² Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

³ Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

tange especificamente ao acompanhamento de adolescentes infratores no cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto.

Palavras chave: Medidas socioeducativas. Ressocialização. Assistência Social.

Abstract

The socio-educational measures provided for and stipulated in the Statute of Children and Adolescents, they are applied by the judiciary to adolescents who commit an infraction and constitute a process of mediation for possible resocialization. Among the planned measures, the Specialized Reference Center for Social Assistance, which is public equipment of the Municipal Social Assistance Policy, offers the follow-up service of socio-educational measures fulfilled in the Open, whatever, Assisted Freedom and Community Service, for adolescents convicted of an offense. Objective: present and analyze the performance of the interdisciplinary technical team in the follow-up of the above measures, regarding the axes foreseen by the National System of Socio-Educational Assistance, conducted at the Specialized Reference Center for Social Assistance. Methodology: bibliographical reviews, content analysis, in addition to interviews with psychologists and social workers that make up the technical teams of the Specialized Reference Center for Social Assistance from the municipality of Montes Claros - MG. Results: it is identified that the Municipal Policy and the application of Socio-Educational Measures in the open, are in progress as there is a concern with the resocialization of this audience, as a breakthrough in this policy, yet, there are some challenges, regarding a moderate knowledge on the part of the technicians. Conclusion: Municipal Social Assistance Policy it demands expansion and improvement with regard specifically to the monitoring of adolescent offenders in the fulfillment of open social and educational measures.

Key words: Socio - educational measures. Resocialization. Social assistance.

INTRODUÇÃO

A importância da infância e da adolescência foi se resignificando ao longo dos séculos. Inicialmente identifica-se uma trajetória em que eram considerados como “mini-adultos”, exerciam atividades domésticas, de trabalho e ainda se apresentavam vulneráveis à violência, enquanto que deveriam ser respeitados como um ser dependente e fraco. Porém, aproximando-se do século XX, alcançaram o

lugar de sujeitos de direitos, os quais necessitam de estímulos favoráveis para o desenvolvimento biopsicossocial (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008).

Neste contexto de transformação da legislação no Brasil e no mundo, no qual ocorre a modificação da forma de se conceber a criança, no ano de 1990 o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA foi aprovado após uma longa história de luta por direitos no país, assegurando os direitos para crianças (0 a 12 anos), adolescentes (12 a 18 anos incompletos) e em casos expressos em lei a pessoas entre 18 a 21 anos. Também firmou o compromisso de proteção integral à criança e ao adolescente e atribui à família, à comunidade e ao poder público, o dever de proporcionar saúde, alimentação, educação, lazer, dignidade e liberdade aos destinatários da proteção (ECA, 1990).

A partir dessas garantias legislativas, surge o questionamento sobre como considerar situações de violência que envolva crianças ou adolescentes, enquanto autores de ato infracional ou vítimas de violação de direitos. Assim, o ECA considera “penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos”, e garante os direitos previstos em lei, enquanto sujeitos em processo de desenvolvimento. Com a mudança de paradigma relacionado à demanda infracional o ECA instituiu as medidas socioeducativas (MSE) que se constituem como forma de correção para além do caráter punitivo, como um processo de mediação para uma possível ressocialização (SINASE, 2006).

Assim, é relevante que haja compreensão das esferas responsáveis pelos adolescentes infratores da lei nas medidas socioeducativas, já que estas representam o equipamento público que deve promover a socioeducação. Desse modo, observa-se que é necessário conhecer a prática das equipes técnicas integrantes do equipamento da Política Municipal de Assistência Social, para que seja proporcionada a ressocialização dos adolescentes, ainda, buscar a percepção dos impactos que as medidas socioeducativas produzem na vida dos envolvidos para que não haja a reincidência do adolescente no cometimento do ato infracional.

Diante do exposto, o presente artigo propõe apresentar o ECA e sua disposição acerca da proteção integral das crianças e adolescentes, ressaltando as questões acerca do cumprimento e estabelecimento das MSE. Em seguida, será

apresentada a Política Nacional e Municipal de Assistência Social e o resultado da pesquisa de campo realizada nos equipamentos CREAS I e II que compõem a Política Municipal de Assistência Social na cidade de Montes Claros-MG.

Nas considerações finais serão apresentadas as principais conclusões da pesquisa.

METODOLOGIA

A pesquisa utiliza-se de estudo qualitativo de interpretação dos dados por análise de conteúdo. A análise de conteúdo trata-se de uma metodologia caracterizada pela objetividade, sistematização e inferência. Essa se dá por um conjunto de técnicas que analisa as comunicações por procedimentos sistemáticos e objetivos, no conteúdo das falas, assim possibilita a dedução de conhecimentos (SANTOS, 2012).

Segundo Minayo (2010), essa análise inicia pela leitura das falas obtidas na entrevista, depoimentos e documentos, assim esses são articulados com os fatores psicossociais, culturais e produção de mensagens, que indique as características do entrevistado.

Esse estudo apresenta caráter descritivo, em que objetiva descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, utilizando na sua coleta de dados questionários e observação sistemática (GIL, 2008). Tem como instrumento ainda, o corte transversal, que diz de uma pesquisa realizada em um curto período de tempo (FONTELLES et al., 2009).

A amostra foi constituída por oito psicólogos e três assistentes sociais de ambos os sexos, atuantes como técnicos das medidas socioeducativas em meio aberto do município de Montes Claros – MG, situadas nos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS I e II).

Como instrumento foi utilizado a entrevista semi-estruturada, que tem a elaboração antecipada de um roteiro a ser seguido (MANZINI, 2012), composta por perguntas abertas que foram produzidas pelas próprias pesquisadoras.

Essa entrevista foi aplicada, após a assinatura do Termo de Concordância da Instituição (TCI), pelo representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da cidade de Montes Claros/MG, e também após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes.

Importante frisar que a pesquisa foi devidamente submetida e autorizada pelo Comitê de Ética através do parecer nº 2.484.342.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei 8.069 de 1990 que ficou conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente foi um importante marco legislativo na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, visto que elevou esse público à categoria de sujeitos de direitos, rompendo completamente com a doutrina da situação irregular, que vigorava nos antigos Códigos de Menores, introduzindo no sistema jurídico brasileiro a doutrina da proteção integral, a qual assegura às crianças e adolescentes a completa guarda de seus direitos fundamentais, instituindo um arcabouço de instrumentos e garantias para tanto.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, o termo 'menor' foi abolido, passando a definir todas as crianças como sujeito de direitos, com necessidades específicas, decorrentes de seu desenvolvimento peculiar, e que, por conta disso, deveriam receber uma política de atenção integral a seus direitos construídos social e historicamente. A mudança é radical, vai à raiz: o menor deixa de ser visto como menor e retoma seu lugar de criança. O menor passa a ser visto como cidadão de direitos e não como um expectador das tentativas de sabê-lo vítima ou responsável pelos descabros sociais. A criança volta a ocupar o seu lugar de um ser humano, de um sujeito construído historicamente, com direitos e deveres que devem ser exercidos hoje, com uma vida concreta que pode ser muito dura e distante do sonho dourado da infância mítica da classe média (FROTA, 2007, p.150).

Feitos os esclarecimentos iniciais passa-se à análise do tema central deste artigo, que é a relação entre o ato infracional e a ressocialização do infrator por intermédio das medidas socioeducativas previstas no ECA.

O ato infracional, segundo o mencionado diploma legal, é conceituado como a ação descrita como crime ou contravenção penal. Para tanto, considera-se a idade

do adolescente à data do fato, sendo os menores de dezoito anos tidos como penalmente inimputáveis, prevendo medidas específicas segundo essa lei. Frisa-se que somente os adolescentes podem cumprir medidas socioeducativas, visto que, conforme o ECA às crianças que praticam ato infracional são aplicadas medidas protetivas.

O atendimento inicial previsto no ECA, e, portanto, contemplado no SINASE, refere-se aos procedimentos e serviços jurídicos que envolvem o processo de apuração de ato infracional atribuído ao adolescente. Esses diferentes atos que compõem a ação judicial socioeducativa realizados por diferentes órgãos (Segurança Pública, Ministério Público, Defensoria Pública, Juizado da Infância e Juventude e Assistência Social) denominam-se de Atendimento Inicial. Assim, após sua apreensão em flagrante de ato infracional, deverá: ser apresentado à autoridade policial, liberado aos pais ou apresentado ao Ministério Público, apresentado à autoridade Judiciária, e encaminhado para o programa de atendimento socioeducativo (internação provisória) para posterior aplicação de medida socioeducativa. O adolescente acusado de prática de ato infracional deve ter o seu Atendimento Inicial agilizado, reduzindo-se oportunidades de violação de direitos, devendo para tanto haver a integração entre os órgãos envolvidos (SINASE,2006, p. 46).

O ECA, portanto, prevê que as medidas socioeducativas são aplicadas àqueles que cometeram alguma infração possuindo de 12 a 18 anos de idade incompletos. Essas medidas, conforme o artigo 112 são: advertência, obrigação de reparar o dano, liberdade assistida (LA), prestação de serviços a comunidade (PSC), a inserção em regime de semi-liberdade e a internação. Para o cumprimento das mesmas o Estatuto apresenta seu procedimento e regulamentação e, ainda, serão respeitadas as condições do infrator e do ato (ECA, 1990).

Posto isto, para o presente artigo foram consideradas as medidas socioeducativas cumpridas em meio aberto, quais sejam, a liberdade assistida (LA) e a prestação de serviço a comunidade (PSC), por se considerar que se encontram no liame entre as medidas mais brandas (como advertência) e mais gravosa (como internação) e, porquê se tratam de intervenções que em tese possibilitam a promoção de direitos e a afirmação do processo de ressocialização do socioeducando.

A LA se configura apropriada para casos que necessite de acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente. Com duração de no mínimo seis meses,

compete ao técnico promover o fortalecimento de vínculos familiares e encaminhar, se necessário, para demais programas da assistência social; incluir no ambiente escolar e acompanhar o desempenho; instruir sobre profissionalização, e apresentar periódicos relatórios do caso ao poder judiciário (ECA, 1990).

A PSC é exercida por no máximo seis meses em entidades e instituições públicas, para realização de atividades não remuneradas podendo ser no máximo 8 horas semanais desde que essas atividades não prejudiquem o desempenho escolar ou jornada de trabalho do socioeducando (ECA, 1990).

Neste contexto, o ECA não objetivou descrever o que cabia nos atendimentos acima mencionados e nem como seria esse processo socioeducativo, assim, viu-se a necessidade de construir essa descrição por meio de uma legislação. Diante disso, em 2004 foi sistematizado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo– SINASE, em que:

A implementação do SINASE objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Defende, ainda, a idéia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas (SINASE, 2006, p.16).

Nesse mesmo documento, as ações socioeducativas são estabelecidas em parâmetros a partir dos seguintes eixos: suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; cultura, esporte e lazer; saúde; escola; profissionalização/ trabalho/previdência; família e comunidade e segurança. Estes devem ser seguidos e considerados a partir da especificação de cada território, respeitando as possibilidades do socioeducando (SINASE, 2006).

As ações socioeducativas devem promover a reflexão fazendo com que o sujeito tenha consciência crítica e assuma seu papel de responsável como membro social. É importante prezar pelas potencialidades, subjetividades, capacidades e limitações considerando as fases de desenvolvimento em que se passam, assim, o Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento importante na garantia da integridade dessa construção. Essas atividades são planejadas com base na prática familiar, a fim de encontrar respostas e soluções mais próximas da realidade em que

estão inseridos, resultando no alcance de cidadania incorporado às dimensões sociais. (SINASE, 2006).

Neste mesmo sentido, àquele que acompanha o adolescente compete estratégias mais adequadas para cada caso, em que deve se ter uma avaliação interdisciplinar criteriosa e responsável. O mesmo deve monitorar a execução da medida com olhar de atenção integral, fornecendo ao socioeducando os subsídios que forem necessários. Não concerne ao mesmo atribuir juízo de valor, impressões pessoais e generalização de casos infanto-juvenil (DIGIÁCOMO, 2013).

Feitas essas considerações acerca do ECA e do SINASE, que podem ser considerados os principais instrumentos legais de regulamentação das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que cometem atos infracionais, passa-se à análise da Política Nacional e Municipal de Assistência Social que efetivamente oferta os serviços de acompanhamento de adolescentes que devem cumprir as medidas socioeducativas de LA e PSC.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) veio com o objetivo de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Iniciou como cumprimento das decisões da IV Conferência Nacional de Assistência Social, e denota o compromisso em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Em que se materializa o conteúdo da Assistência Social como base do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social (BRASIL, 2004).

De acordo com o artigo primeiro da LOAS: “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 2004).

A Seguridade Social se faz com caráter de política de Proteção Social, promovendo à garantia de direitos e de condições dignas de vida. A proteção social deve garantir segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar (BRASIL, 2004).

A Proteção Social estabelece como foco de cuidado a família considerando a territorialização, exercendo serviços de intervenções em dois níveis de atenção, básica e especial que cumprem o cuidado com o usuário (CRUZ; GUARESCHI, 2012).

Na atenção especial, há a proteção social especial que compreende-se os serviços designados para famílias e indivíduos os quais os direitos foram violados e/ou ameaçados. A qual se divide em dois níveis de complexidade distintos: de média complexidade, que oferece atendimento especializado para os indivíduos com direitos violados nas situações que os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos; e alta complexidade, que oferece atendimento e acolhimento em serviços especializados nas situações de violação de direitos quando os vínculos já foram rompidos (BRASIL, 2004).

Os serviços das Medidas Socioeducativas em meio aberto, integram a PNAS na Proteção Social Especial de Média Complexidade e tem a finalidade de garantir acesso a direitos e ressignificar valores pessoais e sociais dos adolescentes. O adolescente é acompanhado de forma sistemática em que deve ter a frequência mínima semanal para garantia do acompanhamento contínuo e desenvolvimento do PIA (BRASIL, 2014).

No município de Montes Claros – MG as medidas socioeducativas em meio aberto LA e PSC, se concentram nos equipamentos dos CREAS. As equipes técnicas de referência são compostas de forma interdisciplinar com psicólogos, assistentes sociais, advogado, pedagogo e sociólogo. O município conta com dois CREAS (sendo um denominado CREAS I e outro denominado CREAS II), os quais são divididos por territorializações estratégicas.

O princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. O princípio da territorialização possibilita orientar a proteção social de Assistência Social: na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias, sob situações similares de risco e vulnerabilidade; na aplicação do princípio de prevenção e proteção pró-ativa, nas ações de Assistência Social; no planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos (BRASIL, 2004, p.91).

A territorialização de Montes Claros é dividida pelas áreas de abrangência dos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. O CREAS I é responsável por todos os bairros que compõe os territórios dos CRAS Santos Reis, Maracanã, Vila Oliveira, Central e Rural. O CREAS II acompanha os bairros dos territórios dos CRAS Major Prates, Renascença, São Judas, JK/Village, Independência e Delfino.

Apresentados os instrumentos legislativos que regulamentam e materializam o acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto, passa-se à compreensão dos objetivos dessas medidas e análise de sua oferta nos equipamentos supramencionados.

O ECA presume a diferenciação do cumprimento de pena e medidas socioeducativas. A pena possui caráter punitivo sobre o ato cometido em que causa sofrimento ao transgressor a partir da privação de direitos. A aplicabilidade das medidas socioeducativas busca uma atuação particular a partir da história de vida de cada adolescente, a reinserção social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e, diferente da pena não tem ação imediata e sim ação pedagógica (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2005).

O cumprimento das medidas deve entender o sujeito social em constante mudança/construção, considerando-o como ativo, em que é influenciado pela dinâmica social, a qual também a influencia. A partir dessa nova reinserção o sujeito se torna responsável pela construção de um novo projeto de vida, que é relativo ao contato com grupos e classes sociais. O projeto individual é construído pela ação educativa, levando em conta os outros contextos condicionados (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2005).

A prática dos técnicos das medidas socioeducativas em meio aberto é exercida pela acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; referência e contrarreferência; trabalho interdisciplinar; articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos; produção de orientações técnicas e materiais informativos; monitoramento e avaliação do serviço; proteção social proativa; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e familiar de atendimento, considerando as especificidades da adolescência; orientação sociofamiliar; acesso a documentação

peçoal; informação, comunicação e defesa de direitos; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização para o exercício da cidadania; desenvolvimento de projetos sociais; elaboração de relatórios e/ou prontuários (BRASIL, 2014).

Assim, as medidas socioeducativas previstas no SINASE objetivam a ressocialização dos jovens infratores. Essa ressocialização é promovida a partir de um trabalho sistemático, visando possibilitar aos socioeducandos princípios éticos de justiça e cidadania a partir de experiências de respeito a si próprio e aos outros. Desenvolvendo oportunidades que estimulem e ou fortaleçam a construção/reconstrução de seus projetos de vida, de escolha e tomada de decisão; de convívio e de desenvolvimento de potencialidades e limites; informações sobre direitos sociais, civis e políticos e condições sobre o seu usufruto. (BRASIL, 2014).

Por outro lado, importa frisar que a tentativa do exercício da ressocialização apresenta ambiguidades visto que se, de certa forma pode-se considerar os aspectos sociais e falta de acesso a direitos como o fator que impede a reinserção e reintegração como um avanço, tem-se em contrapartida o apontamento de que os jovens não se adéquam às regras da sociedade e possuem “má índole” como um grande desafio. Com essas dificuldades é preciso que se tenha um discurso de humanização nas aplicações das medidas, para que haja resgate da cidadania e da solidariedade na tentativa de conquistar autonomia e protagonismo dos socioeducandos (CORRÊA; MULLER; 2007).

As equipes de referência das medidas devem dominar os direitos sociais tendo conhecimento da legislação que diz da Política Nacional de Assistência Social, ter bom relacionamento interpessoal e saber realizar uma escuta qualificada as famílias. O modelo de assistência que se propõe a atual política cabe ao profissional levar ao sujeito a elaboração sobre o ato infracional, conscientizando sobre novas possibilidades de ser e o ajudando na estruturação na vida em comunidade (BRASIL, 2006).

A atividade técnica deve perpassar as questões objetivas e burocráticas que considera a dicotomia sociedade-sujeito, e se restringem ao uso de

instrumentos/materiais generalizados. Na atuação deve-se considerar o sujeito em âmbito sócio-histórico-cultural, entendendo a dimensão subjetiva dos fenômenos envolvidos, em que o profissional necessita esvaziar de suas crenças e valores pessoais, não culpabilizando os usuários (SANTOS, 2014).

Atuar na dimensão subjetiva exige reflexão das técnicas sobre suas percepções acerca da naturalização da realidade social. É necessário trabalhar criando oportunidades, considerando as potencias e os limites da prática como responsabilidade coletiva e cotidiana para promover o empoderamento dos usuários. Ainda se faz necessário uma postura crítica e reflexiva das repercussões desse processo (SANTOS, 2014).

É a partir dos recursos que o adolescente dispõe que se produz respostas para os conflitos e ao que lhe é imposto na vida. Ao se trabalhar com esses sujeitos deve-se compreendê-los como responsáveis por suas posições enquanto sujeito de direitos, que responde as questões conforme a sua condição e ao que experiência com os acessos tangíveis. Assim, vale ressaltar a importância de que os adolescentes participem do que é construído para eles enquanto direitos, podendo conseguir através de suas produções o alcance do protagonismo (HELENO; RIBEIRO, 2010).

A realização de atividades dentro do CREAS enfrenta alguns desafios por ter demandas que não são de competências desse equipamento ou até mesmo da Política de Assistência Social, o que demonstra que o CREAS ainda tem muito a avançar. Muitos ainda carregam a ideia de assistência social como caridade e assistencialismo, em que o sujeito e sua família são responsabilizados por sua condição e a assistência visa apenas minimizar a situação. Quando na verdade, estes se encontram abandonados pelo estado e com direitos violados, assim o Estado deve ter responsabilidade sobre isso a partir da noção de cidadania (BRASIL, 2012).

Se tratando dos serviços oferecidos pela psicologia, um desafio que aparece constantemente é a prática de psicoterapia, talvez porque alguns psicólogos acreditam que essa seja sua função ou também pela dificuldade de fazer encaminhamentos e conseguir vaga na Política de Saúde, porém essa é uma função

da Política de Saúde e não de Assistência Social. O atendimento psicossocial que é realizado no CREAS possui um efeito terapêutico, pois busca entender o sofrimento do sujeito e de toda sua família, para promover mudança, autonomia e superação. O profissional e o público desse equipamento devem construir um vínculo a partir do reconhecimento de uma história de vida, imersa em um contexto social e sem perspectiva individualizante (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, após os esclarecimentos acima expostos, de como a lei prevê sua aplicação, pretende-se investigar a realidade dos que trabalham nas situações previstas na lei, almejando, portanto, identificar a possibilidade de ressocialização dos adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas em meio aberto. Assim, foi feita pesquisa de campo nos equipamentos CREAS I e II na cidade de Montes Claros-MG⁴, com os psicólogos e assistentes sociais integrantes da equipe que efetivamente acompanha os adolescentes em cumprimento de LA e PSC.

Inicialmente frisa-se que foram realizadas entrevistas contendo 12 (doze) perguntas, sendo que foram entrevistados oito psicólogos e três assistentes sociais, sendo quatro psicólogos e uma assistente social que integram a equipe do CREAS I e quatro psicólogos e duas assistentes sociais que integram a equipe do CREAS II.

Quando questionados acerca de qual a assistência prestada pelos técnicos de referência do CREAS para os socioeducandos, apresenta-se que 100% dos psicólogos e assistentes sociais entrevistados responderam que a assistência prestada aos socioeducandos é atendimento técnico individual e familiar, acompanhamento do cumprimento da medida e orientações.

Quando questionados acerca do objetivo das medidas socioeducativas em meio aberto, 50% afirmaram acreditar que o objetivo das medidas é a ressocialização. Também foi levantado acerca da tentativa em fazer com que o adolescente não reincida e sobre a conscientização sobre o ato infracional para que mudem e tentem fazer diferente.

⁴ Montes Claros é um município brasileiro no norte do estado de Minas Gerais, com cerca de 361.915 habitantes (IBGE, 2017). Considerada como cidade-polo da região e conforme o Plano Rodoviário Nacional é o segundo maior entroncamento nacional, estando localizado no Vale do Jequitinhonha (ROMAGNOLI, 2015).

Acerca das práticas são realizadas para promoção da ressocialização 45% disseram sobre o direcionamento para cursos profissionalizantes, oficinas e vagas de emprego.

Questionados acerca do que é feito para prevenir a reincidência dos adolescentes nos atos infracionais 50% disseram sobre a inclusão social, o acesso a direitos e a outros meios que não tinha anteriormente, e sobre mostrar novos caminhos aos adolescentes, a orientação, trabalho sistemático de construção de habilidades e potencialidades e outros 50% disseram sobre a ressignificação, a reflexão e tomada de consciência sobre o ato e a construção de um novo futuro.

Acerca dos fatores que levam os adolescentes a reincidirem no cometimento do ato infracional 72% disseram que segundo estimativa do serviço os adolescentes cometem atos infracionais por questões financeiras, vulnerabilidade social e baixa renda, a fim de terem acesso a bens e independência financeira. Outros atribuem ao meio social, contextos, ambiente, cultura onde vivem/convivem esses adolescentes, apontam também questões ligadas a falta de preocupação/participação e a ausência da família que não se insere lei e regras, e a falta da figura paterna.

Com relação ao perfil dos adolescentes que cometem atos infracionais 45% dos entrevistados dizem que os adolescentes não possuem um perfil criado, e que não tem características físicas que dizem disto, mas atribuem que os adolescentes sejam evadidos da escola. Outros atribuem que esses possuem um caráter malformado, com frieza, carência, com sentimento de rejeição e abandono, e que já tenha passado por instituição de acolhimento.

Quando questionados se é possível encontrar os respaldos necessários para prevenção e ressocialização dos adolescentes na política pública municipal 63% dos entrevistados dizem encontrar os respaldos necessários na Política Municipal e que para isso afirmam ser necessário a dedicação, criatividade e dinâmica dos profissionais. Ainda assim, se deparam com algumas dificuldades pois o reconhecimento dessa política ainda está em construção e sendo ampliada. Assim, ainda se tem dificuldade para inserção do jovem na comunidade, no trabalho, nas escolas; faltando então, investimento de outras políticas públicas para as medidas socioeducativas. Já 36% dos entrevistados afirmam não encontrar os respaldos

necessários, pois precisam de mais apoio, parcerias, investimentos, estrutura, territorializar o que é oferecido.

Com relação ao amparo da legislação 100% dos entrevistados disseram que utilizam a política municipal para basear sua prática.

Analisando os dados obtidos, observa-se que, conforme Santos (2014), na atuação profissional no SUAS ainda se visualiza políticas estreitas, na qual as decisões são verticalizadas, e, ainda, ausência de suporte nos recursos materiais e estrutura física, além de redes de assistência deficientes que comprometem os encaminhamentos. Assim, a proposta da prática se fragmenta, o que gera muitas vezes nos profissionais sentimentos de frustração e impotência.

No mesmo sentido, o supracitado autor identifica que entre os técnicos é comum a tendência assistencialista, na busca de amenizar as necessidades materiais básicas dos usuários, como se esses fossem os únicos aspectos necessários e suficientes. O problema é que essa conduta resulta em uma naturalização dos fenômenos sociais e um distanciamento das questões afetivas ou necessárias para aquele indivíduo. Um exemplo, ainda conforme Santos (2014) é a fala comum da necessidade de profissionalização dos adolescentes, e o destaque da meritocracia, em que se reduz as questões relacionadas a desigualdade social a apenas fenômenos economicistas, entendendo apenas a dimensão objetiva dos fenômenos envolvidos no processo e desqualificando a dimensão subjetiva.

Há a necessidade de se trabalhar conceitos como vulnerabilidade social, desigualdade social, pobreza, violação de direitos para que, se o usuário estiver em alguma dessas situações, seja possível colaborar com o fortalecimento de suas potencialidades para superar essas questões visando a garantia de direitos e de um saudável desenvolvimento humano. Considerando assim, que o sofrimento é ético e político, e não tem sua raiz somente no indivíduo, é construído também a partir de suas relações sociais e dos acessos que conseguem usufruir (BRASIL, 2012).

Portanto, a prática deve ser construir, juntamente com os sujeitos, respostas que reflitam no progresso das condições de vida considerando o território que o usuário vive. É imprescindível ainda, reconhecer que há nesses socioeducandos um sofrimento psíquico e que, para amenizar isso, é necessário considerar que uma

profissão complementa a outra e a partir disso criar saberes conjuntos, trabalhando com a intersectorialidade (BRASIL, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, apresenta-se que o objetivo do presente artigo foi apresentar a política nacional que dispõe acerca do ato infracional e das medidas socioeducativas, com ênfase no Estatuto da Criança e do Adolescente e no SINASE, relacionando com sua aplicabilidade prática nos equipamentos públicos municipais da cidade de Montes Claros-MG (CREAS I e II) que atendem adolescentes autores de atos infracionais em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

Observa-se que as medidas socioeducativas estão dispostas no ECA e que aquelas que são cumpridas em meio aberto, LA e PSC, são ofertadas pelo equipamento de proteção social especial de média complexidade denominado CREAS. Esse serviço é realizado por equipe interdisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais, advogados e sociólogos. Na cidade de Montes Claros-MG, existem dois equipamentos, quais sejam, CREAS I e CREAS II que ofertam o serviço de acompanhamento de medida socioeducativa em meio aberto.

Nestes equipamentos que integram a política Municipal de Assistência Social da cidade de Montes Claros-MG foi realizada a pesquisa de campo, através de entrevista com psicólogos e assistentes sociais que atuam nessas equipes a fim de investigar a possibilidade de ressocialização dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto.

Foi possível observar que o objetivo precípua das equipes de referência que atuam com os adolescentes que cumprem as medidas é a ressocialização e a não reincidência no cometimento dos atos, trabalhando com suas famílias e restabelecendo seus vínculos, encaminhando-os para reinserção na escola e/ou cursos profissionalizantes, conforme o caso.

Assim, observa-se que o serviço é efetivamente prestado na cidade de Montes Claros-MG, contando com alguns desafios que fazem com que sua excelência esteja em construção. O que configura um avanço para o município,

posto que, o trabalho é minucioso e artesanal, por parte da equipe envolvida, que precisa conhecer cada realidade para intervir com efetividade, construindo, junto com o socioeducando e suas famílias, uma nova realidade.

Esse trabalho não foi financiado e é resultado de um Programa de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Departamento da Criança e do Adolescente - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: 2002.
- BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: 2006.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: 2009.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de Psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília: CFP, 2012.
- CORRÊA, V. B. D.; MULLER, L. H. A. **Ressocializar ou manter a ordem social: dilema dos atores envolvidos na execução e aplicação das medidas socioeducativas privadas de liberdade**. 2007. 99f. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- CRUZ, L.R.; GUARESCHI, N. **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- DIGIÁCOMO, M. J. Quando o conhecimento jurídico não basta- a imprescindibilidade da intervenção técnica interdisciplinar nas causas que envolvem interesses de crianças e adolescentes. **Ministério Público do Paraná**. Disponível em:
http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/quando_conhecimento_juridico_n_basta_IV.pdf. Acesso em: 10 set. 2017.

FONTELLES, M. J. et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

FRANCISCHINI, R.; CAMPOS, H. R. Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im)possibilidades. **Psico**, v. 36, n. 3, p. 267-273, set./dez. 2005.

FROTA, A.M.M.C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.7, n. 1, p. 144-157, 2007.

GIL, A. C. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA.

HELENO, C. T.; RIBEIRO, S. M. **Criança e Adolescente: Sujeitos de Direitos**. Belo Horizonte, MG: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2010.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, v. 2, p. 10, 2004.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. **Vozes**, 2010.

NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA V. F. A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Contexto & Educação**, v. 23, n. 79, p. 47-63, jan/jun. 2008.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: A visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, p. 383-387, 2012.

SANTOS, L. N. **A psicologia na Assistência Social: convivendo com a desigualdade**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2014.



A REFERÊNCIA E A INTERSETORIALIDADE COMO DESAFIOS NO ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA¹

THE REFERENCE AND THE INTERSECTORIALITY AS CHALLENGES IN MENTAL HEALTH CARE FOR THE HOMELESS POPULATION

Rayoni Ralfh Silva Pereira Salgado²

Marta Fuentes-Rojas³

Resumo

O trabalho com População em Situação de Rua na atualidade apresenta vários desafios às políticas públicas. Este artigo tem por objetivo discutir sobre os desafios da referência e a intersectorialidade nas ações desenvolvidas pelos serviços de saúde mental no município de Limeira-SP. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se como instrumento de coleta de dados, os Grupos de Discussão. A amostra selecionada para a pesquisa foi composta por 10 (dez) servidores públicos municipais. A análise e interpretação dos dados coletados foram realizadas pela

¹ Este artigo surge da dissertação de mestrado, intitulada "População em Situação de Rua: desafios dos profissionais nos serviços de saúde mental". Defendida em 2018, dentro do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas- ICHSA, da Faculdade de Ciências Aplicadas-FCA/UNICAMP.

² Mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2018); MBA em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos (2016); Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Serviços Sociais (2012); Bacharel em Serviço Social (2011). Atua como docente no Instituto Superior de Ciências Aplicadas - ISCA Faculdades, curso de Serviço Social e na função de Coordenador do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - Limeira/SP. Integrante do Laboratório de Pesquisa, Psicologia, Saúde e Comunidade - LAPSIC/UNICAMP e membro de Comissão de Instrução Ética - CRESS-Seccional Campinas-SP. **Autora para correspondência.** E-mail: <ray.asocial@hotmail.com>

³ Possui graduação em Psicologia - Fundação Konrad Lorenz (1989) Bogotá-Colômbia, Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Pós-doutorado junto ao Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero - NEMGE, da Universidade de São Paulo - USP. Atualmente, docente da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP- Limeira.

análise de conteúdo, a partir da categorização dos mesmos. Identificou-se que, o desafio da referência reporta-se para o campo do desafio da organização dos serviços frente ao desenvolvimento de práticas intersetoriais.

Palavras chave: População em Situação de Rua; Saúde Mental; Referência; Intersetorialidade.

Abstract

The service provided to the homeless population currently presents several challenges to public policies. This article aims to discuss the challenges of reference and intersectoriality in the actions developed by the Mental Health services in the city of Limeira-SP. It was a qualitative research, using the Discussion Groups as a tool for data collection. The sample selected for the survey was composed of 10 (ten) municipal public servants. The analysis and interpretation of the collected data were performed by content analysis, based on their categorization. It was identified that the challenge of reference is related to the field of the challenge of the organization of services in the presence of the development of intersectoral practices.

Key words: Homeless Population; Mental health; Reference; Intersectoriality.

INTRODUÇÃO

Loucura, enlouquecer, doença, perigo, internação [...] expressões comumente utilizadas para camuflar nosso medo e nossa ignorância sobre um assunto tão antigo quanto a própria humanidade.

População em Situação de Rua – PSR com Transtornos Mentais, fenômeno ainda pouco explorado, mas que tem se tornado objeto de estudo de várias áreas do saber⁴, atualmente um dos campos mais interdisciplinares e complexos que exprimem a necessária ruptura com as fronteiras do conhecimento, despertando nos pesquisadores a construção de narrativas que contemplem a diversidade de áreas que se ocupam em estudar tal fenômeno (PAGOT, 2012).

Em uma sociedade conservadora, as políticas sociais desenvolvidas para indivíduos à margem, são encaradas como benesse, filantropia e refletem o assistencialismo que fundamentou as práticas do Estado no tratamento das

⁴ Psiquiatria; Psicologia; Antropologia; Filosofia; Sociologia; Serviço Social; História, dentre outros.

questões sociais. Estudos realizados por Behring (2002); Silva (2009); Behring; Boschetti (2011); Sposati, *et al* (2014) com esta população confirmam essa ideia.

O trabalho com PSR é, por si só, um grande desafio e, quando estes indivíduos apresentam transtornos mentais e/ou uso problemático em psicoativos, a internação ainda parece ser o recurso mais adequado, considerando a imediatividade do tratamento. Tais percepções andam na contramão da Reforma Psiquiátrica Brasileira e se torna uma questão fundamental para o debate, em âmbito social e, inclusive político.

Conforme aponta Pagot (2012), as pessoas em situação de rua que apresentam transtornos mentais são as que mais padecem, pois a intensidade do sofrimento psíquico as faz recuar ou limitarem o contato com os demais, dificultando o estabelecimento de vínculos entre equipe e paciente.

As dimensões sociais da PSR se apresentam quantitativa e qualitativamente novas à realidade urbana e às políticas públicas. Em períodos de recessão econômica, esse número tende a se acentuar e ao ganharem visibilidade no cenário atual, demandam atenção de diferentes setores no campo social (JÚNIOR, *et. al.* 1998, p.48).

O grande dilema que permeia o reconhecimento desses indivíduos é a setorialização das ações. Os serviços de Assistência Social buscam a resolutividade das questões de vulnerabilidade e risco social, incluindo esses indivíduos em suas 'redes de proteção', garantindo o acesso a direitos, reconstrução de vínculos sociais e projetos de vida, etc., (BRASIL, 2011), porém quando tais indivíduos possuem problemas de foro psiquiátrico, vários problemas são encontrados na articulação com os serviços da rede de saúde (ALBUQUERQUE, 2009; SILVA, 2005).

A PSR resiste, muitas vezes, a sintomas aparentes e, quando buscam por atendimento na rede pública de saúde, estão com várias doenças associadas, não resistindo sozinhos ao sofrimento provocado pelas enfermidades. Trata-se de um grupo com especificidades que fogem às características apresentadas pelo setor de saúde, gerando demandas de diversas ordens na procura por atendimento (BORYSOW; FURTADO, 2014).

Albuquerque (2009); Silva (2005) apontam problemas de organização e iniciativa das equipes de saúde, na busca ativa e acolhimento adequado a esses potenciais usuários nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS.

“A falta de moradia e de referências dificulta o traçado de estratégias para o tratamento medicamentoso, e ainda se fala pouco a respeito de iniciativas das UBS. Sem acolher essa população. As exigências dos serviços de saúde para possibilitar o acesso parecem fortalecer o funcionamento setorializado, e muitas vezes fica a cargo das equipes de assistência social iniciar a articulação com toda a rede de saúde, atuando também como referências para os usuários” (BORYSOW; FURTADO, 2013, p.45).

Porém, convém destacar que os CAPS, apesar de se constituírem como equipamentos estratégicos, não são os únicos serviços que ofertam a atenção em Saúde Mental, pois esta deve ser realizada através de uma rede de cuidados, incluindo a Atenção Básica, as Residências Terapêuticas, os Ambulatórios, os Centros de Convivência, etc. (BRASIL, 2007; NETO; AMARANTE, 2013, p.969).

Para Furtado (2006, p.794) “o baixo envolvimento dos profissionais de saúde mental deve ser mais bem estudado, de maneira a compreender seus determinantes e reverter a situação – traçando estratégias de intervenção sobre aqueles que historicamente constituíram-se como principal ator social das mudanças em saúde mental operadas no País”.

A experiência profissional no trabalho com PSR na política de Assistência Social trouxe inquietações em relação aos desafios da referência e da intersetorialidade no atendimento e acompanhamento a esse grupo social que apresenta transtornos mentais. De acordo com Monnerat *et al.*, (2011 *apud* SERAFINO; LUZ, 2015, p.77) a intersetorialidade permite “discutir o papel do Estado e as relações de confronto ou de diálogo entre diversos setores e instituições para articular recursos e políticas” o que poderia ser uma saída para as equipes que atendem as PSR, quanto aos critérios para a inserção desta população no atendimento.

MATERIAL E MÉTODOS

A abordagem metodológica na pesquisa foi a qualitativa. Em pesquisas qualitativas aplicadas na área da saúde, há uma apropriação da concepção utilizada nas Ciências Humanas, onde a preocupação é entender o significado individual e coletivo de um fenômeno na vida das pessoas, e não apenas estudá-lo em si, separadamente daqueles que o vivenciam (TURATO, 2005).

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se os Grupos de Discussão (MEINERZ, 2011). Participaram 10 (dez) servidores da Rede de Atenção Psicossocial do município de Limeira-SP, estando estes lotados no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD (7) e Ambulatório de Saúde Mental (3).

Como critérios de inclusão os participantes deveriam ter experiência direta no trabalho com População em Situação de Rua – PSR e demonstrarem interesse em participar da pesquisa expressando-o na assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

A coleta de dados ocorreu após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP em 11/05/2017, sob o parecer de número 2.057.698.

Os grupos ocorreram nos locais de trabalho dos participantes sendo gravados e, posteriormente transcritos e analisados através do método de Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (1977).

Utilizar-se-á o termo “participante(s)” na transcrição das falas, como forma de preservar a identidade dos indivíduos, isto porque, não há como identificar individualmente os participantes nas narrativas, por se tratar de discussões coletivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os desafios apresentados nas falas dos participantes, o que mais se evidenciou foi o da referência. Para estes, referência é sinônimo de moradia, família e/ou algum responsável.

“[...] Um lugar, uma família. Alguém que seja responsável por [...]” (Participante(s)).

“[...] a gente não tem muito que fazer, não temos muito apoio. Não é que não temos muito apoio, não temos muita referência, porque ele vem e some.” (Participante(s)).

Para Borysow; Furtado (2013) a vinculação da PSR a serviços socioassistenciais de acolhimento, a moradia é apontada como condição para o acesso e continuidade nos serviços de saúde, conforme colocado nos depoimentos dos profissionais, para iniciar um tratamento psicossocial é necessária uma referênciainstitucional.

Os autores apontam que, na maioria das vezes, há uma recusa no atendimento à pessoa em situação de rua por ela não possuir referências ou um responsável para, por exemplo, controlar a medicação (VARANDA; ADORNO, 2004 *apud* BORYSOW; FURTADO, 2013, p.41-42).

“[...] Tem alguns casos que estão na Casa de Convivência⁵, eram moradores de rua e depois que estão vivendo lá, há muito tempo já, nossa, são excelentes pessoas. Então o que falta para eles é uma referência mesmo, um lugar para ficar, alguém para cuidar deles [...]”(Participante(s)).

Os estudos de Pagot (2012) destacam alguns dos entraves no trabalho com esse grupo populacional. O Estado, por meio de suas secretarias e seus departamentos atua para a “cidade formalmente constituída, considerando as pessoas que moram em domicílios legalizados” (p.104), para a PSR o trabalho é hierarquizado e não circular, não há uma interdependência entre todos os setores.

Para a autora acima, os serviços de saúde e assistência social reforçam em seus discursos os seus limites de atuação, repetindo e repercutindo a setorialização e hierarquização em suas ações. Logo, as equipes atuantes nesses serviços possuem diferentes entendimentos em relação ao trabalho, apresentando dúvidas e discordâncias entre a concepção de atuação e atribuições de cada setor (PAGOT, 2012).

⁵ Serviço de Acolhimento Institucional para PSR de Limeira-SP no âmbito da política de Assistência Social.

No caso em análise, não percebeu-se uma recusa dos servidores em atender a esse público-alvo, porém, notou-se a dificuldade que estes sentem em realizar ações contínuas para aqueles que não possuem um local fixo de moradia e/ou alguma pessoa responsável por seu cuidado, ainda que este vínculo seja somente institucional, conforme mencionado acima.

“A ausência de vínculos interpessoais de grande parte da população de rua desafia os programas, organizados de forma a buscar apoio da rede familiar ou de convivência. A frequente falta de estratégias para a busca ativa e para o acolhimento dessa população nos serviços de saúde mental impede a ampliação do acesso. Outras exigências também são obstáculos, como a falta de endereço de referência e a falta de documentos de identificação, problemas assumidos pela Assistência Social.” (BORYSOW; FURTADO, 2013, p.43).

Conforme estudo realizado sobre esse tema, os serviços de saúde mental não se encontram preparados para o atendimento extramuros que não seja o domiciliar (BORYSOW; FURTADO, 2013). Espera-se que a Assistência Social resolva o problema da moradia e dos direitos sociais, para depois iniciarem o tratamento (ALBUQUERQUE, 2009).

“[...] Tem uns dois ou três [pacientes], que depois que foram para lá [Casa de Convivência] notam a diferença, conseguiram fazer o tratamento certinho” (Participante(s)).

Pagot (2012, p.92) ao mencionar o estudo de Silva (2005) salienta que o conservadorismo das ações e as práticas cotidianas, dificultam o acesso da PSR com transtornos mentais às políticas de saúde e assistência social. A ausência de moradia fixa como um critério da distritalização do SUS, o indivíduo/cidadão com agravamentos em saúde mental não sendo reconhecido como usuário da Política de Assistência Social, apontam para esse ‘não’ acesso às políticas públicas.

Essa questão evoca que a atenção em saúde mental para a PSR não deve ser desenvolvida isoladamente, mas realizada na perspectiva de uma rede de cuidados, seja na Atenção Básica, nos Ambulatórios, Residências Terapêuticas ou

nos demais Serviços da Rede Intersectorial (ALBUQUERQUE, 2009; ARISTIDES; LIMA, 2009; BORYSOM 2012; SILVA, 2005; VARANDA; ADORNO, 2004).

Segundo Pitta (2001) para a construção da autonomia do indivíduo no exercício de suas funções sociais, a assistência em saúde mental deve propor a descentralização da atenção. Para autora a intersectorialidade e interdisciplinaridade emergem como possibilidade de produção de cidadania e vida. Fragmentar a demanda desconsiderando sua inter-relação com a totalidade social em que está imersa a reduzirá a práticas setoriais isoladas.

Campos *et al.* (2013) concebem que a

“Reforma Psiquiátrica brasileira (e outras no mundo) está fortemente assentada em valores, como o direito do usuário ser tratado em *liberdade*, como aposta na reinserção social, na humanização dos cuidados e no resgate da condição de cidadania dos usuários” (p. 2798).

Porém, ainda se observa a dificuldade no desenvolvimento de estratégias que extrapolem os muros institucionais e definam o cuidado no campo, no território, onde a demanda está posta. É não esperá-la chegar e bater às portas, mas ir até seu encontro (BRASIL, 2012).

A inserção dos trabalhadores no território daqueles que são assistidos pelos serviços, possibilita a construção de relações proativas e vínculos contínuos, favorece a efetividade do cuidado em saúde e permite identificar problemas e propor intervenções que contemplem as particularidades de cada caso (JÚNIOR *et al.* 2010).

Atender pessoas com problemas de saúde mental é uma tarefa complexa e que não deve ser pensada isoladamente, logo, as respostas devem ser conjuntas (BRASIL, 2003). Observou-se que as falas se pautavam em atendimentos pontuais de determinadas situações, onde havia uma intervenção mediatizada para a “resolutividade de casos”, mas não a construção de estratégias que repensassem a organização e oferta do serviço a essa população específica, pouco se falou sobre o desenvolvimento de ações intersectoriais.

“A gente tenta muito, chamar o CEPROSOM⁶, chamar o Centro POP⁷, chamar a Casa de Convivência, ‘pelo amor de Deus, e aí o que a gente faz?’ e a gente tenta as parcerias, porque realmente a gente não tem nenhum tipo de incentivo pra isso, dessa especificidade mesmo, da situação da rua” (Participante(s)).

“[...] outro grande problema, esses usuários não podem frequentar outros instrumentos do CEPROSOM, como Casa de Convivência e estadia, porque esses instrumentos têm regras muito específicas, principalmente quanto à agressividade a outros membros e eles já arrumaram muitos problemas lá. Então eles não podem ser acolhidos lá. E aí? O que a gente faz?” (Participante(s)).

O desafio da referência aqui abordado, também está relacionado à precária referência da intersetorialidade, fortalecendo a setorialização das ações fadando-as a respostas imediatas exigidas aos serviços. Os participantes evidenciaram esse frágil vínculo com outros setores, o que os tencionam a responderem às demandas populacionais sem elaborarem estratégias conjuntas que correspondam às reais necessidades de quem necessita do atendimento. Nessa direção, o que se observa, é que tais condutas, negligenciam os indivíduos demandantes.

“[...] o surto a gente acolhe, e depois a gente não tem o seguimento, é como se a gente apagasse pequenos incêndios. Ele vem [o paciente], a gente apaga o fogo, como seria o momento ideal de começar a trabalhar e avaliar o paciente e quando ele começa o tratamento a gente não tem um retorno” (Participante(s)).

“[...] não é aquela coisa de fluxo. Quando chega um problema a gente pega o telefone, liga e tenta resolver, não é nada pré-estabelecido. E quando eles [outros serviços] têm necessidade, também entram em contato com a gente” (Participante(s)).

⁶ Centro de Promoção Social Municipal – Autarquia gestora da Política de Assistência Social em Limeira-SP.

⁷ Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua.

Os discursos mostram uma grande lacuna na execução dos serviços, pois, embora haja uma vasta legislação que conceba e preconize a intersectorialidade na condução das ações com a PSR, os serviços ainda se pautam em atendimentos emergenciais e pontuais, o que desconstrói as prerrogativas da liberdade e da ressocialização dos sujeitos, buscando alternativas em comunidade que os incluam e os protejam em suas condições de saúde (CAMPOS *et al.*, 2013).

Para Junqueira (2004, p. 26) “a complexidade dos problemas sociais exige vários olhares, diversas maneiras de abordá-los, aglutinando saberes e práticas para o entendimento e a construção integrada de soluções que garantam à população uma vida com qualidade”.

Obviamente, ao se falar em Reforma Psiquiátrica há de se considerar que estamos diante de um modelo “razoavelmente recente” na história do Brasil, pois o Estado somente a reconheceu legalmente no início do século XXI (BRASIL, 2001). A Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR também é recente como marco político-legal, portanto, a intersectorialidade torna-se mais entendida como um discurso do que como prática (SERAFINO; LUZ, 2015).

“O que eu acho que falta é uma discussão de como se aborda mesmo, de como fazer, de alguém que teve uma experiência exitosa em uma outra área: - Olha a gente fez nesse modelo e dá certo. Troca de experiência, vamos falar assim. Porque não tem como a gente criar um protocolo, olha você tem que fazer isso e isso, mas acho que troca de experiência são válidas, principalmente em setores diferentes. Porque a nossa realidade aqui a gente vai ver a área da saúde, outra área vai ver outra coisa, então pra gente fazer um atendimento coeso, sabe? Pra gente que quer fazer um atendimento legal, ele vai sair daqui, vai procurar um outro serviço e será atendido da mesma forma. Fazer um fluxograma, sabe?! Para o paciente não chegar num lugar e ficar como ‘ping pong’... Ah, não é aqui... É lá... etc.” (Participante(s)).

Os participantes destacaram a importância do diálogo entre os setores, não em sentido vertical, onde um ensina e o outro aprende o “como fazer”, mas em

reconhecimento a uma demanda que transita entre os serviços, buscando por alternativas e soluções, mais horizontais.

As falas se alinham à perspectiva abordada por Serafino; Luz (2015) que entendem a intersectorialidade como modo de realizar serviços articulando saberes e fazeres (p.78). Assim como Dabas, 1995 (*apud* NETO; AMARANTE, 2013) já apontava “Para intervir nos problemas sociais, torna-se necessário que os diversos atores sociais e organizacionais participem da gestão das políticas sociais, privilegiando a ação intersectorial” (p.970).

Mesmo em meio à invisibilidade que a PSR ainda enfrenta em sua condição, os servidores reconhecem suas necessidades e destacam para a importância da troca de experiências com outros serviços. Tal exercício, ainda que imerso na subjetividade dos sujeitos, demonstram um movimento em curso, que é o de reconhecimento das condições dos usuários/pacientes e a necessidade dos serviços responderem às suas demandas, tencionando os agentes a refletirem e ampliarem suas ações para além do modelo convencional.

“[...] a junção de diferentes setores do Estado para o enfrentamento de um problema social exige que o objeto seja recriado a partir dessa nova e múltipla perspectiva quando se pretende desenvolver ações integradas. A intersectorialidade exige conexões entre setores e órgãos (governamentais ou não) para solucionar problemas sociais de grande complexidade. Este conceito ganha visibilidade nos anos 1970, a partir dos debates sobre promoção da saúde, que responsabilizou diferentes setores na busca de equidade” (BORYSOW; FURTADO, 2014, p. 1070).

O desafio da referência aqui apresentado, reporta a uma outra representação, um outro campo, que é o do deslocamento dos serviços para a realidade vivida pela população-alvo das ações governamentais. Talvez, seja esse movimento, a resposta que os agentes públicos buscam para o problema da referência, extrapolando a setorialidade e se adaptando às transformações que requerem novas concepções de cuidado e atenção em saúde.

Cavalcanti *et al.* (2001, *apud* PAGOT, 2012) apresentam a importância da integralidade no atendimento em saúde mental aos sem-teto. Enfatizam que os profissionais não devem se restringir à doença, mas à reabilitação e que este

processo demanda tempo e uma capacidade de espera da equipe que se ocupa deles.

Para tanto, as autoras ressaltam a necessidade de haver uma equipe de profissionais de diversas áreas, o que, não exige necessariamente, que estejam alocadas em um único equipamento, mas que colaborem, para o desenvolvimento de ações conjuntas que os casos requerem, somente assim, é possível a materializar a intersetorialidade.

Pagot (2012) apresenta uma importante reflexão:

“O trabalho com essa população específica é o de atenção em saúde e reabilitação psicossocial, com um eixo que demanda maior investimento em serviços e em profissionais. Assim, o tratamento da doença mental complementar e de outras formas de transtorno torna-se a condição de base para o início do processo de inclusão gradativa que tem com uma de suas metas, afastar o sujeito da rua” (p.105).

As demandas da PSR despertam atenção em poucos, tanto no âmbito social quanto governamental, talvez, daí decorre os desafios em se trabalhar a referência e intersetorialidade, visto que, esse grupo social ainda se encontra imerso em uma cultura de invisibilização. Não basta somente a criação de leis, decretos e serviços, se a execução do trabalho não seguir na direção de uma mudança cultural e institucional.

Os servidores tendem a sustentar o velho clichê do paciente que “não adere” ao invés de se deslocarem a pensarem conjuntamente, entre si, com a rede de atenção, demais políticas públicas e gestores municipais, estratégias e ações para a resolutividade do problema.

A referência que se faz a este segmento populacional, ainda é carregada de estigmas sociais, sendo estes indivíduos, em geral, culpabilizados pela condição em que se encontram (SERAFINO; LUZ, 2015; ADORNO, 2004). As ações pensadas a essa população, contribuem “para uma intervenção assistencialista, paternalista ou autoritária de ‘higienização social’” (BRASIL, 2008, *apud* SERAFINO; LUZ, 2015, p.76).

Não há aqui uma crítica direta aos trabalhadores, mas em como a cultura da setorialização ainda se faz presente nas práticas e na subjetividade dos sujeitos,

restringindo o olhar de integralidade que a PSR necessita, gerando um atendimento refratário. Nesse sentido, a intersectorialidade ainda parece ser uma utopia ou um mero discurso, todavia, sua ausência efetiva nas políticas públicas aponta para a necessária mudança na cultura institucional e social.

Há explicitamente o reconhecimento das demandas da PSR por parte dos agentes governamentais, entretanto, há um sentimento de abandono e isolamento entre os setores, aos quais somente se sentem necessários, quando solicitados a atuarem em situações de contenção de crises, emergências, ações pontuais e curativas e, estabilização dos pacientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que os profissionais de saúde são os protagonistas de muitas mudanças operadas no campo da saúde mental no país (FURTADO, 2006), são estes mesmos profissionais que tencionarão novas transformações de um movimento em curso.

Portanto, ao se falar no desafio da referência, reporta-se essa análise para o campo do desafio da organização dos serviços e do desenvolvimento de práticas intersectoriais, “prerrogativa prevista para dar resposta às demandas da população” (SERAFINO; LUZ, 2015, p.77). Nesse sentido, transforma-se a referência em possibilidade e apoio aos que demandam atenção e cuidado por parte das ações estatais, não o contrário.

Sob essa ótica, o Estado, por meio de seus agentes, é que deve ser a referência àqueles que estão desprotegidos, se adequando às reais necessidades destes, rompendo com a concepção de distrito e pertencimento social, usualmente utilizados. Tais questões repercutem diretamente no acompanhamento pelas políticas públicas à PSR com transtornos mentais, que embora ainda transitem na invisibilidade social, despertam nos servidores públicos o (re)conhecimento de suas demandas, que exigem a quebra de paradigmas e novas concepções de atenção e cuidado em saúde, através da prática intersectorial, ainda que prematura.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, jan.-abr. 2004.

ALBUQUERQUE, C. M. C. **Loucos nas ruas**: um estudo sobre o atendimento à população de rua adulta em sofrimento psíquico na cidade do Recife. 2009, 139 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/444.%20lucos%20nas%20ruas%20de%20recife.pdf>. Acesso em 05 jun. 2019.

ARISTIDES, J.L.; LIMA, J.V.C. Processo saúde-doença da população em situação de rua da cidade de Londrina: aspectos do viver e do adoecer. **Rev. Espaço para a Saúde**, v.10, n.2, p.43-52, jun. 2009. Disponível em: <[http://ww.ccs.uel.br/espacopara saúde/v10n2/Artigo7.pdf](http://ww.ccs.uel.br/espacopara%20saude/v10n2/Artigo7.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4 ed., Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v.2).

BORYSOW, I.C. **Assistência Social e Saúde**: acesso de pessoas em situação de rua aos serviços de saúde mental. In: Congresso Brasileiro de Saúde Mental, 31, 2012, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: ABRASME, 2012, no prelo.

BORYSOW, I. C.; FURTADO, J. P. Acesso e intersectorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 23 [1]: 33-50, 2013.

BORYSOW, I. C.; FURTADO, J. P. Acesso, equidade e coesão social: avaliação de estratégias intersectoriais para a população em situação de rua. **Rev. Esc. Enferm. USP** 2014; 48(6): 1069-76. São Paulo: 2014.

_____. **Lei Nº 10.216** de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: 2001.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde Mental e Atenção Básica**: O vínculo e o diálogo necessários. Boletim do nº01/03 da Coordenação de Saúde Mental e Coordenação de Gestão da Atenção Básica, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 10 mai. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 98 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde mental e Atenção Básica: o vínculo e o diálogo necessários**. Brasília: 2007.

_____. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e População em Situação de Rua. Vol.3**. Gráfica e Editora Brasil, LTDA. Brasília: 2011.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa; DEL BARRIO, Lourdes Rodriguez. Políticas e práticas em saúde mental: as evidências em questão. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2797-2805, Oct. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001000002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 mai. 2019.

FURTADO, Juarez Pereira. Avaliação da situação atual dos Serviços Residenciais Terapêuticos no SUS. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 785-795, Set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232006000300026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 mai. 2019.

JÚNIOR, N. C., et al. Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 47-62, ago./dez.1998.

JÚNIOR, N. C., *et al.* A Estratégia Saúde da Família para a Equidade de Acesso Dirigida à População em Situação de Rua em Grandes Centros Urbanos. **Saúde Soc**. São Paulo, v.19, n.3, p.709-716, 2010.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde Soc**. v.13, n.1, p.25-36, jan-abr: 2004.

MEINERZ, Carla Beatriz. Grupos de Discussão: uma opção metodológica na pesquisa em educação. **Educação & Realidade**, vol. 36, núm. 2, maio-agosto, 2011, pp. 485-504 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227057003>> Acesso em 01 jun. 2019.

NETO, M. L. A.; AMARANTE, P. D. C. O acompanhamento terapêutico como estratégia de cuidado na atenção psicossocial. **Psicologia: ciência e profissão**. 2013, 33 (4), 964-975.

PAGOT, Maria Ângela. **O louco, a rua, a comunidade**: as relações da cidade com a loucura em situação de rua. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

PITTA, A. M. F. **O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje?** In A. M. F. Pitta (Org.). Reabilitação Psicossocial no Brasil. 2 ed. P. 19-26. São Paulo: Hucitec, 2001.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, jan./jun. 2015.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Marta Borba. **O “Louco de Rua” e a Seguridade Social em Porto Alegre**: da (in)visibilidade social à cidadania?. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira, *et al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. In: **Revista Saúde Pública**; 2005, 507-514. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>> Acesso em 10 mar. 2017.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde Soc.**, São Paulo , v. 13, n. 1, p. 56-69, Apr. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902004000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jun. 2019.



TEORIA DO RISCO SOCIAL: RESPONSABILIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS, FAMÍLIAS E COMUNIDADES¹

SOCIAL RISK THEORY: ACCOUNTABILITY OF INDIVIDUALS, FAMILIES AND COMMUNITIES

Maria Fernanda Escurra²

Resumo

Este artigo tem como objetivo abordar os enunciados teóricos de *Giddens* e *Beck* que influenciam os novos diagnósticos e prescrições de políticas de “enfrentamento” e “combate à pobreza” formulados pelo Banco Mundial a partir do ano 2000. O Banco Mundial se tornou importante administrador e promotor de políticas de desenvolvimento e de enfrentamento da pobreza, principalmente nos países em desenvolvimento, orientando, desse modo, propostas, iniciativas, projetos e programas governamentais desses países. Entretanto, tais políticas constituem propostas de enfrentamento no interior e nos limites da própria forma de organização social capitalista que, considerada natural e eterna, gera o próprio fenômeno da pobreza. A metodologia deste trabalho articula pesquisa documental de informes e relatórios do Banco Mundial que evidenciam de forma clara tais enunciados teóricos, identificados através de pesquisa bibliográfica. A partir do início do século XXI, a “teoria do risco social” ganha crescente destaque nas diretrizes que orientam as políticas sociais de países em desenvolvimento. Tais enunciados – sintetizados em propostas de “iniciativa local”, “promoção de uma sociedade civil ativa” e tantas outras – prometem renovação e transformações, embora sustentem o triunfo do capitalismo, atualizando o discurso e as práticas conservadoras que responsabilizam indivíduos, famílias e comunidades. Nessa perspectiva, a administração de riscos é fundamental na economia de mercado e, diante sua

¹ Este artigo faz parte de um tema tratado em minha tese de doutorado (2015), contando com bolsa FAPERJ NOTA 10, e constitui um desdobramento de trabalho apresentado no ENPS (2018).

² Assistente Social formada pela Universidad Nacional de Rosario/Argentina, Mestre em Serviço Social/UFRJ, Doutora em Serviço Social/UERJ. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Teoria Social Crítica/UERJ. **Autora para correspondência.** E-mail: <mfescurra@gmail.com>

amplitude, passa a ser a característica principal da ordem global. Consequentemente, cada vez mais as condições de vida de indivíduos e famílias são compreendidas como resultado de suas próprias ações e escolhas

Palavras chave: Capitalismo; Teoria do Risco Social; Responsabilização; Famílias; Comunidades.

Abstract

This article takes issue with the theoretical propositions of Giddens and Beck that have a great influence on the new diagnosis and policies of "addressing" and "fighting poverty" formulated in the year 2000 by the World Bank. The World Bank has become an important administrator and promoter of policies for development and fighting poverty, particularly in developing countries, thereby guiding the proposals, initiatives, projects and government programs of these countries. However, such policies constitute proposals for confrontation of poverty within and in the limits of the very form of capitalist social organization that generates the very phenomenon of poverty, which is taken as natural and eternal. The methodology of this work combines documentary research of reports of the World Bank that clearly put into evidence the theoretical foundations of its proposals, with bibliographical research aimed to delineate those foundations. Since the beginning of 21st century a "social risk theory" gains increasing prominence in the guidelines that direct the social policies of developing countries. Such propositions – summed up in proposals for "local initiative", "promotion of an active civil society" and many others – promise renewal and transformations, but actually sustain the triumph of capitalism, updating conservative discourses and practices that hold individuals, families and communities accountable. From this point of view, risk administration has become essential to the market economy and, taken into account its diffusion, it has turned itself a central characteristic of the global order. Consequently, the life conditions of individuals and families are increasingly viewed as resulting of their own actions and choices.

Key words: Capitalism; Social Risk Theory; Accountability; Families; Communities.

INTRODUÇÃO

[o] destino dos indivíduos e famílias pode mudar favoravelmente se fazem planos e se preparam para afrontar os riscos e aproveitar as oportunidades que são parte essencial da vida moderna. O destino das comunidades e os países também pode melhorar se compartilham a necessária responsabilidade permanente para administrar os riscos com êxito.

BANCO MUNDIAL

administrar o risco para alcançar uma vida cheia de oportunidades: em Gana, uma mãe protege o filho contra malária com um mosquiteiro.

BANCO MUNDIAL

Este artigo aborda as teorias de *Giddens* e *Beck*, autores de reconhecida incidência nas concepções e prescrições do Banco Mundial.³ O Banco Mundial se tornou importante administrador e promotor de políticas de desenvolvimento e de enfrentamento da pobreza, principalmente nos países em desenvolvimento, orientando, desse modo, propostas, iniciativas, projetos e programas governamentais desses países. Entretanto, tais políticas constituem propostas de enfrentamento no interior e nos limites da própria forma de organização social capitalista que, considerada natural e eterna, gera o próprio fenômeno da pobreza.

De fato, as agências internacionais, em um cenário de pobreza alarmante, podem ser vistas como “braço prático”, “momento humanitário” da razão teórica que oferece “ações concretas”, dando a impressão de cuidado, zelo e compaixão pelos pobres e, sob outra ótica, esse momento humanitário nada mais seria do que um programa sistemático, um aspecto necessário, para consolidação do capitalismo em escala global (DUAYER; MEDEIROS, 2003, p. 250). Consequentemente, abordar os fundamentos teóricos das análises correntes do fenômeno da pobreza contemporânea parte do reconhecimento da incapacidade de teorias com uma visão de mundo conservadora admitir as verdadeiras causas do fenômeno como resultado intrínseco ao modo de produção capitalista. No entanto, abordar esses fundamentos é de extrema relevância pelo reconhecimento de que, apesar de parciais, superficiais e/ou falsos eles possuem uma função prático-social, visto que produzem uma inteligibilidade do fenômeno e, por conseguinte, conforme acima assinalado, determinam e orientam organismos internacionais e governos na elaboração de

³ Cabe registrar que a temática da pobreza constitui o principal foco de interesse do Banco Mundial desde final da década de 1980. Desde então o Banco Mundial exerce protagonismo como aparato supranacional do capitalismo contemporâneo; notável influência sobre as demais instituições internacionais e nacionais; peso na formulação das bases ideológicas, econômicas e políticas para o enfrentamento e combate da pobreza; assim como no fomento e financiamento de tais políticas. Ver: Banco Mundial (1990; 2000; 2003; 2013).

diagnósticos, receituários, políticas, medidas e propostas para o enfrentamento e combate da pobreza. Nessa perspectiva, procura-se chamar a atenção ao papel e às responsabilidades que é atribuído ao Estado, instituições, iniciativa privada, assim como aos indivíduos, famílias e comunidades.

GLOBALIZAÇÃO E TERCEIRA VIA

A “terceira via”, segundo Giddens⁴ (2005), é uma “renovação social-democrática” na tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo, quanto o neoliberalismo. Na esfera econômica, a terceira via advoga uma nova economia mista com as seguintes características: nova sinergia entre o setor público e privado; utilização do dinamismo do mercado tendo em mente o interesse público; equilíbrio entre regulação e desregulação e entre o econômico e não econômico na vida da sociedade (GIDDENS, 2005, p. 109-110).

Na esfera política, o programa da terceira via, prega um centro radical e um novo Estado democrático caracterizado pela “democratização da democracia” ou “dupla democratização” (de cima para baixo e delegação de poder para cima) que implica descentralização, renovação da esfera pública, eficiência administrativa, mecanismos de democracia direta, e governo como administrador de riscos.

Uma parte básica da política da terceira via é a “promoção de uma sociedade civil ativa”. Tal promoção exige a renovação da sociedade civil e requer: governo e sociedade civil em parceria, renovação comunitária através da iniciativa local, envolvimento do terceiro setor; proteção da esfera pública local, regeneração da comunidade através da educação, persuasão e aconselhamento, e família forte para promover a coesão social e democrática a partir do princípio da igualdade entre os sexos, da combinação da escolha individual e da solidariedade social (GIDDENS, 2005, p. 80-108).

⁴ Teórico influente na hierarquia do Novo Trabalhismo Inglês pela sua crença na importância do “centro radical” e de uma “terceira via”. Desde que assumiu a direção da *London School of Economics*, em 1997, tratou de estabelecer vínculos para ativar a relação da Escola com o mundo da prática política.

Para o autor, o objetivo geral da política da terceira via deveria ser “ajudar aos cidadãos a abrir seu caminho através da globalização”, contribuir com transformações na vida pessoal e no relacionamento com a natureza. Fica evidente que, segundo essa perspectiva, a única saída possível para enfrentamento das mazelas sociais é a incorporação de todos os cidadãos na dinâmica da globalização através do fortalecimento das famílias e comunidades, com o objetivo principal de incorporação no mercado. Essa política deveria, também, preservar uma preocupação com a justiça social a partir da busca de um novo relacionamento entre indivíduo e comunidade, redefinindo direitos e obrigações. Os valores da nova política da terceira via são: igualdade; proteção aos vulneráveis; liberdade como autonomia; não há direito sem responsabilidades; não há autoridade sem democracia; pluralismo cosmopolita e conservadorismo filosófico (GIDDENS, 2005, p. 76).

Giddens (2005, p. 119-120) reconhece que a educação e o treinamento são as bases essenciais da redistribuição de possibilidades, apesar de acreditar que deveria ser encarada com certo ceticismo a ideia de que a educação pode reduzir desigualdades de maneira direta. No entanto, sugere explicitamente o desvio de gastos com o *welfare*, tanto quanto possível, para o investimento no capital humano.⁵ A inclusão deve se estender muito além do trabalho e precisa prover as

⁵ Frigotto (2009) explica que a noção de “Capital Humano”, elaborada pelo economista Shultz, inicialmente se consolida na literatura econômica na década de 1950 e, posteriormente, no campo da educação nas décadas de 1960 e 1970. Ele destaca que Shultz elabora essa noção com base na observação do crescimento econômico americano influenciado pelo investimento das pessoas em si mesmas, ou seja, em capital humano constituído principalmente por investimento na educação e na saúde. Consequentemente, observa Frigotto, a partir dessa noção, o investimento em capital humano é considerado fundamental para que os países superem sua condição de subdesenvolvidos, para garantir aumento nos rendimentos dos indivíduos e sua ascensão social. Desse modo, o fator humano (composto por habilidades, conhecimentos, valores etc.) passou a compor a função de produção da teoria econômica marginalista para explicar – junto com o nível de tecnologia, os insumos de capital e os insumos de mão de obra – os diferenciais de desenvolvimento entre países e entre indivíduos. Para Frigotto, a noção de capital humano, baseada em uma concepção de natureza e comportamento humano liberal é ideológica, a-histórica e funcional aos interesses dominantes. Por conseguinte, tal noção responsabiliza os indivíduos por sua situação de desemprego e pobreza e oculta os determinantes estruturais inerentes ao capitalismo.

necessidades básicas dos que não podem trabalhar. Para o autor, estender a inclusão além do trabalho significa reconhecer a diversidade de metas que a vida tem a oferecer, caso contrário a vida seria desprovida de atrativos.

O “enfrentamento da pobreza”, através da terceira via, requer uma injeção de recursos econômicos para apoiar a iniciativa local e gerar renovação econômica em bairros de baixa renda, aspecto pelo que são enfatizados a “importância das redes de apoio”, o “espírito de iniciativa” e o “cultivo do capital social”.⁶ Segundo o autor tornou-se convencional que a “sociedade de *welfare*” substitua o tema “*welfare state*” na literatura sobre o tema, devendo instituições de o terceiro setor desempenhar um papel maior no fornecimento de serviços de *welfare*. Neste sentido, Giddens faz referência à noção de “*welfare positivo*” que tem como foco principal a “autonomia e o desenvolvimento da pessoa” e transforma o contrato entre o indivíduo e o governo, sendo o dispêndio com *welfare* gerado e distribuído pelo Estado que trabalha em combinação com outras instituições e empresas (2005, p. 138-139).

⁶ Neves et al (2009) identificam a difusão do conceito “capital social” no meio acadêmico, a partir da década de 1980. Bourdieu é pioneiro na sistematização desse conceito imbricado com o conceito de capital cultural, considerando que o conceito de capital é central para explicar o funcionamento do mundo social em todas as suas manifestações. As autoras destacam a existência de diferentes acepções do conceito de capital social. Bourdieu o define como o volume de recursos econômico, cultural, simbólico que integra as redes de relações mobilizadas por um determinado agente e que são produto de um trabalho contínuo de instauração e manutenção. Posteriormente, sublinham as autoras, na metade dos anos de 1990, o conceito de “capital social” é resignificado por parte de organismos internacionais (Banco Mundial, BID, UNESCO) para incorporá-lo à sua estratégia de desenvolvimento social no início do século XXI em um contexto de miséria e de riscos à paz social. Por conseguinte, o conceito adquire importância relevante e é introduzido como elemento definidor das políticas sociais por parte desses organismos e dos governos nacionais com o objetivo de aliviar a pobreza e estimular a coesão social. Nessa nova versão, inicialmente o conceito foi formulado nas universidades americanas, na metade da década de 1990, através dos estudos de Coleman e Putman. Essa reformulação foi retomada por Giddens na sua proposta da “terceira via” e posteriormente por intelectuais latino americanos orgânicos dos organismos internacionais, como Kliksberg e Lechner. Por último, ressaltam as autoras, o desenvolvimento de políticas sociais na América Latina e no Brasil nos anos 2000, inspirados em esse conceito, representam uma “instância de apassivamento dos movimentos sociais, pela conversão da sociedade civil de espaço de confronto a espaço de colaboração”.

A concepção do autor acerca do enfrentamento da pobreza deixa clara, no caso da concessão de benefícios de cima para baixo, a necessidade de um sistema de “distribuição mais focalizado” e a ideia de que a provisão de benefícios deve ser integrada a programas para o “desenvolvimento ativo da sociedade civil”. Esta concepção fundamenta-se na compreensão de que as causas do desemprego e do fenômeno da exclusão são os baixos padrões educacionais e a “extensão indefinida de benefícios generosos” que provocam um “perigo moral”. Tal perigo demanda a necessidade de reforma dos sistemas de benefícios onde induzem “perigo moral” para encorajar uma atitude mais ativa de enfrentamento do risco, mediante incentivos ou obrigações legais (GIDDENS, 2005, p. 133).

Na mesma linha, em relação ao Estado do bem-estar, Giddens, em trabalho elaborado em coautoria com Pierson, afirma a necessidade de uma “reestruturação positiva das instituições previdenciárias, a qual permita às pessoas assumirem atitudes mais ativas em face ao risco [...]. Tanto quanto possível, em vez de dar bens às pessoas, devemos dar-lhes competências e responsabilidades” (2000, p. 119). O significado de uma “atitude mais ativa de enfrentamento do risco”, sua coerência com o modelo neoliberal, fica explícito, também, no exemplo da passagem a seguir:

[q]uando as pessoas dão uma orientação mais ativa às suas vidas, elas necessariamente assumem atitudes mais ativas em relação à administração do risco. Portanto é natural que, tendo condições para tanto, elas optem por não participar dos sistemas previdenciários existentes. (GIDDENS; PIERSON, 2000, p. 147).

GLOBALIZAÇÃO: REFLEXIBILIDADE SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO DO RISCO

Para abordar de forma mais detalhada a questão do risco que, na perspectiva dos autores, é resultado da globalização e cuja administração é a principal

característica da ordem global, inicialmente é tratada a noção de “reflexividade social”, considerada própria ou característica da era moderna (GIDDENS; PIERSON, 2000; GIDDENS, 2004). A era moderna se caracteriza por um alto grau de reflexividade social, pela erosão crescente da tradição e da natureza e a necessidade de viver de um modo mais reflexivo, enfrentando um futuro mais incerto e problemático.⁷

A modernização reflexiva, nos termos de Beck (1995, p. 12-13), é a “vitória da modernização ocidental”, a “radicalização da modernidade”, significando a destruição criativa da era da sociedade industrial, mas o “sujeito” dessa destruição criativa não é a crise nem a revolução; a nova forma social é produzida pelas vitórias do capitalismo. Por conseguinte, fica evidente a perspectiva do autor que, sob a ótica do capital, considera o desenvolvimento capitalista como um processo natural e perene e afirma que as próprias vitórias do capitalismo originam no seu interior a nova forma social, que, apesar de nova, é sempre a mesma.

De acordo com essa concepção, a reflexividade tem dois sentidos, um sentido é bastante amplo porque todo ser humano é reflexivo, no ato de fazer pensa a respeito do que faz no plano da consciência prática. O outro sentido, diz respeito mais diretamente à moderna vida social, um mundo cada vez mais constituído de informação e não de modos preestabelecidos de condutas (GIDDENS; PIERSON, 2000, p. 87). Deste modo, com o afastamento das tradições e da natureza se vive de um modo muito mais reflexivo, a vida não mais é vivida como um destino.

A modernização reflexiva, diferente da modernização simples à maneira antiga, exige lidar com as contradições e limitações da ordem moderna. Para empreender um projeto reflexivo individual “cada um de nós deve buscar seu próprio

⁷ Conforme os autores, sociedade moderna ou civilização industrial são sinônimos de modernidade. A modernidade está associada a três aspectos principais: à ideia de que o mundo é passível de transformação pela intervenção humana; a um complexo de instituições econômicas, como a produção industrial e a economia de mercado; e a uma gama de instituições políticas, como o Estado nacional e a democracia (GIDDENS; PIERSON, 2000). A ideia de mundo passível de transformação pela intervenção humana é trabalhada neste ponto através da noção de “risco fabricado ou manufaturado”. Segundo eles, este tipo de risco é resultado do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

caminho entre as ameaças e promessas da sociedade moderna” (GIDDENS, 1993, p. 205). Uma ordem democrática promove a elaboração da individualidade, não implica um processo genérico de “nivelar para baixo”. No terreno da vida pessoal, o “princípio da autonomia” significa a realização bem-sucedida do “projeto reflexivo do eu”, facilitando uma “colonização do futuro” (Ibid. p. 206). Parece inegável que tal “leitura” da vida moderna renova o princípio do atomismo social e responsabilização dos indivíduos, visto que a modernização reflexiva, no contexto de ameaças e promessas da sociedade moderna, exige “autonomia”, “busca de caminhos”, “escolhas” para “empreender projetos” e “colonizar o futuro”.

O autor faz referência, conseqüentemente, ao “novo individualismo” que resulta da globalização e que mais que o mero pano de fundo para políticas contemporâneas é uma complexa variedade de processos, movidos por uma mistura de influências políticas e econômicas que está transformando as instituições das sociedades atuais (GIDDENS, 2005). Por essa razão, a globalização é diretamente importante para a ascensão desse “novo individualismo” associado ao afastamento da tradição e do costume. Para o autor, a geração do “eu” revela uma gama mais ampla de inquietações morais se comparado com as inquietações de gerações anteriores e assinala uma época de transição moral, não de decadência moral. Portanto, o novo individualismo exige viver de uma forma mais aberta, reflexiva e ativa do que o fizeram gerações anteriores. Nesse sentido, o significado de “individualização” é a “desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a compulsão para encontrar e inventar novas certezas” (BECK, 1995, p. 25).

Essa exigência de um indivíduo mais ativo e reflexivo provoca a necessidade de encontrar um novo equilíbrio entre indivíduo e responsabilidades coletivas, diferente da forma como era colocada pela social-democracia do velho estilo. Neste contexto, Giddens (2005, p. 47) afirma que: “[a] coesão social não pode ser assegurada pela ação de cima para baixo do Estado ou pelo apelo à tradição. [...] precisamos aceitar mais ativamente responsabilidades pelas conseqüências do que fazemos e dos hábitos de estilo de vida que adotamos”.

Para Beck⁸ o risco é uma das principais consequências da globalização e do avanço tecnológico. A sociedade de risco não se refere à primeira modernidade do século XIX e início do século XX, mas ao desenvolvimento de novos riscos que surgem na segunda metade do século XX com a aparição de crises ecológicas, o desmantelamento do Estado de bem-estar etc. (BECK, 2008, p. 25). Segundo o autor, o significado de risco se relaciona com “riscos futuros que se tematizam no presente e com frequência resultam dos êxitos da civilização” (Ibid., p. 20).

A leitura da chamada teoria do risco confirma a afirmação de Iamamoto (2010) de que ela é o “anverso da teoria da crise do capital”, dado que a crise de larga duração que alcança a acumulação em escala global é silenciada a partir dessa teoria. Consequentemente, “no lugar de se atribuir visibilidade às contradições que se expandem e aprofundam adensando a crise do capital, esta é fetichizada e apresentado ao reverso, como meros riscos inerentes ao sucesso do capital, passíveis de serem administrados” (IAMAMOTO, 2010, p. 4).

As consequências da globalização, que podem ser pensadas em termos de riscos incalculáveis, são difíceis de prever e controlar e afetam praticamente todos os aspectos da vida social, assim, “sociedade de risco é a sociedade onde cada vez mais se vive numa fronteira tecnológica que ninguém compreende inteiramente e que gera uma diversidade de futuros possíveis” (GIDDENS; PIERSON, 2000, p. 141). O fim da natureza e o fim da tradição são duas transformações fundamentais, ligadas à influência crescente da ciência e da tecnologia, onde se pode buscar a origem da sociedade de risco. Deste modo, a gênese da sociedade de risco articula-se ao estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas como resultado do desenvolvimento da sociedade industrial.

⁸ Beck publicou, com ampla divulgação em várias línguas, *Sociedade do Risco* e *Sociedade do Risco Mundial*, em 1986 e 1999 respectivamente. A tradução do último livro oito anos depois em alemão exigiu a publicação de um novo livro como resultado da amplitude dos riscos globais desde aquela época. Segundo o autor, se trata de uma revisão dos riscos do século XXI e de sua utilização com fins políticos, parecendo idílicos os perigos dos anos de 1980 se comparados com os perigos atuais que possuem a mesma força destrutiva que as guerras (terrorismo, crises financeiras e catástrofe climática).

Na análise de Beck, o conceito de sociedade de risco provoca transformações significativas e sistemáticas em três áreas de referência: 1) com o surgimento de uma modernização amplamente estabelecida são dissipados os recursos da natureza e da cultura sobre cuja existência é construída a sociedade industrial moderna; 2) o relacionamento da sociedade com as ameaças e os problemas por ela produzidos se torna um problema particular na área da ação política e da tomada de decisões; 3) as fontes de significado coletivo como, por exemplo, consciência de classe, está sofrendo desencantamento e exaustão e sua perda conduz à imposição de um “processo de individualização” que significa a atual libertação das pessoas da sociedade industrial para a turbulência da “sociedade de risco global” (BECK, 1995, p. 17-18).

Em conformidade com essa linha de análise, os riscos colocam indivíduos, famílias e comunidades diante de novos desafios e escolhas nas suas vidas cotidianas e contribuem para a formação de uma “sociedade de risco global”.

Beck (2008), para elucidar as novidades conceituais que caracteriza a categoria “sociedade de risco mundial” e que a distingue da “sociedade de risco”, diferencia conceitualmente risco e catástrofe. O risco é a antecipação da catástrofe, uma possibilidade futura, sem concretude espaço-temporal, não é mera especulação nem uma catástrofe concretizada. Representa uma ameaça permanente que determina expectativas e constitui uma força política transformadora. A sociedade de risco global possui uma inédita “força cosmopolita”, é “igualitária” e “democrática”.⁹

O autor apresenta também uma tipologia dos riscos globais: as crises ecológicas, os riscos financeiros e as ameaças terroristas. Os dois primeiros tipos de riscos globais possuem a característica comum de serem consequências indiretas causais de decisões tomadas no processo de modernização e têm como base a

⁹ “Todo o sofrimento, toda a miséria, toda a violência que os seres humanos infligiram entre si só conhecia a categoria dos ‘outros’ – trabalhadores, judeus, negros, refugiados, dissidentes, mulheres, etc. – atrás da que os aparentemente não afetados podiam se proteger. É precisamente do ‘fim dos outros’, do fim de todas nossas elaboradas possibilidades de distanciamento, do que os perigos globais nos fazem dar conta. Aí reside sua inédita força cosmopolita. Seu poder é extraído da violência e do perigo, que suprime todas as zonas protegidas e todas as diferenças sociais intra e internacionais (e cria outras novas).” (BECK, 2008, p. 63, tradução própria).

racionalidade de cálculo de risco. De forma diferente, segundo Beck, as ameaças terroristas substituem a causalidade e a boa vontade pela intenção e a má fé. Constituem riscos com consequências globais e não pessoais, cujos perigos não são limitados espacial, temporal e socialmente, afetando, em virtude disso, todos os países e todas as classes sociais. Em outros termos, segundo ele, os riscos globais afetam indistintamente a todos e sua dinâmica alcança de forma indiferente a todas as classes sociais.

O risco tem a força destrutiva da guerra e altera as formas de desigualdade social, é uma linguagem contagiosa: “enquanto a miséria social é hierárquica, o novo risco é democrático, afeta também aos ricos e poderosos e sua sacudida se percebe em todos os âmbitos.” (BECK, 2008, p. 25, tradução própria). Disto resulta que a administração do risco, dada sua amplitude, é a característica principal da ordem global, razão pela qual se espera que os indivíduos dominem essas “oportunidades arriscadas” e tomem as decisões necessárias considerando as possíveis consequências, ou seja, de maneira fundamentada e responsável (BECK, 1995, p. 19).

Giddens e Pierson (2000) enfatizam duas noções afins que são meios de organizar o tempo futuro: confiança e risco. Estas noções assumem formas específicas na modernidade e estão diretamente ligadas, pois um meio de enfrentar um risco pode ser a confiança e, a sua vez, a aceitação do risco pode ser um meio de gerar confiança. Os autores afirmam que é preciso distinguir risco de perigo, visto que o risco como tal não é a mesma coisa que perigo. Por sua vez, o conceito de risco e a ideia de seguro se generalizam com o advento da modernidade, seguro e segurança são o outro lado do risco. Risco é a análise ativa de contingências futuras e está ligado ao desejo de controlar o futuro. Em síntese, “[r]isco se refere a perigos que buscamos ativamente confrontar e avaliar. [...] Todos precisamos de proteção contra o risco, mas também da capacidade de enfrentar e assumir riscos de uma maneira produtiva.” (GIDDENS, 2005, p. 73).

É preciso distinguir risco de perigo, mas, também, é preciso fazer distinção entre dois tipos de risco. O “risco externo”, em termos práticos, é o risco de eventos de fora, inesperados, mas que se tornam previsíveis e, em consequência,

seguráveis pela sua regularidade e frequência em uma dada população. Giddens (2004) explica que as sociedades humanas, até recentemente, estavam sob ameaça de riscos externos não relacionados com a ação do homem. Os riscos externos têm origem no mundo natural (secas, terremotos, tempestades e fome). Em oposição, o “risco fabricado” é o risco criado pelo progresso da ciência e da tecnologia, pelo progresso do desenvolvimento humano.

Neste contexto, a expansão do risco em quase todas as dimensões da vida humana determina a sociedade de risco e o retorno da incerteza à sociedade. Por esse motivo, um número cada vez maior de conflitos sociais é tratado como problemas de risco: “o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e os fundamentos predominantes da ‘racionalidade’” (BECK, 1995, p. 19).

Contudo, apesar de reconhecer a ampla expansão do risco, Giddens (2005) ressalta a existência de duas literaturas de risco: o “risco visto como negativo” diz respeito a resultados que se quer evitar; o “risco como fenômeno positivo” é sua aceitação e administração, fundamentais na economia de mercado moderna. O autor sintetiza a compreensão do risco como fenômeno que é positivo e negativo da seguinte forma:

[o] risco chama a atenção para os perigos que enfrentamos [...], mas também, para as oportunidades que os acompanham. Risco não é somente um fenômeno negativo – algo a ser evitado ou minimizado. Ele é ao mesmo tempo o princípio energizador de uma sociedade que se afastou da tradição e da natureza (GIDDENS, 2005, p. 72).

Os aspectos positivos do risco, na análise de Giddens e Pierson, são o aumento de oportunidade, escolha, inovação e ousadia diante de um futuro problemático. Inclusive, os autores defendem, de forma criativa, que a avaliação positiva do risco “nivela” os indivíduos que assumem riscos com sucesso como “merecedores de admiração”, “independente de se tratar de uma iniciativa

relacionada a um negócio ou a um esporte radical”: “[r]isco também pode ser visto positivamente, no sentido de tomar iniciativas ousadas diante de um futuro problemático. Os que assumem riscos com sucesso, seja nas explorações, nos negócios ou no alpinismo, são alvo de admiração.” (GIDDENS; PIERSON, 2000, p. 142).

Na avaliação dos autores, a sociedade contemporânea oferece ilimitadamente “riscos fabricados” que são decorrentes do modo de vida atual. O risco fabricado ou incerteza fabricada está ligado ao avanço do saber, à intervenção humana na natureza e, também, à mudança social em uma sociedade da informação baseada na reflexividade. O enfrentamento de riscos envolve cálculos e estratégias coerentes com um modo de vida desejado e influencia os sistemas de poder e grupos de interesse (GIDDENS; PIERSON, 2000, p. 152).

Na concepção de Giddens (2005), a radicalização e generalização que o risco ganha na modernidade fundamentam a explicação de que vivemos em uma “cultura de risco”. A decisão mais ativa sobre os eventos futuros faz que se pense mais em termos de risco. Com o afastamento progressivo da tradição e da natureza, “o risco se torna um critério para todo tipo de decisões que é preciso tomar politicamente ou individualmente” (GIDDENS; PIERSON, 2000, p. 78). Por conseguinte, as leituras sobre risco deixam claro que sua administração e enfrentamento são individuais e políticos, ainda que a origem dos riscos não se encontre na esfera política. Na esfera política, os riscos, além de com frequência resultar dos êxitos da civilização, possibilitam novas mobilizações sociais, diferentes parcerias entre sociedade civil, Estados e grandes grupos empresariais (BECK, 2008).

Em relação à política, Giddens (2005) concorda com Beck sobre a importância de grupos de pressão unidirecionados, ONGs, movimentos sociais e outras associações de cidadãos. Nos termos do autor, trata-se do crescimento de “subpolíticas” e do interesse declinante pela política partidária e parlamentar, tendo como uma das principais funções do governo conciliar as reivindicações divergentes de grupos de interesse especial. Esse crescimento oferece oportunidades crescentes de voz e participação de novos grupos da sociedade.

Para Giddens e Pierson (2000, p. 144), a necessidade de administração política da generalização dos riscos fabricados determina um jogo de acusações de alarmismo e de dissimulação, ganhando, assim, a política um novo ambiente moral. Grande parte das decisões políticas relaciona-se à administração de riscos. Em virtude disso, segundo os autores, a necessidade de anunciar o risco quando se considera que é grave funciona como um alarmismo que contribui para reduzir os riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi explicitado, os enunciados teóricos de Giddens e Beck influenciam, a partir de 2000, concepções e prescrições de políticas de enfrentamento e combate à pobreza formuladas pelo Banco Mundial, momento em que passa a ganhar crescente destaque a “teoria do risco social”. Diversas propostas, como por exemplo, de administração ou gestão do risco social, domínio de oportunidades arriscadas, iniciativa local, promoção de uma sociedade civil ativa e tantas outras, prometem renovação e transformações, embora sustentem o triunfo do capitalismo, atualizando o discurso e as práticas conservadores. Nesses enunciados teóricos, a responsabilidade para se proteger contra os riscos e para garantir a inserção no mercado é dos indivíduos atomizados, das famílias e das comunidades. Para isso o aproveitamento positivo do estímulo oferecido pelo Estado, instituições e iniciativa privada é considerado decisivo.

A renovação das funções do Estado e da sociedade civil, que são teorizadas a partir da chamada “terceira via”, constitui uma exigência para a implementação de propostas inspiradas em tais enunciados. A terceira via é definida como estrutura de pensamento e práticas políticas que, ante o “fim do socialismo” e da “luta de classes”, está “situada entre a direita e a esquerda”, comparecendo, desse modo, como negação da luta de classes e da possibilidade do socialismo.

É importante sublinhar que o que subjaz sob a denominação de “terceira via” e “modernização reflexiva” é a ideia de “triunfo do capitalismo” com as

consequências postas pela globalização; “vitória da modernização ocidental”, “radicalização e generalização da modernidade”. Trata-se, assim, de uma nova forma social no âmbito do capitalismo que é resultado de suas próprias vitórias. Em outras palavras, os esforços teóricos de dar conta da sociedade contemporânea na sua complexidade partem da premissa de que o capitalismo é passível de aperfeiçoamento, assim o atual estágio de desenvolvimento social, naturalizado, não pode ou deve ser superado. Na perspectiva da reflexividade social, a globalização requer de maneira crescente a administração e/ou enfrentamento de riscos e oportunidades, o que significa que cada vez mais as condições de vida das pessoas são compreendidas como resultado de suas próprias ações.

As questões teóricas abordadas neste artigo mostram sua extrema coerência com a visão de mundo liberal-conservadora sustentada nos princípios do atomismo social, da naturalização do capital e do proferimento de valores descolados das relações sociais. Tais questões mostram também que a especificidade do modo de produção capitalista e sua tendência de crise desaparecem diante de um número cada vez maior e diversificado de conflitos sociais tratados como problemas de risco. Essa crescente diversificação fica patente na síntese da noção de “risco social” formulada por Siqueira como

fenômeno geral (risco envolve a pobreza, a desnutrição, a falta de acesso à educação, a moradia em locais precários ou de risco climático etc.), derivado das mais variadas causas (o próprio clima, a própria cultura ou hábitos dos sujeitos, a ação do Estado ou até das empresas, e ainda os efeitos do conhecimento científico não controlados), que atinge contingentes populacionais variados. A noção de ‘risco social’ não diferencia assim os fenômenos (a pobreza, a catástrofe climática, a violência doméstica etc.), nem as causas (estruturais, subjetivas, comportamentais, de carências específicas), nem as populações atingidas (atinge os cidadãos, substituindo a categoria classes sociais). (2013, p. 211).

Nessa perspectiva, a administração de riscos é fundamental na economia de mercado e, diante sua amplitude, passa a ser a característica principal da ordem

global. Portanto, espera-se que indivíduos, famílias e comunidades sejam capazes de enfrentar e assumir esses riscos através da tomada de decisão criativa, responsável e da capacidade de transformar riscos em oportunidades. Consequentemente, cada vez mais as condições de vida de indivíduos e famílias são compreendidas como resultado de suas próprias ações e escolhas.

Constata-se, portanto, a coerência dessa leitura com a chamada “terceira via”, anunciada como situada entre a esquerda e a direita, visto que ela de forma clara também reforça a perspectiva que naturaliza a ordem social vigente. Se além disso, se considera que a “terceira via”, na medida em que nasce da negação da luta de classes e da possibilidade do socialismo, subentende a ideia de vitória e perenidade do capitalismo, só restaria a alternativa de seu aperfeiçoamento mediante o estímulo para o estabelecimento de parcerias público/privado; a iniciativa local; o cultivo do capital humano e do capital social; o incentivo à autonomia, o desenvolvimento pessoal e a assunção de responsabilidades por parte das famílias e comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990. A pobreza, 1990.

_____. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001. Luta contra a pobreza. Oportunidade, autonomia e segurança, 2000.

_____. Globalização, crescimento e pobreza. Relatório de Pesquisa Política do Banco Mundial. São Paulo: Futura, 2003.

_____. Informe sobre el Desarrollo Mundial 2014. Riesgo y oportunidad. La administración del riego como instrumento de desarrollo, 2013.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. La sociedad del riesgo mundial. En busca de la seguridad perdida. Barcelona: Paidós, 2008.

DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L. Miséria Brasileira e Macrofilantropia. Psicografando Marx. Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 7 (2), jul./dez. 2003, p. 237-262.

ESCURRA, M. F. Pobreza no capitalismo: elementos para a análise crítica com base na teoria valor-trabalho de Marx. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Considerações sobre a teoria do risco social. In Anais do 6º Encontro Internacional de Política social e 13º Encontro Nacional de Política Social, Vitória: ENPS, 2018.

FRIGOTTO, G. Capital Humano. In: Dicionário de Educação Profissional em Saúde. 2ª edição. Org. PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

GIDDENS, A. A transformação da intimidade. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

_____. Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GIDDENS, A.; PIERSON, C. Conversas com Anthony Giddens. O Sentido da Modernidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

IAMAMOTO, M. V. O novo ecletismo na política social brasileira: entre o risco social e a luta por direitos. XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2010.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A.; MENDONÇA, S. R. Capital Social. In: Dicionário de Educação Profissional em Saúde. 2ª edição. Org. PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

SIQUEIRA, L. Pobreza e Serviço Social. Diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.



POR ONDE CAMINHA A REDUÇÃO DE DANOS¹

Ana Paula Silva Cupertino²

Resumo

Inicialmente, o projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentou uma proposta de pesquisa com coleta de dados no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil da cidade de Vitória Espírito Santo, a partir das intervenções profissionais orientadas para atenção a saúde dos sujeitos atendidos que acessam o serviço com o suposto quadro de abuso de substâncias psicoativas. No entanto a demora na aprovação inviabilizou a coleta de dados, e proposta foi repensada. Como já se tinha um levantamento dos principais países de referência para a RD, optamos por dar enfoque nessas trajetórias de modo a compreender o cenário desde o surgimento até os dias de hoje. Utilizamos como metodologia o levantamento bibliográfico com o termo em português e inglês - redução de danos e harm reduction - nas plataformas de pesquisa: SCIELO, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e o Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ressaltamos que não foi feita uma busca sistematizada de levantamento bibliográfico direcionado, considerando que não tínhamos esse objetivo inicial.

Finalmente o Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social tem como objetivo geral elencar as premissas e os conceitos sobre a Redução de Danos no contexto da Política de Saúde Mental. E como objetivos específicos: problematizar as diferentes perspectivas teóricas acerca do tema Redução de Danos; apresentar o contexto internacional e nacional da Redução de Danos; refletir sobre a Redução de Danos enquanto uma perspectiva potencializadora e inovadora para aqueles que fazem uso de substância Psicoativa. O Trabalho apresenta algumas concepções sobre a Redução de Danos e uma contextualização histórica de como vem se consolidando em alguns países e no Brasil. Foi possível apreender ao final da pesquisa, a partir da metodologia de sistematização de alguns referenciais

¹ Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação Serviço Social - Universidade Federal do Espírito Santo. 2018.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, atualmente mestranda de Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo e Membro do grupo de estudos e pesquisas sobre políticas de saúde, Membro do Grupo de Pesquisas Fênix (Análises das Políticas de Saúde, Saúde Mental e sobre Drogas). **Autora para correspondência.** E-mail: <aninhapcs2774@gmail.com>

bibliográficos que a Redução de Danos se consolida tanto como estratégia de intervenção no campo da Política de Saúde mental e sobre drogas, quanto como uma Política pública para alguns autores em determinados países. Possui uma diversidade de concepções e também de estratégias de ação no cotidiano dos serviços onde é aplicada. Porém, apesar das diferentes perspectivas e da complexidade delas, há também em torno do debate uma convergência no que se refere aos tipos de estratégias utilizadas e a valorização do indivíduo em detrimento ao que ele pode ou não vir a consumir no que se refere às drogas. A perspectiva orientadora é sempre a da valorização dos direitos humanos, sendo esse o princípio norteador de qualquer prática discutida nesse campo. Ela não pressupõe que deva haver imediata e obrigatória eliminação do uso de drogas seja pelo sujeito ou na sociedade. Visa, sobretudo, a formulação de práticas direcionadas aos usuários de drogas e aos grupos sociais com os quais eles convivem, objetivando a diminuição dos danos causados por esse consumo de drogas.

PALAVRAS-CHAVE: Redução de Danos. Política sobre drogas. Concepções. Estratégias.